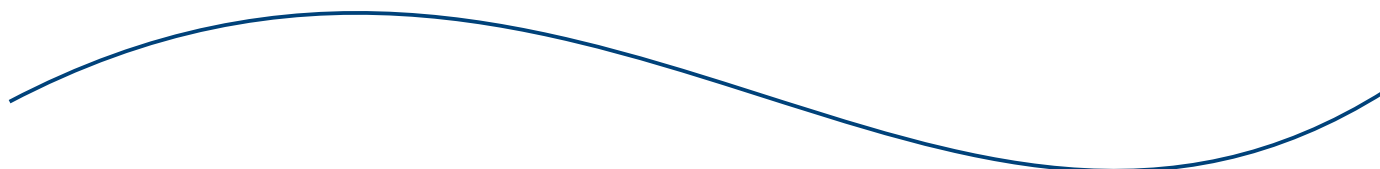


**2006**  
Relatório e Contas





**EPAL** - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.  
Relatório e Contas 2006





# ÍNDICE

Índice	3
Indicadores principais	5

## RELATÓRIO DE GESTÃO

Mensagem do Presidente	9
Missão e objectivos	11
Governo da Sociedade	13
Da produção à distribuição	17
Qualidade da água	21
Água não facturada	27
Investimentos	31
Atendimento do cliente	33
Política laboral	37
Sustentabilidade	41
Outras actividades	45
Desempenho financeiro	47
Gestão de riscos	53
Proposta de aplicação dos resultados	55
Perspectivas futuras	57
Agradecimentos	59

## CONTAS

Demonstrações financeiras	61
Anexo às demonstrações financeiras	69
Elementos contabilísticos exigidos pelo POC	97
Relatório e parecer do fiscal único	103
Certificação legal das contas	107
Relatório de auditoria	109



Gaio - *Garrulus glandarius*



# INDICADORES PRINCIPAIS

## Actividade

volumes/capacidades em metros cúbicos (m<sup>3</sup>)

	2002	2003	2004	2005	2006
Volume total de água fornecida	219 422 927	221 650 618	222 720 242	218 850 664	211 237 773
Número de clientes directos	334 671	336 564	339 111	341 924	344 690
Número de consumidores <sup>1</sup>	2 500 204	2 556 955	2 577 629	2 594 033	2 608 042
Água fornecida por consumidor, m <sup>3</sup>	87,8	86,7	86,4	84,4	81,0
Número de municípios abastecidos	24	26	26	26	26
Área total abastecida, km <sup>2</sup>	5 292	5 443	5 406	5 406	5 406
Condutas/tubagens renovadas, km	54	81	56	85	65
Perdas totais/água captada, %	17,5%	16,8	17,0	14,8%	13,9%
Capacidade diária de captação	1 047 000	1 047 000	1 047 000	1 047 000	1 047 000
Capacidade diária de produção	1 017 000	1 017 000	1 047 000	1 047 000	1 047 000

<sup>1</sup>População residente na área abastecida

## Conta de Exploração

montantes em milhares de euros

	2002	2003	2004	2005	2006
Proveitos da venda de água	125 023	131 146	136 464	134 034	134 424
Outros proveitos	4 762	5 051	5 802	5 639	4 482
Proveitos totais de exploração	129 785	136 197	142 266	139 673	138 906
Proveitos da venda de água/totais, %	96,3%	96,3%	95,9%	96,0%	96,8%
Ebitda <sup>1</sup>	48 032	61 825	69 002	65 684	57 875
Amortizações do imobilizado	26 262	27 221	26 961	27 189	27 899
Ebit <sup>2</sup>	21 770	34 604	42 041	38 495	29 976
Resultados antes de impostos	13 484	29 529	36 665	33 295	23 265
Resultado líquido do exercício	9 378	20 436	26 024	23 788	16 329
Cash flow <sup>3</sup>	44 911	54 851	60 689	56 344	52 289

<sup>1</sup>Resultados antes de encargos financeiros, impostos e amortizações

<sup>2</sup>Resultados antes de encargos financeiros e impostos

<sup>3</sup>Resultado líquido mais amortizações e provisões

## Balanço

montantes em milhares de euros

	2002	2003	2004	2005	2006
Capital social	150 000	150 000	150 000	150 000	150 000
Capital próprio	322 452	334 548	343 093	345 906	343 780
Reservas de reavaliação	107 150	104 110	101 340	118 165	114 105
Passivo	282 435	316 031	332 276	341 880	371 405
Activo líquido total	604 887	650 580	675 369	687 786	715 185
Capital próprio/activo líquido total, %	53,3%	51,4%	50,8%	50,3%	48,1%
Endividamento bancário MLP	137 457	143 380	143 605	175 208	202 190
Investimento <sup>1</sup>	45 301	39 950	59 520	57 372	57 195
Rendimento do capital próprio, %	2,9%	6,1%	7,6%	6,9%	4,7%
Rendimento do activo, %	1,6%	3,1%	3,9%	3,5%	2,3%

<sup>1</sup>Novo, líquido de amortizações



Rouxinol - *Luscinia megarhynchos*







# RELATÓRIO DE GESTÃO



Águia-d'asa-redonda - *Buteo buteo*

# MENSAGEM DO PRESIDENTE



**João Manuel Lopes Fidalgo**  
*Presidente do Conselho de Administração da EPAL*

Em 2006 a EPAL, cumprindo a sua missão de empresa de abastecimento e distribuição de água, manteve a regularidade das suas operações e a qualidade do seu serviço, como é atestado por um conjunto de indicadores.

De facto, a definição de objectivos de eficiência cada vez mais exigentes e a boa gestão dos recursos disponíveis permitiram à EPAL manter um bom desempenho económico, apesar de nova contracção dos consumos de água.

Simultaneamente sentiu-se a necessidade de reflectir e prospectar o futuro e o Conselho de Administração promoveu um conjunto de acções, com recurso a consultores externos quando era caso disso, que visaram a análise e discussão de linhas estratégicas de desenvolvimento da empresa em termos da gestão sustentável das suas operações, da diversificação de actividades e do seu enquadramento na gestão do ciclo integrado da água. Daí decorreram várias iniciativas e decisões com reflexos nos processos de relacionamento interno e externo da empresa.

Nesse sentido, efectuou a revisão de dois documentos fundamentais como sejam o Plano Director e o Plano Geral da Rede, onde foram consideradas soluções estruturais para a satisfação da procura num horizonte de 20 anos, tendo em conta uma análise dos riscos inerentes à actividade de abastecimento de água.

Durante o ano consolidou-se uma nova abordagem estratégica para a gestão da rede de distribuição em

Lisboa através da sua segmentação em Zonas de Monitorização e Controlo (ZMC). Só através da medição e caracterização do funcionamento da rede é possível reduzir o tempo de detecção e reacção a anomalias e quantificar e localizar água não facturada. Em 2006 criaram-se já 35 ZMC's, abrangendo 16% dos clientes e 25% da rede, com dados disponíveis diariamente para análise. Também na área da rede de transporte se iniciou a preparação de 13 projectos de macromedição, de forma a garantir a realização de obras em 2007.

Na preparação do orçamento para 2007 e na sequência da citada revisão do Plano Geral e do Plano Director, a empresa procurou desenvolver uma nova abordagem à definição da política de investimentos numa óptica de racionalização do capital empregue. Neste contexto, foram constituídos internamente painéis de peritos responsáveis pela definição de estratégias de reabilitação a partir do tratamento da base informativa disponível, integrando custos de investimento de renovação, custos de reparação, idade e comportamento histórico das infra-estruturas enterradas e natureza crítica das mesmas. O passo seguinte corresponderá à implementação de um modelo integrado de gestão de activos.

A reorganização da função de compras na empresa levou à criação de uma nova estrutura, o Gabinete de Logística - LOG, com a missão de centralizar e uniformizar os processos de compras que se encontravam dispersos, com grande diversidade de procedimentos e sistemas de controlo inadequados.

Privilegiando as relações com os seus clientes, a EPAL lançou a 15 de Março de 2006, Dia do Consumidor, uma campanha de comunicação institucional que visava projectar a imagem da empresa segundo três eixos: a qualidade e fiabilidade do serviço, a modernidade dos processos, a responsabilidade social e ambiental como valores assumidos pela empresa.

Foi reforçada em 2006 a aposta na gestão dos recursos humanos da empresa e a gestão do conhecimento passou a ser uma preocupação presente nas políticas de promoção de estágios de inserção na vida activa ou nas propostas de abandono da empresa, tendo sido dada também particular atenção às acções de formação e valorização profissional.

Em 17 de Novembro de 2006 o Conselho de Administração deliberou proceder à denúncia do Acordo de Empresa, apresentando às organizações sindicais outorgantes uma proposta que se centrava fundamentalmente na alteração do regime de Complementos de Pensões de Reforma, no sentido da sua evolução para um Plano de Pensões de Contribuição Definida e na eliminação de clausulado ultrapassado pela legislação laboral. Para além de, assim, se dar cumprimento a orientações do Governo, expressas em despacho conjunto do Ministro de Estado e das Finanças e do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, a abertura deste processo negocial é uma oportu-

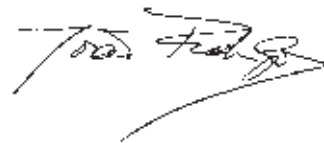
nidade única para reflexão sobre o futuro e as perspectivas de desenvolvimento da EPAL enquanto projecto empresarial sustentável e estruturante no sector da água em Portugal.

As preocupações de sustentabilidade económica e financeira da empresa, medida pela rentabilidade do capital investido, tendo em conta o nível de risco da actividade da empresa, encontram reflexo no respectivo enquadramento regulatório.

Por essa razão foi constituído um grupo de trabalho sobre Regulação e foi promovido um estudo, com apoio de consultores especializados, para analisar modelos regulatórios adequados à especificidade e características da EPAL.

É nossa convicção que se trata de uma questão estratégica que requer toda a atenção do Conselho de Administração, do accionista, das entidades reguladoras e do governo. A transparência do processo é fundamental para a sua credibilidade, com a criação dos incentivos correctos para a melhoria do serviço e sem riscos acrescidos para o capital investido.

Registe-se, finalmente, que a EPAL publicou o seu primeiro Relatório de Sustentabilidade que corresponde à assunção plena das suas responsabilidades em matéria de princípios de ética ambiental e de responsabilidade social em relação à comunidade em que se insere.



João Manuel Lopes Fidalgo  
Presidente

# MISSÃO E OBJECTIVOS

## Missão

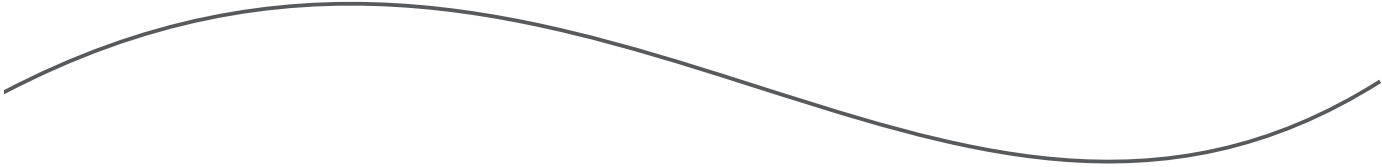
A EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. tem por missão o abastecimento de água para consumo humano na sua região de influência, visando a prestação de um serviço de qualidade com respeito pelos aspectos essenciais de ordem social e ambiental e a colocação das suas capacidades ao serviço do interesse nacional.

## Objectivos

- A satisfação do cliente através da excelência dos níveis de serviço
- A sustentabilidade ambiental
- A rentabilização do capital investido



Rola-comum - *Streptopelia turtur*



# GOVERNO DA SOCIEDADE

## Accionista

A EPAL é uma sociedade anónima de capitais públicos, que tem como accionista único a Águas de Portugal, SGPS, SA, *holding* do grupo com o mesmo nome em que a EPAL está integrada.

A Águas de Portugal foi criada em 1993, é detida inteiramente pelo Estado português e presta serviços a mais de sete milhões de habitantes em Portugal nas áreas do abastecimento de água, do saneamento de águas residuais e do tratamento e valorização de resíduos sólidos.

## Órgãos sociais

A mesa da assembleia geral da EPAL é presidida pela AMEGA - Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água, representada por Carlos Alberto Dias Teixeira, e tem como vice-presidente Cristina Rebelo Pereira e como secretária Alexandra Varandas.

A assembleia geral reuniu uma vez em 2006 para deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício de 2005 e sobre a proposta de aplicação de resultados.

A fiscalização da sociedade compete ao fiscal único António Dias Nabais, revisor oficial de contas e a Joaquim Manuel da Silva Neves, suplente.

O órgão de administração da sociedade é constituído pelo conselho de administração, eleito para o período 2005-2007 e composto por João Manuel Lopes Fidalgo, presidente, Jorge Luís Ferrão de Mascarenhas Loureiro, José Alfredo Manita Vaz, António Bento Franco e Rui Manuel de Carvalho Godinho, vogais.

Em 2006, o conselho de administração reuniu 47 vezes para deliberar sobre objectivos e políticas de gestão, planos de actividade e de investimentos e para assegurar a gestão correntes dos negócios sociais.

Nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 8º do Contrato da Sociedade, é à Assembleia Geral que compete, especialmente, deliberar sobre as remunerações dos membros dos Órgãos Sociais, podendo, para o efeito, designar uma Comissão de Vencimentos.

Na Assembleia Geral de 31 de Março de 1992 foi constituída a Comissão de Vencimentos, cujos membros actualmente em funções - Pedro Eduardo Passos da Cunha Serra e Maria de Fátima Ferreira Pica Ferreira Borges - foram eleitos em Assembleia Geral de 9 de Junho de 2005. A última reunião da Comissão de Vencimentos data de 15 de Maio de 2006.

O montante total de remunerações, auferido pelo conjunto dos membros do órgão de administração da Sociedade, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, foi o seguinte:

Unid: Euros

	Remuneração anual
<b>Mesa da Assembleia Geral:</b>	
Presidente	Por senha de presença, 633,40
Vice-Presidente	Por senha de presença, 475,00
Secretário	Por senha de presença, 316,70
<b>Sub-total</b>	<b>Por senha de presença, 1.425,10</b>
Fiscal único	
António Dias Nabais (ROC)	17.911,88
<b>Sub-total</b>	<b>17.911,88</b>
Conselho de Administração:	
Presidente do Conselho de Administração [1] [2] [3]	135.964,50
Administrador executivo I [2] [3]	126.787,50
Administrador executivo II [2] [3]	126.787,50
Administrador executivo III [2] [3]	126.787,50
Administrador executivo IV [2] [3]	126.787,50
<b>Sub-total</b>	<b>643.114,50</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>661.026,38 + 1.425,10 por senha</b>

[1] Valor pago à AdP SGPS.

[2] Inclui montante relativo a PPR.

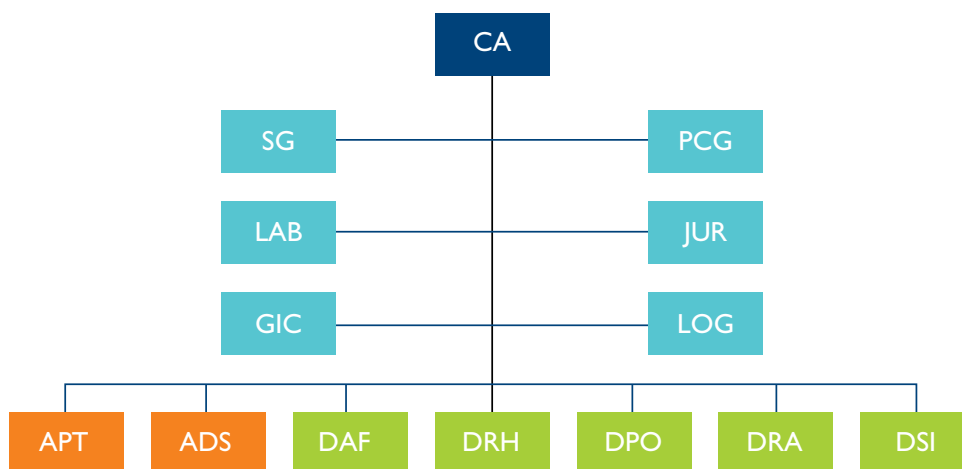
[3] A remuneração não inclui componente variável, por não ser aplicável.

Para apreciar questões do foro ambiental, a sociedade dispõe dum Conselho de Impacte Ambiental, presidido por

Maria Helena Veríssimo Colaço Alegre e em que Maria Paula Batista Antunes e Manuel Duarte Pinheiro são vogais.

## Estrutura Orgânica

A estrutura orgânica da empresa é ilustrada pelo seguinte organograma:



CA: Conselho de Administração

SG: Secretário-Geral

GIC: Gabinete de Imagem e Comunicação

PCG: Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão

JUR: Gabinete Jurídico

LAB: Laboratório Central - tem como responsabilidade principal a concepção, implementação e gestão do Programa de Monitorização da Qualidade da Água tratada em toda a extensão do sistema de abastecimento da EPAL, assim como de todas as captações superficiais e subterrâneas

LOG: Gabinete de Logística

APT: Produção e Transporte - é responsável por todas as captações, estações de tratamento e adutores que garantem a produção e o transporte de água.

ADS: Distribuição - é responsável pela gestão e manutenção da rede geral de distribuição afectada ao abastecimento domiciliário no concelho de Lisboa.

DAF: Direcção Administrativa e Financeira

DRH: Direcção de Recursos Humanos

DPO: Direcção de Projectos e Obras

DSI: Direcção de Sistemas de Informação

DRA: Direcção de Renovação e Ampliação da Rede de Lisboa

Existem, ainda, na dependência directa do conselho de administração, o Museu da Água (MDA) e o Grupo de Trabalho de Monitorização e Controlo (GMC).



## Normas e Regulamentos

No desenvolvimento das suas actividades, a EPAL assegura o cumprimento da legislação aplicável. A empresa rege-se pelo Decreto-Lei nº 230/91, de 21 de Junho, que a transformou em sociedade anónima de capitais integralmente públicos e aprovou os seus estatutos. Rege-se, ainda, pelas normas especiais decorrentes do objecto da sociedade - produção e distribuição de água para consumo humano.

Existem quatro tipos de normas internas:

- **Ordens de serviço**

Documentos normativos emanados do Conselho de Administração e vinculativos para toda a empresa, respeitantes a assuntos estruturantes, tais como cons-

tituição de pelouros, estrutura orgânica da EPAL, delegações e subdelegações de competência, entre outros;

- **Procedimentos administrativos**

Documentos normativos respeitantes a funções e processos de natureza eminentemente administrativa;

- **Procedimentos operativos**

Documentos respeitantes a funções e processos relativos à captação, produção, tratamento, adução, distribuição, medição de água e manutenção;

- **Instruções de trabalho**

Documentos que descrevem pormenorizadamente uma ou mais tarefas específicas de um processo.

Os documentos citados podem ser consultados na *intranet* da empresa.



### Conselho de Administração:

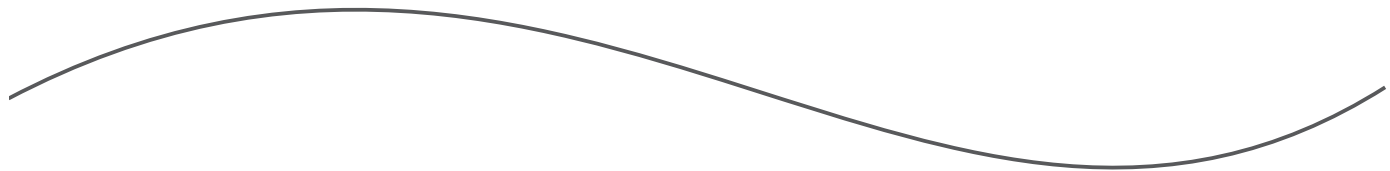
João Manuel Lopes Fidalgo, *Presidente*

Jorge Luís Ferrão de Mascarenhas Loureiro, *Vogal*, António Bento Franco, *Vogal*

José Alfredo Manita Vaz, *Vogal* e Rui Manuel de Carvalho Godinho *Vogal*



Melro - *Turdus merula*



# DA PRODUÇÃO À DISTRIBUIÇÃO

O fornecimento de água potável pela EPAL é antecedido de um processo elaborado de captação, tratamento e transporte.

Para abastecer 2,6 milhões de consumidores, directamente na área de Lisboa e indirectamente através de entidades gestoras municipais e multi-municipais em 25 concelhos a norte e oeste da capital, a EPAL dispõe de 745 km de adutores e 1 427 km de condutas de distribuição.

## Produção

A EPAL explora um sistema com uma capacidade diária de produção de cerca de 1 045 000 m<sup>3</sup>. Este sistema de exploração compreende três subsistemas:

- **Castelo do Bode**, com uma capacidade de produção de 500 000 m<sup>3</sup> diários de água captada superficialmente;
- **Tejo**, com uma capacidade de produção diária de 220 000 m<sup>3</sup> de água superficial e de cerca de 270 000 m<sup>3</sup> de águas subterrâneas;
- **Alviela**, com uma capacidade de produção média de 55 000 m<sup>3</sup> de águas de nascente.



A exploração destes três subsistemas é sustentada por um vasto conjunto de infra-estruturas destinadas ao transporte da água captada e tratada.

O volume total de água captada em 2006 foi de 244 350 667 m<sup>3</sup>, tendo sido produzidos, após tratamento, 244 063 092 m<sup>3</sup>. Esta diferença corresponde a águas de processo resultantes das operações de tratamento.



## Distribuição

A EPAL fornece água, para distribuição nas respectivas áreas de intervenção, aos municípios de:

Sintra	Ourém	Cartaxo
Loures/Odivelas	Torres Novas	Batalha
Oeiras/Amadora	Alcanena	Torres Vedras
Cascais	Porto de Mós	Arruda dos Vinhos
Vila Franca de Xira	V. N. da Barquinha	Sobral de Monte Agraço
Mafra	Constância	Azambuja
Tomar	Leiria	Alenquer
Entroncamento	Santarém	

aos cinco últimos através da empresa multi-municipal Águas do Oeste.

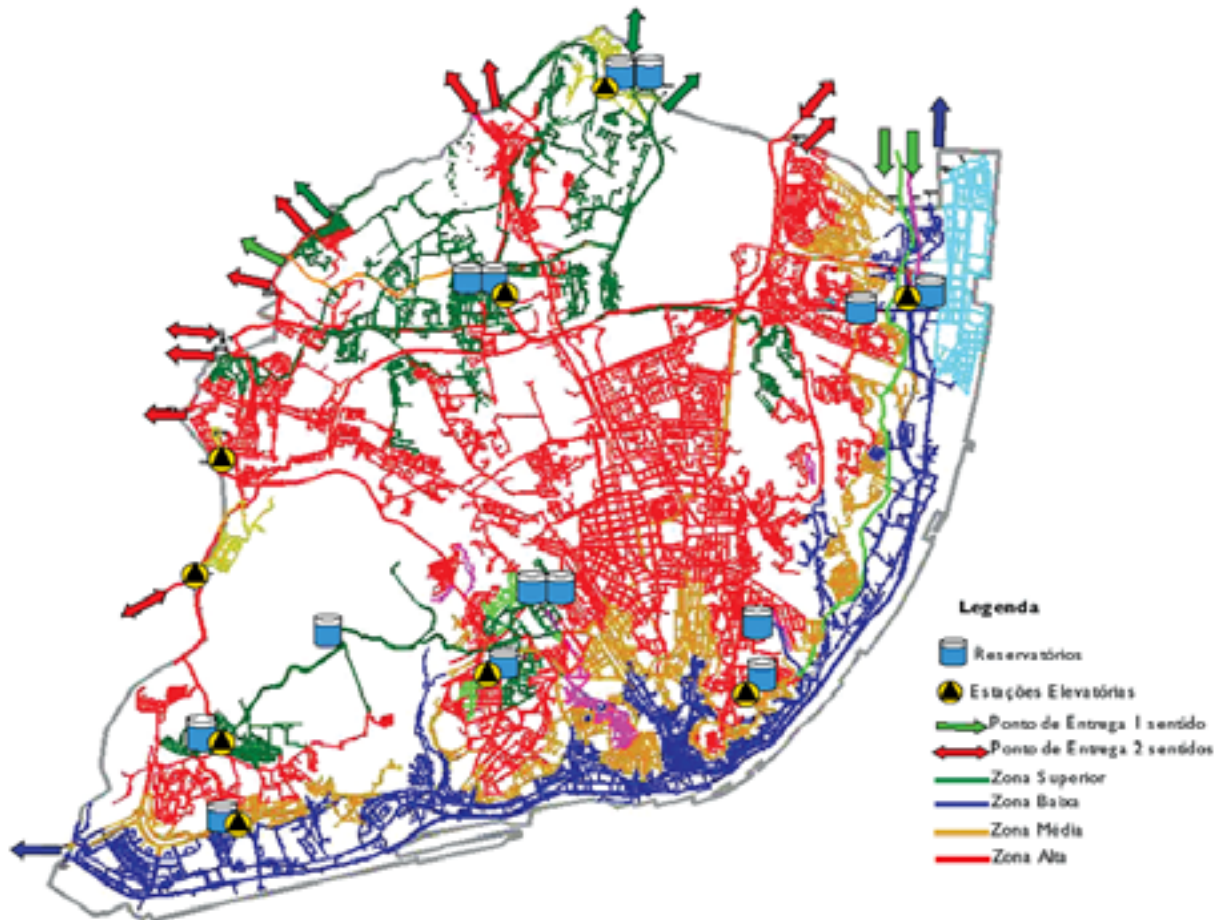
O volume fornecido às entidades gestoras municipais e multi-municipais, em 2006, foi de 150 662 222 m<sup>3</sup>, menos 3,96% do que 2005.

Em Lisboa, a EPAL distribui água directamente ao cliente final. A rede geral de distribuição directa tem 1 427 Km e é constituída por 14 reservatórios, 9 estações elevatórias e cerca de 90 mil ramais de ligação.

Esta estrutura permite o abastecimento a uma área de 85 km<sup>2</sup> com 519 795 habitantes (estimativa do INE para 31 de Dezembro de 2005). A rede é abastecida pelos aquedutos Alviela e Tejo e pelos adutores Vila Franca de Xira-Telheiras e de Circunvalação, cujas capacidades diárias de fornecimento a Lisboa são de 35 000 m<sup>3</sup>, 360 000 m<sup>3</sup>, 240 000 m<sup>3</sup> e 60 000 m<sup>3</sup>, respectivamente. A rede de distribuição compreende quatro zonas altimétricas: a baixa, a média, a alta e a superior, definidas em função da topografia da cidade.



## Distribuição de água em Lisboa

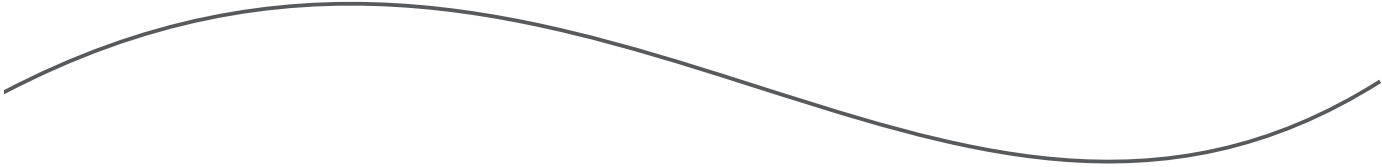


O volume de água fornecida aos clientes da área da distribuição foi de 59 719 197 m<sup>3</sup>, menos 1,8% do que no

ano anterior, em grande medida fruto das campanhas da própria empresa referentes ao uso racional da água.



Pisco-de-peito-ruivo - *Erithacus rubecula*



# QUALIDADE DA ÁGUA

O sistema de gestão da qualidade da água da EPAL garante o controlo de processos e de parâmetros nas diversas fases de captação, tratamento, transporte e distribuição. O controlo de qualidade é assegurado pelo Laboratório Central (LAB) da empresa e pelos laboratórios da Asseiceira e de Vale da Pedra.

## Monitorização

O LAB é o órgão responsável pela concepção, implementação e gestão do Programa de Monitorização da Qualidade da Água (PMQA).

Em 2006, o LAB cumpriu o programa previsto no PMQA para amostragem e análise da água captada à superfície e no subsolo, aduzida, fornecida a entidades gestoras para distribuição e distribuída na cidade de Lisboa.

O objectivo do programa foi obter dados para apoio e orientação das acções de gestão e garantia da qualidade da água.

O PMQA aprovado pelo Conselho de Administração da EPAL compreende dois tipos de controlo: o controlo legal e o controlo operacional ou de vigilância.

Enquanto o controlo legal - exercido pelo Instituto Regulador de Águas e Resíduos (IRAR) - se refere ao cumprimento dos requisitos legais aos quais a EPAL está obrigada enquanto entidade gestora de sistemas de abastecimento de água destinada ao consumo humano, o controlo operacional ou de vigilância tem por objectivo comprovar o nível de qualidade da água para consumo humano em toda a extensão do sistema de abastecimento e detectar, em tempo útil, possíveis anomalias, ocasionais ou sistemáticas, de modo a permitir que sejam postas em prática medidas preventivas eficazes. Neste programa é dada particular atenção à monitorização da qualidade microbiológica e do cloro residual, através da realização de colheitas diárias.

No âmbito do PMQA, foram colhidas 7 239 amostras de água em 264 pontos fixos representativos de todo o sistema da EPAL - captações, ETAs, adutores, pontos de entrega a entidades gestoras e rede de distribuição da cidade de Lisboa - e em 1352 pontos de amostragem em torneiras de consumidores da cidade de Lisboa. Realizaram-se 174 709 determinações de substâncias/espécies da qualidade da água, com a distribuição constante do Quadro I.

Determinações realizadas em 2006 no sistema de abastecimento da EPAL

	N.º Determinações (espécies)
<b>Controlo legal</b>	
Rede da Cidade de Lisboa	
(Torneiras de consumidores)	21875
Entregas a Entidades Gestoras	45366
Clientes Directos fora da cidade de Lisboa	1110
<b>Controlo operacional/Vigilância</b>	
Captações Subterrâneas	8783
Captações Superficiais	5815
ETA (águas de processo)	312
Sistema de Adução	44798
Rede da Cidade de Lisboa	
(Pontos fixos)	46650
<b>Total</b>	<b>174 709</b>

A EPAL dispõe, ainda, de Planos de Controlo Operacional da Qualidade da Água para os subsistemas do Castelo do Bode e do Tejo, os quais foram integralmente cumpridos.

## Determinações realizadas em 2006 no controlo operacional

Controlo operacional de processo	Nº de determinações
Controlo laboratorial da Asseiceira	74 200
Controlo laboratorial de Vale da Pedra	194 790
Total	268 990

## Caracterização

### Qualidade da água nas origens

No nível de captação utilizado ao longo do ano pela EPAL na torre de tomada de água na albufeira do Castelo do Bode não se registou nenhuma determinação acima dos VMR (valores máximos recomendados) definidos para as Classes A1/A2/A3 para o parâmetro Temperatura pelo Decreto-Lei nº 236/98.

A ocorrência de valores de pH, coliformes totais, coliformes fecais e estreptococos fecais, ainda que de carácter sistemático, foi facilmente resolvida através do sistema de tratamento da ETA da Asseiceira, facto confirmado pelos resultados obtidos na monitorização da qualidade da água tratada à saída da estação, que nunca registaram valores não conformes às normas de qualidade do Decreto-Lei nº 243/2001.

Apesar de a linha de tratamento da Asseiceira permitir a produção de água de elevada qualidade para consumo humano, a EPAL está consciente de que é indispensável garantir a protecção da zona de captação, tal como previsto na lei, onde se registam já valores anómalos nos níveis mais próximos da superfície.

No Rio Tejo - Valada Tejo as ocorrências de valores anómalos de coliformes totais e de carência química de oxigénio não foram consideradas sistemáticas e foram eliminadas através do esquema de tratamento da estação de Vale da Pedra, como comprovado pelos resultados obtidos na monitorização da qualidade microbiológica da água tratada à saída da estação que trata a água proveniente do Rio Tejo.

No Rio Alviela - Nascente dos Olhos de Água a água captada caracterizou-se por ser uma água mineralizada, não se tendo registado, ao longo de 2006, nenhuma determinação analítica com valores superiores aos VMA (valores máximos admissíveis) estabelecidos para a Classe A1 de acordo com o art.º 16, n.º 3, do Anexo I do Decreto-Lei n.º 236/98.

A água captada nas origens subterrâneas de aquífero calcário da Ota e de Alenquer caracterizou-se por ser bastante mineralizada, dura e fracamente cloretada e sulfatada, tendo sido registada, durante 2006, somente uma determinação analítica com valores superiores aos VMA estabelecidos para a Classe A1 de acordo com o art.º 16, n.º 3, do Anexo I do Decreto-Lei n.º 236/98.







A água captada no aquífero da bacia do Tejo do Miocénio nas Lezírias caracterizou-se por ser uma água bastante mineralizada, mediamente dura, cloretada e sulfatada. Nestas captações subterrâneas os parâmetros Temperatura e Bário registaram valores que excederam o VMA da Classe A1, nos termos do Decreto-Lei n.º 236/98.

As captações subterrâneas nos aluviões de Poços de Valada caracterizaram-se por serem águas muito mineralizadas.

### Qualidade da água para consumo humano

O número de determinações efectuadas tendo em vista o controlo da qualidade da água para cumprimento dos requisitos legais preconizados no Decreto-Lei n.º 243/2001 foi de 21 875, com a realização de colheitas diárias em torneiras de consumidores particulares e públicos (hospitais, escolas, centros de saúde, etc.) abastecidos a partir da rede de distribuição da cidade de Lisboa.

A análise dos valores obtidos nas amostras recolhidas em torneiras da rede de distribuição de Lisboa permitiu con-

cluir que, com excepção de alguns casos pontuais não repetitivos, a água cumpriu as normas de qualidade definidas na legislação portuguesa, registando-se valores não conformes em 0.23 % das determinações de espécies realizadas.

Relativamente ao ano de 2005, houve uma melhoria generalizada na qualidade da água para consumo humano fornecida pela EPAL, uma vez que se registaram menos incumprimentos, em termos absolutos e percentuais, nas amostras de água distribuída à cidade de Lisboa (controlo legal e controlo operacional) e na água fornecida a entidades gestoras.

A EPAL divulgou mensalmente, no seu site da Internet, mapas estatísticos das análises de demonstração de conformidade efectuadas em água colhida nas torneiras dos consumidores abastecidos através da rede de distribuição de Lisboa, das análises de controlo da qualidade da água distribuída na rede de distribuição de Lisboa (pontos de amostragem fixos) e das análises efectuadas nos respectivos pontos de entrega a entidades gestoras.

Qualidade da água para consumo humano na rede de distribuição de Lisboa  
 Amostragem na Torneira do Consumidor  
 N.º de Pontos de Amostragem: 1059

TOTAL DE DETERMINAÇÕES POR ESPÉCIE: 18,309			Dev: >VP: 51		PERÍODO DE COLHEITA: ANO / 2006	
Parâmetros	N.º DE AMOSTRAS		Valor Determinado		Valor Paramétrico (Decreto-lei n.º 243/2001)	N.º Amostras > Valor paramétrico
	Analisadas	Frequência	Máximo	Mínimo		
<b>Parâmetros Controlo de Rotina R1</b>	<b>4057</b>					<b>47</b>
Cloro total (mg/L Cl <sub>2</sub> )	1353	26 x Semana	1,2	0,03	-	-
- Cloro residual disponível (mg/L Cl <sub>2</sub> )	1353	26 x Semana	1,12	0,02	-	-
Bactérias coliformes totais (u/c/100 mL)	1352	26 x Semana	>300	0	0	41
E.coli (u/c/100 mL)	1352	26 x Semana	300	0	0	4
<b>Parâmetros Controlo de Rotina R2</b>	<b>12,525</b>					<b>1</b>
Número de colónias a 22°C (u/c/100 mL)	825	16 x Semana	>300	0	sem alteração anormal	-
Número de colónias a 22°C (u/c/100 mL)	825	16 x Semana	>300	0	sem alteração anormal	-
Clorídium perfringens (u/c/100 mL)	825	16 x Semana	1	0	0	1
Cor (mg/L escala Pt-Co)	823	16 x Semana	3,77	<2,00	20	0
Turvação (UNT)	823	16 x Semana	3,17	<0,400	4	0
Chumbo (Taxa de difusão a 25° C) *	823	16 x Semana	0	0	3	0
Zinco (Taxa de difusão a 25° C) *	823	16 x Semana	0	0	0	0
pH (escala Símonsen)	823	16 x Semana	8,89	7,24	*6,5 ≤ pH ≤ 9,0	0
Temperatura de determinação do pH (°C)	823	16 x Semana	27,5	15,2	-	0
Condutividade (mg/L O <sub>2</sub> )	823	16 x Semana	2,48	<0,40	5,0	0
Condutividade (µS/cm a 20°C)	823	16 x Semana	509	121,1	2300	0
Ácido amoniacal (mg/L NH <sub>4</sub> )	823	16 x Semana	0,08	<0,070	0,50	0
Nitrato (mg/L NO <sub>3</sub> )	823	16 x Semana	<0,0050	-	0,5	0
Nitrato (mg/L NO <sub>2</sub> )	823	16 x Semana	4,77	1,2	30	0
Alumínio (µg/L Al)	823	16 x Semana	86,1	<40,0	200	0
Ferro (µg/L Fe)	24	2 x Mês	127,0	<20,0	300,0	0
Manganês (µg/L Mn)	823	16 x Semana	27,7	<5,00	30	0
<b>Parâmetros de Controlo de Inspeção</b>	<b>695</b>					<b>2</b>
Enterococos (u/c/100 mL)	24	2 x Mês	8	0	0	2
Dose Indicativa Total (indícios) ***	0	-	-	-	0,10	-
Cloroato (mg/L ClO <sub>3</sub> )	24	2 x Mês	48,3	<15,0	250	0
Sulfato (mg/L SO <sub>4</sub> )	24	2 x Mês	72,4	11,5	250	0
Fluoretos (µg/L F)	24	2 x Mês	210	71	1300	0
Bromato (µg/L BrO <sub>3</sub> )	24	2 x Mês	<20	10	10	0
Iodo (mg/L I <sub>2</sub> )	24	2 x Mês	12,8	4,33	300	0
Cádmio (µg/L Cd)	24	2 x Mês	<0,10	-	5,0	0
Chumbo (µg/L Pb)	24	2 x Mês	4,22	<2,00	25	0
Cobalto (µg/L Co)	24	2 x Mês	<10,0	-	1,000	0
Cromo (µg/L Cr)	24	2 x Mês	<2,00	-	30	0
Níquel (µg/L Ni)	24	2 x Mês	<3,00	-	30	0
Antimônio (µg/L Sb)	24	2 x Mês	<2,00	-	5,0	0
Ársenio (µg/L As)	24	2 x Mês	1,55	<0,50	10	0
Selénio (µg/L Se)	24	2 x Mês	<1,00	-	10	0
Mercurio (µg/L Hg)	24	2 x Mês	<0,20	-	1,0	0
Boro (µg/L B)	24	2 x Mês	54,7	<20,0	1 000	0
Carbono orgânico total (mg/L C)	24	2 x Mês	2,01	0,60	sem alteração anormal	-
Acetato de cálcio total (indícios a Ac) (Bq/L) *	24	2 x Mês	0,11	<0,030	0,1	1
Acetato de cálcio total (indícios a K) (Bq/L) **	24	2 x Mês	0,19	<0,030	0,0	0
Tríto (Bq/L) **	0	-	-	-	30	0
Cianeto (µg/L CN)	23	2 x Mês	<5	-	30	0
Acetato (µg/L) *	0	-	-	-	0,10	-
THM Total (µg/L)	24	2 x Mês	101,8	30,3	100	0
- Bromoformo (µg/L)	24	2 x Mês	19,5	5,9	-	-
- Bromoaceto (µg/L)	24	2 x Mês	20,2	<0,50	-	-
- Cloroformo (µg/L)	24	2 x Mês	69,8	4,88	-	-
- Dibromoclorometano (µg/L)	24	2 x Mês	18,0	5,2	-	-
Soma Tricloroetileno e Tetracloreto (µg/L)	24	2 x Mês	0,134	-	10	0
- Tricloroetileno (µg/L)	24	2 x Mês	<1,0	-	-	-
- Tetracloreto (µg/L)	24	2 x Mês	<1,0	-	-	-
Benz(a)pireno (µg/L)	24	2 x Mês	<0,00100	-	0,010	0
- Nafaleno (µg/L)	24	2 x Mês	<0,0140	-	-	-
- Acenafeno (µg/L)	24	2 x Mês	<0,0220	-	-	-
- Acenafeno (µg/L)	24	2 x Mês	<0,0080	-	-	-
- Fluoreno (µg/L)	24	2 x Mês	<0,00190	-	-	-
- Dibenz(a,h)antraceno (µg/L)	24	2 x Mês	<0,00320	-	-	-
- Benzo(a)fluoranteno (µg/L)	24	2 x Mês	0,0102	<0,060	-	-
- Antraceno (µg/L)	24	2 x Mês	<0,0050	-	-	-
- Fluoranteno (µg/L)	24	2 x Mês	0,00400	<0,02540	-	-
- Pireno (µg/L)	24	2 x Mês	<0,0120	-	-	-
- Benzo(a)pireno (µg/L)	24	2 x Mês	<0,00100	-	-	-
- Criseno (µg/L)	24	2 x Mês	<0,00280	-	-	-
HAP total (sumatório dos anteriores) (µg/L)	24	2 x Mês	-	-	0,10	0
- Benzo(a)fluoranteno (µg/L) *	24	2 x Mês	<0,0021	-	-	-
- Benzo(a)fluoranteno (µg/L) **	24	2 x Mês	<0,00150	-	-	-
- Benzo(a)fluoranteno (µg/L) **	24	2 x Mês	<0,0120	-	-	-
- Indeno(1,2,3-cd)pireno (µg/L) **	24	2 x Mês	<0,0000	-	-	-
Benzo(a)pireno (µg/L)	24	2 x Mês	<0,30	-	0,0	0
Epictidina (µg/L)	24	2 x Mês	<0,06	-	0,10	0
1,2-dicloroetano (µg/L)	24	2 x Mês	<0,10	-	3,0	0
Cloro de Vólio (µg/L)	24	2 x Mês	<0,88	-	0,50	0
Pesticidas individuais e total (µg/L) **	24	2 x Mês	-	-	0,50	0
Pesticidas Grupo 1 - total (µg/L) **	24	2 x Mês	-	-	-	-
- Alifloto (µg/L)	24	2 x Mês	<0,1	-	0,10	0
- Atrazina (µg/L)	24	2 x Mês	<0,1	-	0,10	0
- Carbofentozol (µg/L)	15	2 x Mês	<0,1	-	0,10	0
- Conaxazol (µg/L)	15	2 x Mês	<0,1	-	0,10	0
- Desmetilatoxina (µg/L)	24	2 x Mês	<0,1	-	0,10	0
- Desmetilmetoxina (µg/L)	24	2 x Mês	<0,1	-	0,10	0
- Desmetilbutoxina (µg/L)	24	2 x Mês	<0,1	-	0,10	0
- Diurão (µg/L)	24	2 x Mês	<0,1	-	0,10	0
- Dimetato (µg/L)	15	2 x Mês	<0,1	-	0,10	0
- Dinocap (µg/L)	15	2 x Mês	<0,1	-	0,10	0
- Linaró (µg/L)	24	2 x Mês	<0,1	-	0,10	0
- Metaxal (µg/L)	24	2 x Mês	<0,1	-	0,10	0
- S-Metololol (µg/L)	24	2 x Mês	<0,1	-	0,10	0
- Metribuzina (µg/L)	15	2 x Mês	<0,1	-	0,10	0
- Molissu (µg/L)	24	2 x Mês	<0,1	-	0,10	0
- Primetanal (µg/L)	15	2 x Mês	<0,1	-	0,10	0
- Propant (µg/L)	24	2 x Mês	<0,1	-	0,10	0
- Terbufosina (µg/L)	24	2 x Mês	<0,1	-	0,10	0
- Terbutolama (µg/L)	24	2 x Mês	<0,1	-	0,10	0
Pesticidas Grupo 2 - total (µg/L) **	24	2 x Mês	-	-	-	-
- IPBCA (µg/L)	24	2 x Mês	<0,1	-	0,10	0
- 2,4-D (µg/L)	24	2 x Mês	<0,1	-	0,10	0
- Bentazona (µg/L)	24	2 x Mês	<0,1	-	0,10	0
Pesticidas Grupo 3 - total (µg/L) **	24	2 x Mês	<0,1	-	-	-
- Triazina (µg/L)	24	2 x Mês	<0,1	-	0,10	0
Pesticidas Grupo 4 - total (µg/L) **	24	2 x Mês	-	-	-	-
- Parquat (µg/L)	24	2 x Mês	<0,1	-	0,10	0
Pesticidas Grupo 5 - total (µg/L) **	24	2 x Mês	-	-	-	-
- Ammor (µg/L)	24	2 x Mês	<0,02	-	0,10	0
Pesticidas LCMS - total (µg/L)	9	2 x Mês	-	-	-	-
- Dimetato (µg/L)	9	2 x Mês	<0,030	-	0,10	0
- Conaxazol (µg/L)	9	2 x Mês	<0,050	-	0,10	0
- Carbofentozol (µg/L)	9	2 x Mês	<0,005	-	0,10	0
- Diurão (µg/L)	9	2 x Mês	<0,050	-	0,10	0
- Linaró (µg/L)	9	2 x Mês	<0,030	-	0,10	0
- Primetanal (µg/L)	9	2 x Mês	<0,020	-	0,10	0
- Terbufosina (µg/L)	9	2 x Mês	<0,030	-	0,10	0

\* O ensaio acrobato não está incluído no âmbito de acreditação  
 \*\* Pesticidas subcontrolados e acreditados  
 no Parlamento subcontrolado e não acreditados

Qualidade da água para consumo humano  
Pontos de Entrega a Entidades Gestoras em Baixa  
N.º de Pontos de Amostragem: 91

TOTAL DE DETERMINAÇÕES POR ESPÉCIE: 33,694		Dev: >VP: 22		PERÍODO DE COLHEITA ANO / 2006	
Parâmetros	Nº DE AMOSTRAS ANALISADAS	Máximo	Mínimo	Valor Paramétrico (Decreto-lei n.º 243/2001)	Nº Amostras > Valor paramétrico
<b>Parâmetros Controlo de Rotina R1</b>	<b>6273</b>				<b>10</b>
Cloro total (mg/L Cl <sub>2</sub> )	2095	2,58	0	-	-
► Cloro residual disponível (mg/L Cl <sub>2</sub> )	2095	2,58	0	-	-
Bactérias coliformes totais (u/c/100 mL)	2089	16	0	0	9
E.coli (u/c/100 mL)	2089	1	0	0	1
<b>Parâmetros Controlo de Rotina R2</b>	<b>13,720</b>				<b>9</b>
Número de colónias a 37°C ( u/c/mL )	766	343	0	sem alteração anormal	0
Número de colónias a 22°C ( u/c/mL )	766	55	0	sem alteração anormal	0
Clastidium borlinghausi ( u/c/100 mL )	763	2	0	0	2
Col (mg/L, escala Pb-Co)	764	4,3	<1,3	20	0
Turvação (UNT)	803	12,9	<0,20	4	4
Cloro (Taxa de diluição a 25° C) *	764	1	0	3	0
Sabor (Taxa de diluição a 25° C) *	764	0	0	3	0
pH ( escala Sorensen )	686	8,7	6,90	6,5 ≤ 9,0	0
Temperatura de determinação do pH (°C)	686	27,3	14,80	-	-
Oxalato ( mg/L O <sub>2</sub> )	805	3,1	0,3	5,0	0
Condutividade ( µS/cm a 20°C )	2006	776	76	1500	0
Ázoto amoniacal ( mg/L NH <sub>3</sub> )	661	0,11	<0,070	0,50	0
Nitrato ( mg/L NO <sub>3</sub> )	661	0,0073	<0,0050	0,5	0
Níquel ( mg/L Ni )	2004	13,66	<1,00	50	0
Alumínio ( µg/L Al )	661	349	<40,0	200	2
Ferro ( µg/L Fe )	165	81,7	<20,0	200,0	2
Manganês ( µg/L Mn )	661	84,6	<5,00	50	1
<b>Parâmetros de Controlo de Inspeção</b>	<b>6101</b>				<b>3</b>
Enterococos ( u/c/100 mL )	1073	1	0	0	1
Dose Indicativa Total (nóvels) **	0	-	-	0,10	-
Cloroato ( mg/L Cl )	212	128	<15,0	250	0
Sulfato ( mg/L SO <sub>4</sub> )	207	141	<10,0	250	0
Fluoretos ( µg/L F )	174	471	<70	1500	0
Bromatos ( µg/L BrO <sub>3</sub> )	174	<20	-	10	0
Sódio ( mg/L Na )	209	182	<5,00	200	0
Cádmio ( µg/L Cd )	174	0,23	<0,10	3,0	0
Chumbo ( µg/L Pb )	165	3,3	<2,00	25	0
Cobalto ( µg/L Co )	165	27,9	<10,0	2 000	0
Cromo ( µg/L Cr )	174	8,26	<2,00	50	0
Níquel ( µg/L Ni )	165	5,8	<3,00	20	0
Antimônio ( µg/L Sb )	174	<3,00	-	3,0	0
Ársenio ( µg/L As )	174	3,42	<0,50	10	0
Selénio ( µg/L Se )	174	<1,00	-	10	0
Mercúrio ( µg/L Hg )	174	<0,20	-	1,0	0
Boro ( µg/L B )	174	163	<20,0	1 000	0
Carbono orgânico total ( mg/L C )	174	2,99	<0,2	sem alteração anormal	-
Atividade alta total (preferida a Am) (Bq/L) **	169	0,16	<0,028	0,1	2
Atividade beta total (preferida a K) (Bq/L) **	169	0,21	<0,030	1,0	0
Trítio ( Bq/L ) **	0	-	-	50	-
Cinco ( µg/L CN ) **	174	7	<5	50	0
Acetileno ( µg/L ) *	235	<0,10	-	0,10	0
TriHET total ( µg/L )	235	114,2	-	100	0
► Bromoformo ( µg/L )	235	24,5	<0,50	-	-
► Bromoetano ( µg/L )	235	29,0	<0,50	-	-
► Clorofórmio ( µg/L )	235	95,2	<1,0	-	-
► Dibromocloroetano ( µg/L )	235	26,0	0,340	-	-
Soma Tricloroetano e Tetracloroetano ( µg/L )	235	1233,000	-	10	0
► Tricloroetano ( µg/L )	235	<1	-	-	-
► Tetracloroetano ( µg/L )	235	1,2100	<0,05	-	-
Benzopireno ( µg/L )	165	<0,00160	-	0,010	0
► Nafaleno ( µg/L )	165	<0,0140	-	-	-
► Acenafileno ( µg/L )	165	<0,0220	-	-	-
► Acenafeno ( µg/L )	165	<0,0080	-	-	-
► Fluoreno ( µg/L )	165	<0,00790	-	-	-
► Dibenz(a,h)antraceno ( µg/L )	165	<0,00120	-	-	-
► Fenantreno ( µg/L )	165	0,0120	<0,0040	-	-
► Antraceno ( µg/L )	165	<0,00070	-	-	-
► Fluoranteno ( µg/L )	165	<0,00540	-	-	-
► Pireno ( µg/L )	165	<0,0120	-	-	-
► Benzo(a)antraceno ( µg/L )	165	<0,00100	-	-	-
► Criseno ( µg/L )	165	<0,00280	-	-	-
HAP total (somatório das análises TV) ( µg/L )	165	-	-	0,10	0
► Benzo(a)pireno ( µg/L )	165	<0,0021	-	-	-
► Benzo(b)fluoranteno ( µg/L )	165	<0,0010	-	-	-
► Benzo(k)fluoranteno ( µg/L )	165	<0,0120	-	-	-
► Benzo(e)fluoranteno ( µg/L )	165	<0,0200	-	-	-
Benzeno ( µg/L )	174	<0,20	-	1,0	0
Epifenidreno ( µg/L )	165	<0,06	-	0,10	0
1,2-dicloroetano ( µg/L )	174	<0,10	-	3,0	0
Cloro de Tricloro ( µg/L )	165	<0,03	-	0,30	0
Pesticidas individuais e total ( µg/L ) **	174	-	-	0,50	0
Pesticidas Grupo 1 - total ( µg/L ) **	174	-	-	-	-
► Alifato ( µg/L )	174	<0,1	-	0,10	0
► Arocloro ( µg/L )	174	<0,1	-	0,10	0
► Carbofurano ( µg/L )	125	<0,1	-	0,10	0
► Cimoxanil ( µg/L )	125	<0,1	-	0,10	0
► Desacidiazina ( µg/L )	174	<0,1	-	0,10	0
► Difenilmetano ( µg/L )	174	<0,1	-	0,10	0
► Difenilmetileno ( µg/L )	174	<0,1	-	0,10	0
► Diurilo ( µg/L )	174	<0,1	-	0,10	0
► Dimeteno ( µg/L )	125	<0,1	-	0,10	0
► Dinocap ( µg/L )	125	<0,1	-	0,10	0
► Linarilo ( µg/L )	174	<0,1	-	0,10	0
► Metaxil ( µg/L )	174	<0,1	-	0,10	0
► S-Piclotactoro ( µg/L )	174	<0,1	-	0,10	0
► Metribuzina ( µg/L )	125	<0,1	-	0,10	0
► Moleno ( µg/L )	174	<0,1	-	0,10	0
► Primateal ( µg/L )	125	<0,1	-	0,10	0
► Primateal ( µg/L )	174	<0,1	-	0,10	0
► Simazina ( µg/L )	174	<0,1	-	0,10	0
► Tebuconazole ( µg/L )	125	<0,1	-	0,10	0
► Terbutilazina ( µg/L )	174	<0,1	-	0,10	0
Pesticidas Grupo 2 - total ( µg/L ) **	174	-	-	-	-
► HPFA ( µg/L )	174	<0,1	-	0,10	0
► 2,4-D ( µg/L )	174	<0,1	-	0,10	0
► Benzazona ( µg/L )	174	<0,1	-	0,10	0
Pesticidas Grupo 3 - total ( µg/L ) **	174	<0,1	-	-	-
► Triazina ( µg/L )	174	<0,1	-	0,10	0
Pesticidas Grupo 4 - total ( µg/L ) **	174	-	-	-	-
► Paraquat ( µg/L )	174	<0,1	-	0,10	0
Pesticidas Grupo 6 - total ( µg/L ) **	174	-	-	-	-
► Amoral ( µg/L )	174	<0,02	-	0,10	0
Pesticidas LCMS - total ( µg/L )	49	-	-	-	-
► Dimetato ( µg/L )	49	<0,030	-	0,10	0
► Cimoxanil ( µg/L )	49	<0,050	-	0,10	0
► Carbofurano ( µg/L )	49	<0,005	-	0,10	0
► Diurilo ( µg/L )	49	<0,050	-	0,10	0
► Linarilo ( µg/L )	49	<0,030	-	0,10	0
► Primateal ( µg/L )	49	<0,030	-	0,10	0
► Tebuconazole ( µg/L )	49	<0,030	-	0,10	0

\* O ensaio realizado não está incluído no âmbito de acreditação  
\*\* Parâmetro subcontratado e acreditado

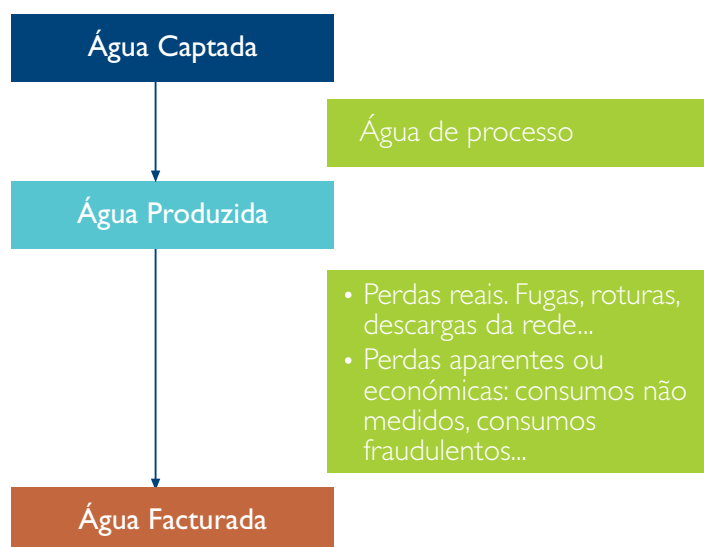


Milheirinha - *Serinus serinus*

# ÁGUA NÃO FACTURADA

Enquanto que tem pouca expressão a diferença entre a água captada e a água produzida, cujo volume representa 0,1% e respeita a água que não pôde ser recuperada nas operações de tratamento, a diferença entre a água produzida e a água facturada - às entidades gestoras

municipais e multi-municipais e aos clientes finais em Lisboa - tem uma relevância que justifica uma atenção contínua e a conseqüente tomada de medidas. O diagrama seguinte ilustra o volume de perdas de água nas diferentes fases do ciclo:



O volume de perdas na adução até à entrada em Lisboa e à entrega às entidades gestoras municipais e multi-municipais atingiu 10,6 milhões de metros cúbicos, correspondente a 4,3% da água produzida. Na distribuição, o volume de perdas fixou-se nos 23,4 milhões de metros cúbicos, o que corresponde a 20,2% da água entrada em Lisboa. O volume total de água não facturada correspondeu, assim, a 34 milhões

de metros cúbicos, ou seja, 13,9% do total de água captada.

Neste quadro, assume especial relevância a perda de água por roturas. Devido à antiguidade do seu sistema, a EPAL enfrenta um desafio de renovação da rede de condutas e ramais, a que tem respondido com um esforço de investimento significativo. Este trabalho de substituição tem feito diminuir o número de roturas, como mostra o quadro seguinte:

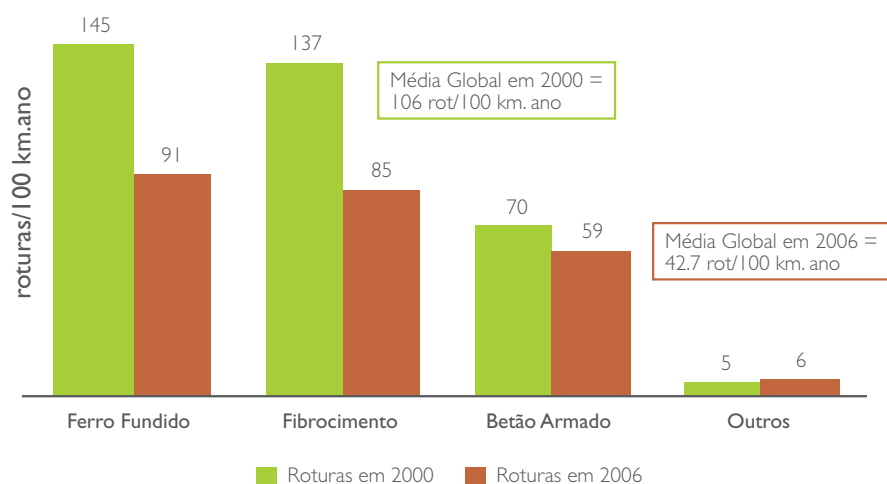
Número de roturas em condutas e ramais

	2002	2003	2004	2005	2006	Variação 2002-2006 %
Roturas em condutas	1.294	906	724	692	601	-54%
Roturas em ramais	4.027	4.016	2.563	2.048	1.727	-57%
<b>TOTAL</b>	<b>5.321</b>	<b>4.922</b>	<b>3.287</b>	<b>2.740</b>	<b>2.328</b>	<b>-56%</b>

Dos 1 427 km da rede de distribuição de Lisboa, no período compreendido entre 2002 e 2006, foram substituídos 306,7 km de condutas com diâmetros compreendidos entre os 110 e os 1000 mm. Em consequência, o

indicador do número de roturas por 100 km, no período compreendido entre 2002 e 2006, baixou das 106 roturas/ano para 42,7 roturas/ano, como mostra o quadro seguinte:

## Índice de roturas na rede de distribuição



Outro indicador relevante para a redução das perdas é a percentagem de roturas reparadas em menos de 24 horas que, para tubagem com diâmetro inferior a 400 mm, atingiu os 91,5%.

O Plano de Monitorização e Controlo para Combate às Perdas de Água, elaborado pelo Grupo de Monitorização e Controlo (GMC) em colaboração com as áreas de exploração da EPAL, foi lançado em Janeiro de 2006 com o objectivo de monitorizar e analisar as redes de adução e distribuição e permitir, com recurso às novas ferramentas do G/Interaqua, Epanet e

telemetria, a tomada de medidas para a redução do volume de água não facturada.

Na área de distribuição, o principal objectivo foi implementar Zonas de Monitorização e Controlo (ZMC) e Zonas de Monitorização e Transporte (ZMT) em toda a rede. A segmentação em ZMC permitirá à EPAL fazer o levantamento do sistema de distribuição, reduzir o tempo de detecção e reacção às anomalias na rede, melhorar o serviço ao cliente e a fiabilidade do sistema, permitir uma gestão pró-activa e identificar a água não facturada, tanto perdas reais como aparentes.





Até Dezembro de 2006, foram implementadas 35 ZMC que englobam cerca de 16% dos clientes (56 000) e 23% da rede (276 km).

Durante o ano foi desenvolvido um programa informático inovador, denominado IMC - Integração, Monitorização e Controlo, com o objectivo de gerir todos os dados relativos à monitorização das ZMC vindos dos sistemas de telemetria e de telegestão.

Em Dezembro, o conselho de administração aprovou a primeira inspecção às grandes condutas através do recurso ao sistema denominado SAHARA, desenvolvido pelo Water Research Centre do Reino Unido. O SAHARA é um sistema avançado de detecção e localização de fugas por métodos acústicos e visualização e inspecção do interior das condutas por TV remota. Os primeiros ensaios da inspecção deverão ocorrer em Março de 2007 nos adutores de Vila Franca de Xira/Telheiras, nas condutas de água bruta de Valada Tejo e em vários locais nas condutas principais da Zona Média e da Zona Baixa da rede de Lisboa.



Mocho-galego - *Athene noctua*



# INVESTIMENTOS

As despesas de investimento totalizaram 57,2 milhões euros em 2006, um número semelhante ao do ano anterior (57,4 milhões de euros). A distribuição do montante investido pelas diferentes áreas estratégicas apresenta-se no quadro seguinte:

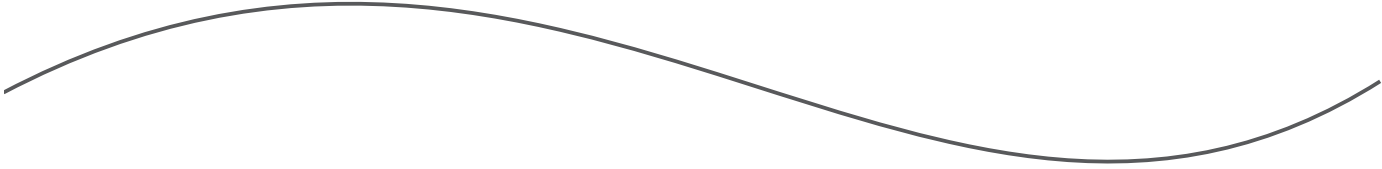
<b>Garantia do abastecimento</b>	<b>46.175.668 EUR</b>
Ampliação do subsistema do Castelo do Bode	26.785.629 EUR
Ampliação da Estação de Tratamento da Asseiceira	15.613.453 EUR
Duplicação do troço entre a Quinta da Marquesa e a Central Elevatória de Vila Franca de Xira	10.898.916 EUR
Reforço do abastecimento a Mafra	4.963.511 EUR
Renovação de 63 km da Rede de Distribuição	13.501.866 EUR
<b>Garantia de qualidade</b>	<b>766.809 EUR</b>
Renovação de equipamentos laboratoriais	358.907 EUR
Instalação de analisadores automáticos e on-line	143.791 EUR
Remodelação da linha de tratamento da ETA de Vale da Pedra	15.708 EUR
Novo edifício do Laboratório Central - Projectos	172.993 EUR
<b>Segurança das infra-estruturas</b>	<b>8.954.395 EUR</b>
Aqueduto do Alviela	8.233.914 EUR
Recuperação do troço Alcanhões/Alcoentre	6.151.912 EUR
Reabilitação dos sifões 35 e 36 (em curso)	997.222 EUR
Manutenção e beneficiação de reservatórios	70.726 EUR
Outros investimentos para segurança das infra-estruturas	649.755 EUR
<b>Tecnologias e sistemas de informação</b>	<b>948.917 EUR</b>
Reforço da capacidade de recuperação dos sistemas de telegestão em situação de catástrofe	98.794 EUR
Reforço da capacidade de transmissão de dados	200.795 EUR
<b>Inovação tecnológica</b>	<b>585.641 EUR</b>
Avaliação da eficiência da rede de distribuição	161.424 EUR
Beneficiação de automatismos da telegestão	151.800 EUR
Modelo piloto de energia solar p/alimentação de equipamentos de automação	26.680 EUR

Realizou-se, em 2006, a revisão e actualização dos dois grandes instrumentos de planeamento da empresa para o longo prazo - o Plano Director do Sistema de Abastecimento e o Plano Geral da Rede de Distribuição de Lisboa. Com um horizonte temporal de 20 anos, nos planos foram considerados os cenários mais prováveis de desenvolvimento e evolução da área de intervenção da empresa e formulados os modelos

estruturais possíveis para satisfação das necessidades de abastecimento, os quais tiveram ainda em conta uma análise dos riscos inerentes à actividade da EPAL. Os planos apontam também uma política de investimentos orientada para a satisfação dos clientes, para o aumento da eficiência dos sistemas de produção, adução e distribuição e para a garantia da quantidade e da qualidade da água a fornecer.



Gaivota-d'asa-escura - *Larus fuscus*



# ATENDIMENTO DO CLIENTE

A EPAL procura conhecer o grau de satisfação e as aspirações dos seus clientes, directos e institucionais, com vista à tomada de medidas adequadas à melhoria dos serviços prestados e de modo a corresponder aos seus anseios e expectativas.

## Clientes directos

### Satisfação do cliente

O índice de satisfação dos clientes da EPAL baseia-se nas respostas a um questionário dirigido a uma amostra representativa de 1 300 clientes e considera 14 atributos identificados como relevantes em estudo realizado para o efeito. O resultado obtido para cada atributo depende da importância que lhe é atribuída pelo cliente - numa escala de 1 a 5 - e do grau de satisfação sentido - numa escala de 1 a 10.



A evolução do índice de satisfação dos clientes nos últimos quatro anos apresenta-se no quadro seguinte:

### ISC 2006

Segmentos	2002	2003	2004	2006
Empresarial	5,8	5,9	6,4	6,4
Doméstico	5,9	6	6,5	6,8
Reclamantes	5,9	5,8	7	6,8
Total	5,9*	6,0*	6,5*	6,7*

(\* média global ponderada pelo peso de cada segmento da amostra)





A inexistência de valores para o índice de satisfação dos clientes em 2005 justifica-se pelo facto de, nesse ano, se ter procedido à actualização e identificação dos atributos mais relevantes do atendimento da empresa aos clientes. Este trabalho permitiu concluir que a seca vivida no ano de 2005 despertou uma maior sensibilidade para o valor da água, o que implicou a atribuição duma maior importância às questões associadas à gestão e manutenção da rede de abastecimento e ao uso eficiente da água, paralelamente às preocupações com a sua qualidade. No nível de satisfação revelado pelo total da amostra, em 2006, os atributos melhor classificados foram a regularidade e a pressão do abastecimento e a simpatia do atendimento e o mais penalizado foi o preço. Registaram-se, ainda, valores elevados de satisfação nos atributos relacionados com a qualidade da água.

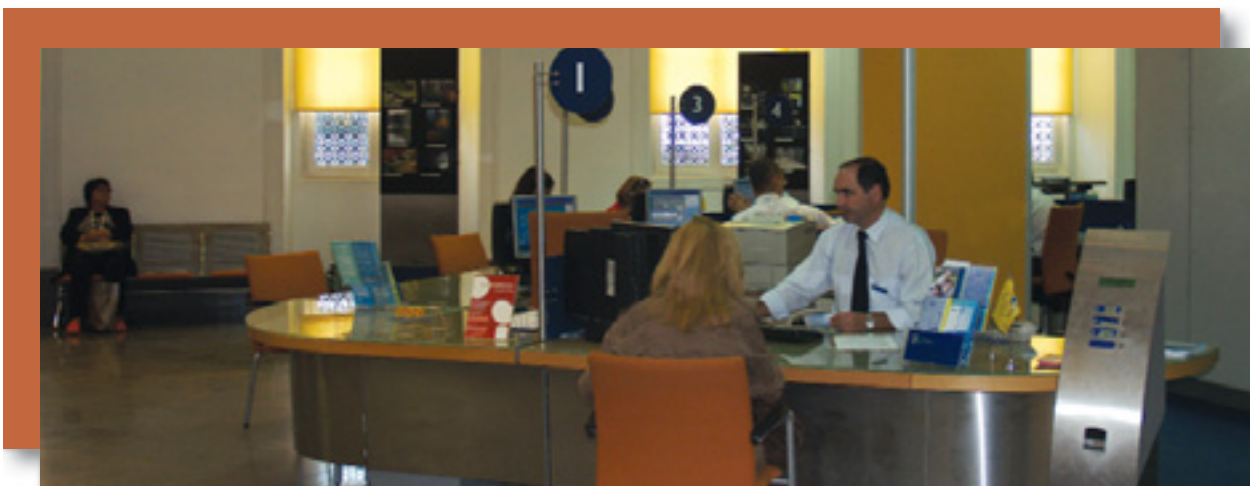
## Acções empreendidas

No dia 15 de Março, Dia do Consumidor, a EPAL apresentou aos seus clientes uma loja com aspecto renovado, disponibilizando no mesmo dia a Conta da Água, o Manual do Cliente e o folheto Informações Úteis em Braille, destinados aos clientes com deficiência visual. Em Abril foi iniciado o envio electrónico da factura, um serviço de disponibilização da conta da água por e-mail. Este serviço foi reforçado em Novembro com a adesão da EPAL ao serviço ViaCTT.

Utilizando mais uma vez as novas tecnologias, a EPAL criou, no final de Novembro, um quiosque interactivo na Loja da Sede, com acesso pela Internet ao site da EPAL, onde os clientes podem descobrir todas as funcionalidades disponíveis no âmbito da sua relação contratual com a empresa, da celebração à rescisão do contrato, passando pela consulta de leituras e pela facturação, podendo alterar dados de caracterização ou apresentar reclamações ou sugestões.

Para responder às preocupações duma facturação adequada aos consumos reais dos clientes e, assim, minimizar os efeitos das estimativas de consumo, a EPAL passou a disponibilizar períodos de 2 horas para marcação de visitas para leitura de contadores por ler há mais de 12 meses e para realização de serviços de assistência domiciliária.

Em 2006 a EPAL registou cerca de 130 000 atendimentos nas suas lojas - onde mais de 80% dos clientes esperaram menos de 15 minutos para serem atendidos - e





mais de 280 000 contactos para o Contact Center com 78% de atendimentos em menos de 30 segundos. Estes indicadores representam uma melhoria relativamente ao ano anterior com uma redução muito significativa do tempo de espera.

### Clientes institucionais (municipais e multi-municipais)

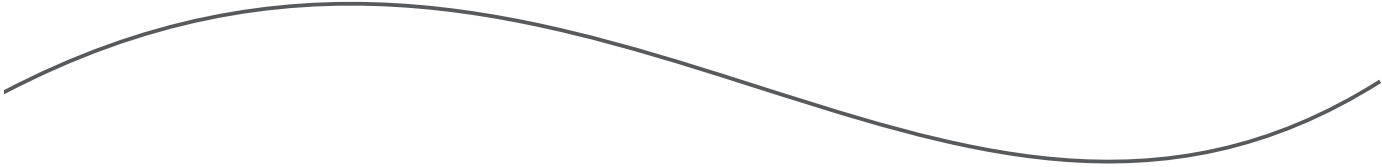
Com o objectivo de melhorar o relacionamento da EPAL com os seus clientes institucionais, foram mantidos contactos personalizados sistemáticos e realizadas múltiplas reuniões de trabalho em que se concertaram as melhores metodologias para a resolução de problemas ou assuntos pendentes e se procuraram formas de satisfação de necessidades sentidas por eles.

Durante o ano, foram registadas 13 reclamações de clientes institucionais, número que representa uma redução de 19% face às verificadas em 2005, as quais foram respondidas em prazos inferiores a oito dias úteis.

O maior número de reclamações apresentadas foi relativo a suspensões do abastecimento, pelo que se tem vindo a dar particular importância a esta área na procura da rápida resolução destas situações, como medida de minimização dos efeitos sentidos pelos Clientes.



Pardal-comum - *Passer domesticus*



# POLÍTICA LABORAL

Na prossecução das grandes linhas de orientação definidas para a valorização e gestão dos recursos humanos da empresa foi desenvolvido um estudo do clima interno, um projecto de gestão integrada de talento e uma acção de identificação das competências estratégicas de gestão e de liderança.

Lançaram-se as bases e implementaram-se as primeiras acções de um programa de formação avançada com que se pretende valorizar dotar as pessoas com competências adequadas e necessárias ao desempenho dos seus cargos e, também, dotar aqueles que poderão vir a ocupar cargos de maior complexidade.

Realizou-se, em 2006, um programa de estágios de inserção na vida activa que abrangeu 25 jovens. Os principais objectivos prosseguidos com o programa foram a promoção de oportunidades de emprego, o rejuvenescimento dos quadros de pessoal, a introdução de novos saberes, valores e competências e a atracção de novas capacidades, tanto académicas como técnico-profissionais.

Em termos de valorização dos recursos humanos da empresa, o investimento na formação atingiu 1 82 898 EUR,



a que correspondeu um total de 23 044 horas, em acções internas e externas, frequentadas por 458 trabalhadores. Este valor representa um acréscimo de 40,8% face ao de 2005.

Relativamente à segurança no trabalho, a evolução verificada nos principais indicadores foi positiva, como se pode observar no quadro e gráficos seguintes:

Indicadores	2006
<b>TF</b> - Taxa de frequência da globalidade dos acidentes de trabalho	18,21
<b>Tf</b> - Taxa de frequência dos acidentes de trabalho com baixa	8,71
<b>Tg</b> - Taxa de gravidade (só do próprio ano)	0,47 468 <sup>1</sup>
<b>TG</b> - Taxa de gravidade (inclui repercussões de acidentes ocorridos em anos anteriores)	0,67 673 <sup>1</sup>

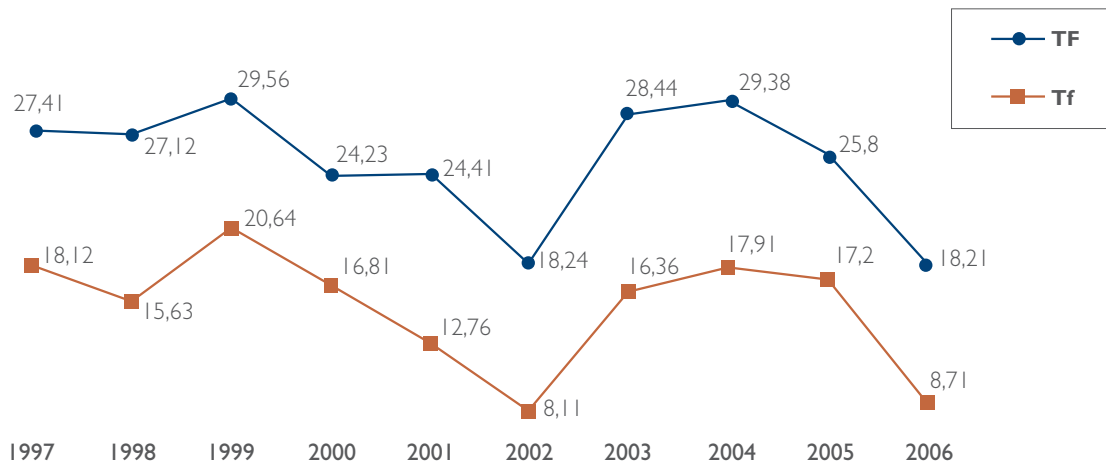
<sup>1</sup> Cálculo realizado respeitando a recomendação da OIT - Organização Internacional do Trabalho, usadas as fórmulas:

$TG = N.º \text{ de dias de incapacidade (inclui os de A.T. de anos anteriores)} \times 10^6 : \text{horas de exposição ao risco}$ ;

$Tg = N.º \text{ de dias de incapacidade (só do próprio ano)} \times 10^6 : \text{horas de exposição ao risco}$



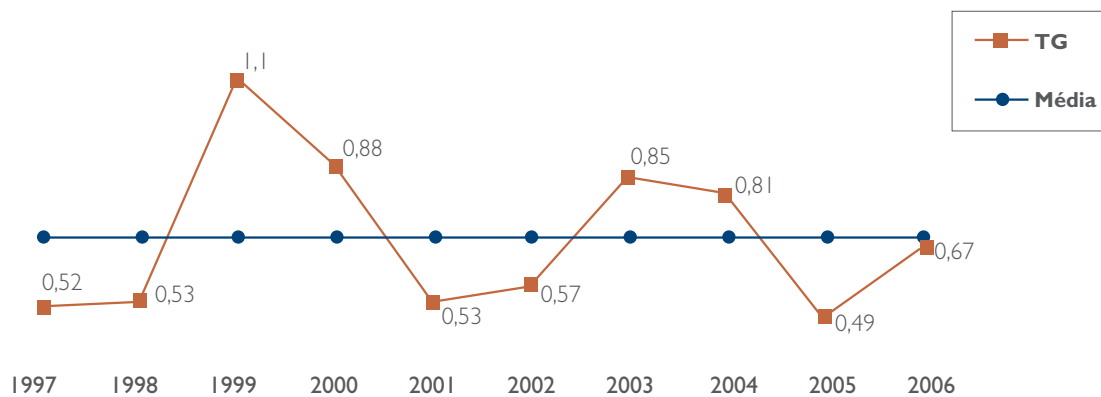
## Evolução das taxas de frequência nos últimos 10 anos



TF = N.º total de acidentes  $\times 10^6$  : horas de exposição ao risco

Tf = N.º de acidentes com incapacidade temporária absoluta  $\times 10^6$  : horas de exposição ao risco

## Evolução da taxa de gravidade nos últimos 10 anos



TG = N.º de dias de incapacidade (inclui os de A.T. de anos anteriores)  $\times 10^3$  : horas de exposição ao risco





Nos domínios da medicina do trabalho realizaram-se 1387 exames médicos, 1639 consultas de estomatologia. Desenvolveram-se, ainda, campanhas de vacinação anti-gripal e de recolha benévola de sangue. Destacam-se finalmente, as acções desencadeadas para a elaboração do plano de contingência da empresa para a eventual ocorrência da pandemia da gripe das aves, para o que se contou com o apoio especializado de uma empresa internacional contratada para o efeito.

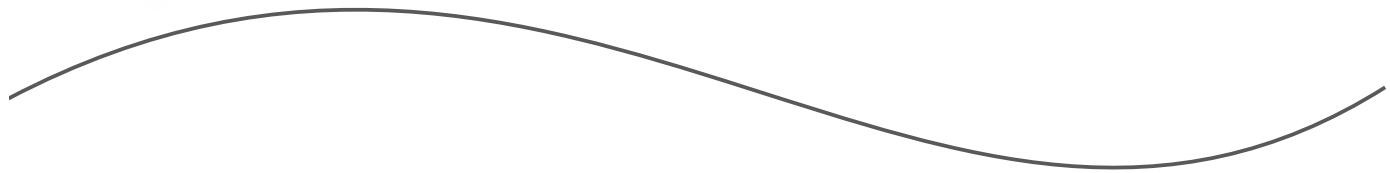
No conjunto dos seis refeitórios da empresa foram servidos cerca de 90 000 almoços, tendo sido realizadas 243 inspecções técnicas às condições de funcionamento.

Procedeu-se, como habitualmente, à oferta de um cabaz de Natal aos trabalhadores no activo, pré-reformados e reformados, bem como aos trabalhadores das empresas prestadoras de serviços de vigilância e refeitório, e distribuiu-se a tradicional Ceia de Natal a todos os trabalhadores que se encontravam ao serviço na noite de 24 para 25 de Dezembro.

Em Novembro de 2006, o Conselho de Administração deliberou formalizar a denúncia do Acordo de Empresa junto de todas as organizações sindicais outorgantes, visando a eliminação do clausulado considerado ilegal por força da imperatividade da legislação laboral e a apresentação de proposta de alteração do actual regime de complementos de pensões de reforma, no sentido da sua evolução para um Plano de Pensões de Contribuição Definida.



Peneireiro-comum - *Falco tinnunculus*



# SUSTENTABILIDADE

Em 2006, a EPAL publicou o seu primeiro Relatório de Sustentabilidade de acordo com as normas internacionais, em que foi abordado o desempenho da empresa nas vertentes económica, social e ambiental.

Os dados divulgados naquele documento evidenciaram os efeitos predominantemente positivos da actividade da empresa na sociedade e no bem-estar das suas partes interessadas, detalhando, com a ajuda dum elevado número de indicadores, a intervenção da empresa em diversas áreas.

A declaração inicial contida no relatório enuncia os princípios orientadores da política da empresa para o desenvolvimento sustentável, que se resumem a seguir:

- Garantir a produção eficiente da água, rentabilizando os capitais investidos
- Minimizar o impacto ambiental da actividade da empresa
- Praticar políticas laborais justas e promotoras de eficiência
- Investir em novas tecnologias de produção
- Promover o uso eficiente da água

Embora esteja prevista para o primeiro semestre de 2007 a publicação do segundo relatório de sustentabilidade da

empresa, é útil referir aqui algumas das realizações em 2006,

#### na vertente económica:

- Percentagem de distribuição de resultados ao accionista
- Protecção do poder de compra dos colaboradores
- Manutenção dum elevado nível de investimento

#### na vertente social:

- Percentagem de cobertura das responsabilidades por planos de reforma
- Igualdade de oportunidade no recrutamento e na promoção dos colaboradores
- Disponibilização de meios informáticos para utilização por invisuais

#### na vertente ambiental:

- Perdas de água em baixa acentuada para 13,6% da água total captada
- Consumo de energia em linha com os objectivos do plano quinzenal
- Redução da produção de resíduos e aumento da percentagem de valorizados

Já em finais de 2006 realizou-se o segundo levantamento ambiental da empresa, que representou progressos importantes face ao primeiro levantamento, efectuado em 2002. Com o trabalho desenvolvido foram cobertos aspectos não considerados ou insuficientemente trata-





dos no levantamento anterior, estabeleceram-se indicadores para uma avaliação anual mais objectiva das melhorias no desempenho ambiental da empresa e alteraram-se os critérios de significância dos impactes, de modo a gerar, nas revisões anuais do sistema, informações e dados mais relevantes para a elaboração dos programas anuais de gestão ambiental.

No âmbito social, foi lançada uma campanha institucional desenvolvida em função de três eixos fundamentais - Qualidade, Modernidade e Responsabilidade Social e Ambiental - e orientada para uma maior aproximação aos clientes da EPAL. Das acções desenvolvidas no decurso da campanha destacam-se o patrocínio da equipa de nataç

paralímpica até aos próximos Jogos Paralímpicos de 2008, na República Popular da China, a realização de uma regata no rio Tejo, o "Troféu EPAL", na qual participaram 31 embarcações, a promoção, em colaboração com o Fórum Estudante, do projecto "H2Olha", que envolveu duas dezenas de escolas secundárias e cerca de 2000 alunos em acções de divulgação e sensibilização para a problemática da água, de apresentação de profissões ligadas às actividades de abastecimento de água, feitas por trabalhadores da empresa, tendo ainda sido proporcionadas visitas aos diferentes espaços do Museu da Água.

Procedeu-se, em 2006, à renovação da página on-line da EPAL, que passou a poder ser consultada por invisuais, tendo sido enriquecida a informação disponibilizada e introduzidos novos serviços on-line, nomeadamente o EPAL-net e o EPAL-net profissionais. Merece especial destaque no site renovado a criação de um simulador de consumos que permite aos visitantes aferir a racionalidade e correcção dos seus hábitos de utilização da água. O Museu da Água recebeu 49 580 visitantes e desenvolveu um programa de animação dos espaços monumentais e históricos que compreendeu 20 exposições de pintura, fotografia, azulejaria, escultura e serigrafia, 3 instalações de arte e numerosos passeios guiados. Manteve-se, pelo nono ano consecutivo, o projecto Serviço Pedagógico Águas Livres, que abrangeu 200 mil alunos de 1200 escolas do primeiro e segundo ciclos, de norte a sul do país.





Finalmente, tendo em consideração as numerosas frentes de obra, tanto em Lisboa como nos municípios atravessados pelos adutores do sistema de abastecimento da EPAL, foi estabelecido um acordo com o IPA - Instituto Português de Arqueologia, estabelecendo procedimentos e criando condições para o acompanhamento arqueológico das obras e para a salvaguarda de achados arqueológicos. Na empreitada de duplicação do adutor do Castelo do Bode, entre a Quinta da Marquesa e a central elevatória de Vila Franca de Xira foram descobertas ruínas de uma vila romana, fundada no Alto Império e que terá perdurado até finais do período romano na Península Ibérica, com vestígios arqueológicos relevantes, entre os quais se inclui um fragmento de mosaico polícromo *in situ*.



Pica-pau-malhado - *Dendrocopos major*

## OUTRAS ACTIVIDADES

A qualidade dos sistemas e das actividades da EPAL, fruto do investimento e dos esforços desenvolvidos pela empresa, permitiu que comercializassem alguns serviços, com o objectivo não só de os partilhar com o mercado mas também de rentabilizar as capacidades instaladas e disponíveis.

No âmbito da prestação de serviços de análise a entidades externas, foram recepcionadas no Laboratório Central da EPAL 1 517 amostras, nas quais foram realizados cerca de 13 032 ensaios relativos à qualidade da água. Também o Laboratório de Contadores prestou serviços ao exterior nos domínios da verificação, calibração e reparação de contadores.

Em termos de tecnologias e sistemas de informação, a EPAL focou a sua actividade em 2006 em quatro eixos: telecomunicações, automação industrial e supervisão centralizada, aplicações inovadoras na distribuição de água para consumo humano e realinhamento estratégico e tecnológico da plataforma de suporte à gestão comercial.

Esta plataforma, denominada AQUAmatrix®, foi dotada de um conjunto de novas funcionalidades que lhe permitiram adequar esta aplicação às necessidades internas da empresa e satisfazer as exigências de uma completa e eficaz gestão comercial. Assim, foram lançadas as bases para a exploração comercial do AQUAmatrix em regime de ASP - *Application Service Provider*. Em Torres Vedras, a pro-

posta que a EPAL submeteu no concurso público aberto pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento daquele município foi a vencedora. A empresa apresentou também propostas à Águas de Santo André, no Alentejo, e à empresa municipal Praia Ambiente da Ilha Terceira, nos Açores.

A EPAL, em consórcio com a COBA - Consultores de Engenharia e com a NEE - *Nationale Eau Environnement*, está a desenvolver o projecto “Estudo de Diagnóstico e de Reabilitação dos Sistemas de Distribuição de Água Potável das cidades de Bejaia, Tizi-Ouzou e Chlef” que lhe foi adjudicado pelo Ministério dos Recursos da Água da República Democrática e Popular da Argélia.

No âmbito deste consórcio, a EPAL é responsável pelos estudos relacionados com a melhoria e o desenvolvimento da gestão técnica e comercial dos sistemas de distribuição de água naquelas cidades, de que é responsável a *Algérienne des Eaux*.

Ao longo de 2006, a EPAL desenvolveu a actividade de auditoria na área comercial, especificamente na organização comercial e de meios e recursos, sobre as relações com os clientes e os sistemas de informação de suporte, tendo já o conhecimento que lhe permitirá a apresentação duma proposta de reorganização comercial.

Finalmente, correspondendo à directiva do Plano Tecnológico do Governo para a simplificação da Administração Pública, a EPAL começou a implementar o projecto-piloto da factura electrónica.



Trepadeira-comum - *Certhia brachydactyla*

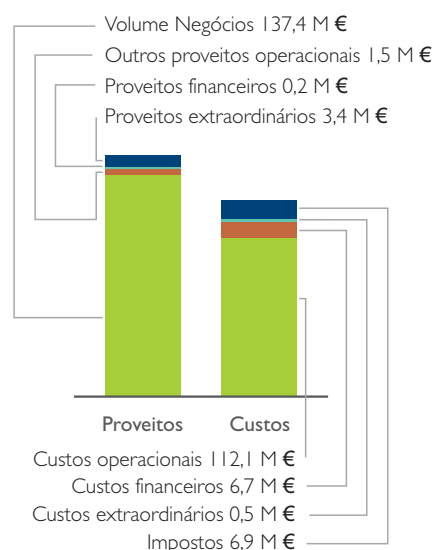


# DESEMPENHO FINANCEIRO

A performance económica da EPAL em 2006 foi fortemente marcada por uma contracção dos consumos de água que registaram, face ao ano anterior, uma quebra de 3%, e por esforços financeiros importantes ao nível do Plano de Pensões da EPAL e de iniciativas de carácter estruturante para a Empresa.

Na sequência da evolução das vendas, os proveitos totais registaram uma diminuição de 0,4% para 142,6 milhões de Euros.

Os custos totais ascenderam a 119,3 milhões de Euros, registando um aumento de cerca de 8,6% face ao ano anterior; evolução essa essencialmente decorrente do reconhecimento, em 2006, de custos associados à alteração do Plano de Pensões e a medidas com impacto estratégico na EPAL.



## Volume de negócios

O volume de negócios atingiu 137,4 milhões de Euros, valor idêntico ao registado em 2005.

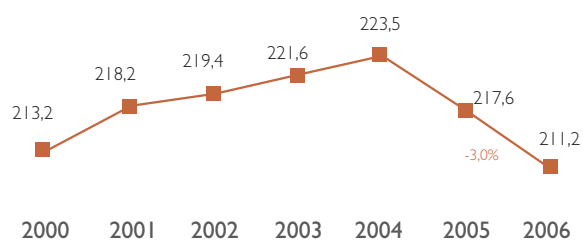
	2004	2005	2006	Variação 06/05	
				Valor	%
Vendas	136.464	134.034	134.424	390	0,3
Prestações de serviços	3.092	3.351	2.936	(415)	(12,4)
<b>Volume de negócios</b>	<b>139.556</b>	<b>137.385</b>	<b>137.360</b>	<b>(25)</b>	<b>(0,0)</b>

A venda de água, incluindo a quota de serviço, manteve-se em nível sensivelmente idêntico ao do ano anterior; evolução explicada pela contracção dos consumos de água, tendo-se registado uma quebra nos volumes vendidos na ordem dos 3% face ao ano anterior e 5,8% face a 2004.

Na realidade, face ao risco de seca extrema que se antevia para 2005, foram promovidas diversas campanhas de sensibilização para o uso racional da água, que deverão ter contribuído decisivamente para a redução dos consumos. No entanto, o aumento do número de municípios a abastecer pela EPAL, em 2007, deverá permitir inverter; já a partir deste ano, o sentido da variação ocorrida em 2005 e 2006.

As prestações de serviços registaram um decréscimo de 12,4%, devido essencialmente à evolução verificada nas

## Volumes de Água Vendida (Milhões m<sup>3</sup>)



actividades de reparações domiciliárias/ramais e nos processos de abastecimento, que globalmente representam 57,5% das prestações de serviços.

## Custos operacionais

Os custos operacionais registaram uma variação positiva de 7,5%, explicada fundamentalmente pela evolução dos custos com o pessoal, fornecimentos e serviços externos e provisões.

(10<sup>3</sup> EUR)

Custos	2004	2005	2006	Variação 06/05	
				Valor	%
Custo das matérias consumidas	2.774	3.108	2809	(294)	(9,5)
Fornecimento e serviços externos	34.514	34.715	37.621	2.906	8,4
Impostos	804	875	692	(183)	(20,9)
Custos com o pessoal	32.076	32.395	41.703	9.308	28,1
Outros custos operacionais	14	23	23	0	0,0
Amortizações e ajustamentos	27.292	27.591	28.317	726	2,6
Provisões	8.252	5.598	969	(4.629)	(82,7)
<b>Custos operacionais</b>	<b>105.726</b>	<b>104.300</b>	<b>112.14</b>	<b>7.834</b>	<b>7,5</b>

Ao nível dos fornecimentos e serviços externos é de realçar o peso do custo energético, essencial ao processo de captação e transporte de água e que representa 23,5% do total dos FSE e que ascendeu a 8,9 milhões de Euros, e do custo das actividades com conservação e reparação, essencialmente direccionadas para infra-estruturas produtivas e que, ascendendo a 8,6 milhões de Euros, representa 22,8% dos FSE.

É ainda de realçar a realização durante o ano de importantes estudos de carácter estratégico e estruturante para a Empresa, tendentes à criação de bases sustentáveis para uma efectiva gestão de activos e de custos, de entre os quais se destacam a revisão do Plano Director e do Plano Geral da Rede e a definição de estratégia e políticas de racionalização de custos assentes na revisão e redesenho de processos e actividades internas da Empresa.

Os custos com o pessoal registaram um incremento de 28,7%, ascendendo a 41,7 milhões de Euros, onde se inclui o reconhecimento no exercício de um avultado montante de custos com o Plano de Benefícios Pós-Emprego, designadamente, 15,1 milhões de Euros.

Na sequência de orientações recebidas, através de despacho conjunto dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e do Ambiente, do Ordenamento do Território e do

Desenvolvimento Regional, a Empresa tem em curso um processo de alteração do seu Plano de Pensões, de benefício definido para contribuição definida, segundo o qual a EPAL assume compromissos significativos para a fase de transição. Nesse contexto, a Empresa realizou um esforço financeiro importante, efectuando uma contribuição para o Fundo de Pensões no valor de 3,7 milhões de Euros e reconhecendo no resultado de 2006 um custo significativo relacionado com o impacto da transição de regimes, no montante de 7,7 milhões de Euros, ascendendo globalmente os custos com o Plano a 15,1 milhões de Euros.

O reforço das provisões no exercício ascendeu a 0,97 milhões de Euros, situando-se abaixo do valor do reforço de 2005 em cerca de 4,6 milhões de Euros. Destinando-se as provisões a fazer face a obrigações presentes ou prováveis, mas não aleatórias, a partir de uma avaliação cuidada e aprofundada de riscos, a Empresa considera que o valor acumulado das suas provisões é adequado e suficiente.

## Resultados do exercício

Os resultados operacionais reflectem os factores atrás descritos, tendo atingido o valor de 26,8 milhões de Euros. Sem o efeito do reconhecimento de custos rela-

(10<sup>3</sup> EUR)

Resultados	2004	2005	2006	Variação 06/05	
				Valor	%
Resultados operacionais	36.540	35.373	26.773	(8.600)	(24,3)
Resultados financeiros	(4.926)	(4.979)	(6.477)	(1.498)	(30,1)
Resultados extraordinários	5.051	2.901	2.969	68	2,3
Resultados antes de impostos	36.665	33.295	23.265	(10.030)	(30,1)
Imposto sobre o rendimento	10.641	9.507	6.935	(2.571)	(27,0)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>26.024</b>	<b>23.788</b>	<b>16.329</b>	<b>(7.459)</b>	<b>(31,4)</b>

cionados com o impacto da transição do Plano de Pensões e da realização de estudos de consultadoria estratégica, os resultados operacionais ter-se-iam situado em valor idêntico ao do ano anterior:

Os resultados financeiros decresceram 30,1% em consequência essencialmente da evolução do custo de financiamento. De facto, os encargos com a dívida bancária de médio e longo prazo contratada junto do BEI, que no ano ascenderam a 6,3 milhões de Euros, registaram um aumento de cerca de 34,4%, em resultado do aumento da dívida no ano, com realização de desembolsos no valor de 33 milhões de Euros, e do impacto, sobre os juros, do significativo aumento verificado nas taxas de juro activas do mercado monetário.

Em termos de gestão do risco de taxa de juro, a EPAL tem como política (i) a contratação da modalidade de taxa de juro em que, na data de fixação da mesma, é mais competitiva, comparando para o efeito taxas fixas com o produto combinado de taxas variáveis e instrumentos financeiros derivados de cobertura e (ii) a garantia de existência de equilíbrio entre o peso relativo da dívida remunerada à taxa variável e da dívida à taxa fixa.

Os resultados extraordinários são essencialmente estáveis e compreendem 2,7 milhões de Euros de reconhecimento anual de proveitos relativos a subsídios comunitários ao investimento, recebidos em anos anteriores.

O imposto sobre o rendimento atingiu o valor de 6,9 milhões de Euros, correspondendo a uma taxa média de imposto de 29,8%, idêntica à de anos anteriores.

Em consequência dos factores atrás expostos, de entre os quais se destacam a contracção da procura, a menor capacidade de absorção dos custos fixos devido à redução da actividade e o aumento dos custos com o

Plano de Pensões da EPAL, o resultado líquido do exercício foi de 16,3 milhões de Euros, menos 31,4% que o registado no ano anterior:

## Posição Financeira

Durante o ano de 2006, a EPAL deu continuidade à sua estratégia de investimento destinada a assegurar a manutenção da qualidade e a eficiência da utilização do recurso água, realizando investimentos na ordem dos 57,2 milhões de Euros, de entre os quais se destacam a adequação da capacidade da sua principal fonte de captação, Castelo de Bode, e a substituição planeada da rede de Lisboa, fundamental para a redução das perdas. Para financiamento do referido nível de investimento, que implicou a mobilização, no ano, de fluxos monetários rondando os 57,4 milhões de Euros, a Empresa contou com fluxos líquidos operacionais na ordem dos 51,3 milhões de Euros e contraiu financiamentos no montante de 33 milhões de Euros.

Demonstração sintética dos fluxos de caixa	2006
Fluxos de caixa operacionais	51,3
Fluxos de caixa do investimento	(57,4)
Pagamentos em actividades de financiamento	
<i>Distribuição de dividendos e serviço da dívida bancária</i>	(29,5)
Recebimentos em actividades de financiamento	
<i>Desembolsos do ano</i>	33,0
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>	<b>(2,6)</b>

Na sequência do nível de investimento e respectivo financiamento, o activo não corrente da EPAL aumentou 4,6% e o passivo não corrente, onde se inclui a dívida bancária de médio e longo prazo e as responsabilidades com pensões e pré-reformas, registou um aumento de 11,4%.

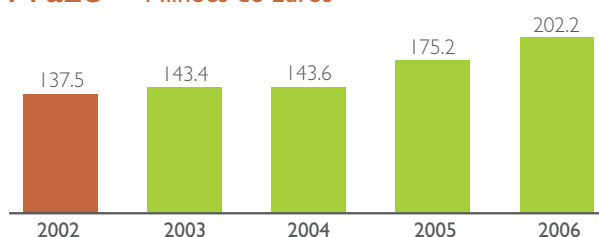
Balço	2004	2005	2006	Variação 06/05	
	(re-expresso)	(re-expresso)		Valor	%
<b>ACTIVO</b>					
Activo não corrente	607.695	639.961	669.155	29.194	4,6
Activo corrente	67.674	47.825	46.030	(1.795)	(3,8)
<b>TOTAL</b>	<b>675.369</b>	<b>687.786</b>	<b>715.185</b>	<b>27.399</b>	<b>4,0</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>					
Capital próprio	343.093	345.906	343.780	(2.126)	(0,6)
Passivo não corrente	239.333	272.192	303.168	30.976	11,4
Passivo corrente	92.943	69.688	68.237	(1.451)	(2,1)
<b>TOTAL</b>	<b>675.369</b>	<b>687.786</b>	<b>715.185</b>	<b>27.399</b>	<b>4,0</b>

(10<sup>3</sup> EUR)

Nota: Os montantes referentes a 2004 e 2005 não são directamente comparáveis com os apresentados nos Relatório e Contas dos respectivos exercícios, facto que se pretende evidenciar com a anotação “re-expresso”.

No último quinquénio o endividamento líquido a médio e longo prazo aumentou 64,7 milhões de Euros, cerca de 25% do investimento realizado em igual período, que ascendeu a 259 milhões de Euros, pondo em destaque a elevada contribuição do cash-flow operacional para o financiamento dos investimentos da EPAL.

## Endividamento de Médio e Longo Prazo - Milhões de Euros



A evolução combinada dos activos com maturidade elevada (não correntes), com um acréscimo de 29,2 milhões de Euros, e dos passivos não correntes, cujo aumento ascendeu a 31 milhões de Euros, evidencia o equilíbrio da política de financiamento tendo em conta as maturidades e uma evolução positiva face a anos anteriores, que, no entanto, em termos de capitais permanentes totais, é absorvida pela redução dos capitais próprios.

A este propósito bastará recordar que o nível de capitais próprios em 31 de Dezembro de 2006, foi consideravelmente afectado pela distribuição do resultado de 2005, que, naturalmente, só ocorreu no decurso do exercício de 2006.

Na realidade, o capital próprio atingiu 343,8 milhões de Euros, menos 0,6% que o valor do ano anterior, o que põe em evidência o nível de retenção de resultados verificada no exercício de 2005, que foi de apenas 5 milhões de Euros (19% do resultado líquido de 2005).

O activo corrente registou uma redução de 3,8%, cerca de 1,8 milhões de Euros, espelhando a redução verificada na liquidez no final do ano, altura em que se procedeu à liquidação de compromissos avultados, nomeadamente com contribuições para o Fundo de Pensões da EPAL, o terceiro pagamento por conta de IRC e a liquidação de passivos com fornecedores de imobilizado que globalmente absorveram fundos na ordem dos 7 milhões de Euros.

É ainda de salientar que a EPAL continua a manter a sua robustez financeira, evidenciando uma forte capacidade de satisfação dos seus compromissos a curto e a médio e longo prazos, atestada pelas notações de rating atribuídas pela Companhia Portuguesa de Rating, tanto para operações de curto, quanto de médio e longo prazos.

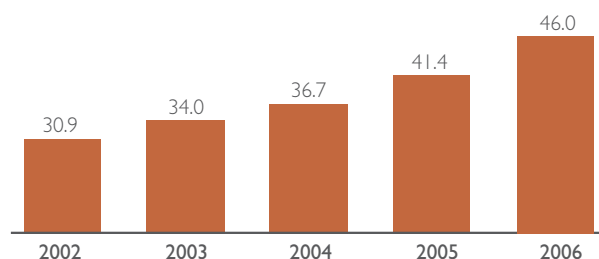
Rating	Notação
Rating de curto prazo	A-1 +
Rating de médio e longo prazo	A+

## Fundo de pensões

O Fundo de Pensões da EPAL atingiu o valor de 46 milhões de Euros no final de 2006, registando um aumento de 11,1% face ao ano anterior e de 48,8% no último quinquénio.

## Fundo de Pensões da EPAL

Milhões de Euros



Este acréscimo no valor do Fundo ficou a dever-se em parte à boa performance do Fundo, mas, sobretudo, ao esforço contributivo que a Empresa tem vindo a realizar, com contribuições de 13,2 milhões EUR nos últimos 5 anos, dos quais 3,7 milhões EUR no ano de 2006.

As contribuições efectuadas tiveram reflexos no nível de financiamento das responsabilidades com base nos pressupostos do Fundo Mínimo do ISP, que em 2005 se situava ligeiramente acima dos 100% e que, em 2006, ascendeu a 107%.

## Empresas participadas

A EPAL detém participações financeiras nas seguintes quatro sociedades.

Prolagos, SA (Brasil)	7,5%	9,5 Milhões Reais
Clube de Golfe das Amoreiras	100,0%	350.000 Euros
Shore, Lda.	7,5%	31.500 Euros
Ambelis, SA	1,0%	9.976 Euros

## Prolagos, SA

A Prolagos, no Brasil, é a participação financeira mais relevante da EPAL, que detém 7,5% do capital social daquela sociedade, no valor de 9,5 milhões de reais. A Águas de Portugal, SGPS, detém directa e indirectamente, através da EBAL - Águas do Brasil, SA, a restante participação financeira da Prolagos.

A EPAL é a operadora técnica da Concessão detida pela Prolagos, para o abastecimento de água e saneamento básico das áreas urbanas dos municípios de Cabo Frio, Búzios, São Pedro da Aldeia e Iguaba Grande, bem como o fornecimento de água ao Município de Arraial do Cabo.

Em Abril de 2006, a Prolagos aprovou um novo aumento de capital, no valor de 6.800.000 reais, tendo a EPAL realizado a sua quota parte naquele aumento de capital, no valor de 510.000 reais. O valor desta participação financeira nas contas da EPAL era de 5,0 milhões de Euros, no final de 2006, valor totalmente provisionado.

## Clube de Golfe das Amoreiras, SA

A EPAL é o único accionista do Clube de Golfe das Amoreiras, S.A, constituída para a promoção, construção,

exploração e funcionamento de um estabelecimento destinado ao treino e ensino de golfe no recinto da EPAL, nas Amoreiras, em resposta ao desafio colocado pelo Município de Lisboa para se valorizar e dinamizar o espaço ocupado pelo reservatório. O seu capital social é de 350.000 Euros.

Por referência a tal projecto, a Supergolf - Amoreiras, com quem foi estabelecido um contrato-promessa com tal objectivo, desencadeou recentemente, contra a EPAL e o CLUBE DE GOLFE, a constituição de Tribunal Arbitral (onde corre termos a respectiva acção), na sequência de uma decisão arbitral anterior relacionada com a existência, ou não, do direito de resolução por aquela entidade do contrato-promessa referido - cujo acórdão foi objecto de acção de anulação proposta pela EPAL e pelo CLUBE DE GOLFE, ainda pendente de decisão - e do exercício dessa resolução.

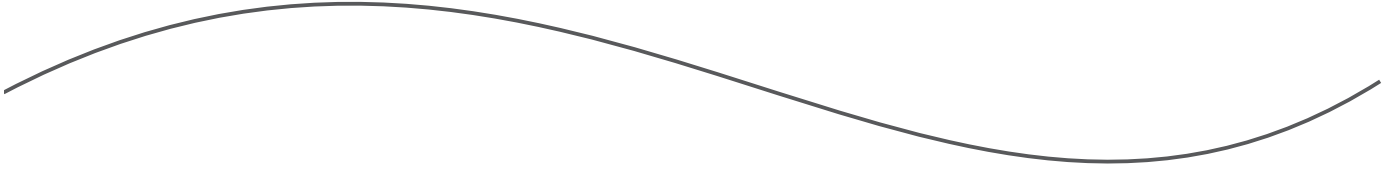
## Transacções com entidades relacionadas

No quadro seguinte, apresentam-se as transacções realizadas entre a EPAL e as empresas do Grupo Águas de Portugal e os saldos respectivos à data de 31 de Dezembro de 2006.

EMPRESA DO GRUPO	TRANSAÇÕES			SALDOS	
	Proveitos	Custos	Investimento	Dívidas A receber	Dívidas a pagar
ÁGUAS DO CÁVADO	533,70	-	-	-	-
ÁGUAS DE PORTUGAL	405,57	2.279.932,82	-	30.892,43	(1.606.930,05)
ÁGUAS DO SADO	3.490,65	-	-	4.223,69	-
AQUASIS	387,25	71.350,00	12.553,76	-	(195.932,59)
ÁGUAS DO ALGARVE	87.854,73	-	-	53.133,04	-
ADP FORMAÇÃO	811,49	112.638,66	-	35.938,84	(133.322,23)
ADP SERVIÇOS	189.611,90	982.601,78	2.450,00	56.965,17	(348.186,80)
LUSÁGUA	239.856,42	-	-	44.989,63	-
SIMTEJO	241.224,63	-	-	41.810,00	-
ÁGUAS DO ZÊZERE E COA	48,72	-	-	58,95	-
ÁGUAS DO LENA	126.220,67	-	-	67.536,48	-
ADP INTERNACIONAL	34.873,60	-	-	-	-
EGF	-	5.209,83	-	-	-
ÁGUAS DO NORTE ALENTEJANO	18.820,73	-	-	4.104,57	-
ÁGUAS DO OESTE	4.860.401,05	-	-	1.519.468,21	-
ÁGUAS DO CENTRO ALENTEJANO	3.040,53	-	-	131,67	-
	5.807.581,64	3.451.733,09	15.003,76	1.859.252,68	(2.284.371,67)



Tordo-comum - *Turdus philomelos*



# GESTÃO DE RISCOS

## Riscos financeiros

As actividades da EPAL estão expostas a factores de risco financeiro essencialmente relacionados com a liquidez e com a taxa de juro.

Ao nível da gestão do risco de liquidez, a empresa tem como política a manutenção das suas disponibilidades financeiras a um nível razoável e, simultaneamente, a garantia de que eventuais défices de financiamento das actividades operacionais e de investimento estejam assegurados por contratos de financiamento de curto e de médio e longo prazos.

Na perspectiva do curto prazo, é política da EPAL garantir o acesso a linhas de crédito de utilização flexível e em montante adequado, pelo que contratou, junto de instituições bancárias de grande solidez financeira, duas linhas de crédito dum valor global de 12,5 milhões de euros e um programa de papel comercial, de igual montante.

Para financiar os seus investimentos, a EPAL celebrou com o Banco Europeu de Investimento (BEI), em 16 de Janeiro de 2002, um empréstimo denominado BEI EPAL III, que prevê um financiamento de longo prazo de 185 milhões de euros, correspondente a 50% dum programa de investimentos de 370 milhões de Euros, ainda em curso. No final de 2006, tinham sido utilizados 100 milhões de Euros ao abrigo daquele empréstimo.

O risco da taxa de juro na EPAL advém da contratação de empréstimos de longo prazo à taxa de juro variável. A política financeira seguida pela empresa assenta (i) na contratação do regime de taxa de juro em que a empresa é mais competitiva, comparando taxa fixa com taxa variável e instrumento de cobertura, e (ii) no equilíbrio da dívida a taxa fixa com a dívida a taxa variável. No final de 2006, a dívida ao BEI era de 43,1% a taxa fixa e 56,9% a taxa variável.

## Riscos pessoais, patrimoniais e de responsabilidade civil

A generalidade dos riscos incorridos pela EPAL no desenvolvimento da sua actividade foi transferida para seguradoras, através de apólices de seguro de índole pessoal, patrimonial e de responsabilidade civil, nomeadamente, acidentes de trabalho, acidentes pessoais/viagem, assistência em viagem, doença, multi-riscos comerciais e industriais, incluindo perdas de exploração, automóvel e responsabilidade civil de exploração, patronal, poluição, profissional e de produtos. Os contratos de seguro da EPAL têm uma duração anual, renovável, com vencimento a 30 de Junho de cada ano.

## Riscos ambientais

Em matéria ambiental, os riscos a que está sujeita a actividade da empresa decorrem predominantemente da água. Assim, a degradação da qualidade da água nos pontos de captação por razões não controladas pela EPAL pode pôr em causa a satisfação das necessidades de consumo. A monitorização e o controlo sistemáticos das águas captadas permitem conhecer situações pontuais e tendências de degradação que, comunicadas tempestivamente às autoridades competentes, permitem a tomada de medidas preventivas adequadas.

Os riscos ambientais decorrentes da actividade da empresa estão predominantemente relacionados com a ocorrência de roturas, nomeadamente em condutas de grande diâmetro. Os investimentos na beneficiação e substituição das redes de adução e de distribuição, a par das actividades de conservação e vigilância, bem como a instalação e desenvolvimento de zonas de monitorização e controlo e de zonas de monitorização do transporte, são factores que garantem o controlo dos riscos. Dispondo de um levantamento ambiental completo e rigoroso, a EPAL conhece a significância dos impactes ambientais negativos das situações de emergência que possam ocorrer no desenvolvimento corrente das suas actividades.



Pintassilgo - *Carduelis carduelis*



# PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

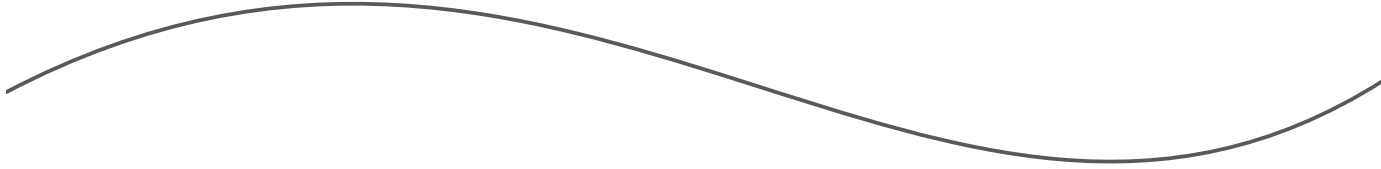
Nos termos do disposto no artigo 21º dos Estatutos da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício

de 2006, no montante de €16 328 528,05 (dezasseis milhões, trezentos e vinte e oito mil, quinhentos e vinte e oito euros e cinco cêntimos), tenha a seguinte distribuição:

- € 1 632 852,81 (um milhão, seiscentos e trinta e dois mil, oitocentos e cinquenta e dois euros e oitenta e um cêntimos) para Reserva Legal;
- € 10 769 583,00 (dez milhões, setecentos e sessenta e nove mil, quinhentos e oitenta e três euros) para distribuição de dividendos aos Accionistas;
- € 941 221,00 (novecentos e quarenta e um mil, duzentos e vinte e um euros) para participação dos Trabalhadores nos Resultados;
- € 2 984 871,24 (dois milhões, novecentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e setenta e um euros e vinte e quatro cêntimos) para Resultados Transitados.



Andorinha-das-chaminés - *Hirundo rustica*



# PERSPECTIVAS FUTURAS

O ano de 2007 verá a conclusão de alguns investimentos muito relevantes para a empresa, nomeadamente a expansão da capacidade de produção da ETA da Asseiceira de 500 000m<sup>3</sup>/dia para 625 000m<sup>3</sup>/dia, com a introdução da flotação e da ozonização intermédia no processo de tratamento.

Devem igualmente ser assinalados o reforço de abastecimento ao município de Mafra, a duplicação do terceiro troço do adutor do Castelo do Bode com cerca de 4,5 km de extensão na zona de Santarém, com o objectivo de reequilibrar a capacidade de transporte daquele adutor a jusante de Alcanhões, e ainda outros novos projectos como a estação elevatória de Æ-dos-Bispos.

Na rede de distribuição de Lisboa os investimentos previstos inserem-se numa política de aumento de fiabilidade e de racionalização do capital empregue, designadamente na renovação de condutas de pequeno e grande diâmetro e na reabilitação da Estação Elevatória dos Olivais.

A partir da segunda metade de 2007 a EPAL passará a abastecer, através do sistema multimunicipal Águas do Oeste, mais nove municípios atingindo, assim, um total de 35 municípios clientes.

Um dos objectivos para 2007 é atingir o número de 75 Zonas de Monitorização e Controlo, abrangendo 63% da rede e correspondendo a 54% dos clientes. Simultaneamente será consolidada uma nova ferramenta informática totalmente desenvolvida na EPAL, para o controlo do comportamento das ZMC.

Está já em curso um plano de inspecções extraordinárias aos grandes adutores que servirá de referência para a definição de prioridades de investimento de reabilitação. Esta actividade insere-se na implementação de um *Modelo Integrado de Gestão de Activos* que, no ano corrente, será uma das prioridades da gestão da empresa com o objectivo de a dotar de instrumentos e da capacidade de tomar as decisões certas sobre os activos ao longo do seu ciclo de vida.

Continuará o processo de desenvolvimento e aplicação de um Sistema de Gestão da Qualidade a toda a empresa.

Espera-se em 2007 obter o licenciamento final das autoridades competentes que permita lançar o concurso público internacional para a construção do novo Laboratório Central da EPAL, que se deseja venha a ser o primeiro passo do projecto de centralização de funções no recinto dos Olivais.

A aprovação final, em 28 de Dezembro de 2006, do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR II) por despacho do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, veio colocar novos desafios à empresa.

Acompanhando as reflexões que conduziram a este Plano, o accionista Águas de Portugal aprovou uma orientação no sentido de a EPAL assumir, como seu objectivo estratégico, a **gestão integrada do ciclo urbano da água** na sua área de influência. A resposta a este desafio será o factor determinante do desenvolvimento da empresa, numa óptica de eficiência de serviço para os consumidores e de criação de valor para o accionista.



Chapim-azul - *Parus caeruleus*

# AGRADECIMENTOS

Impõe-se que se registre, com elevado apreço e consideração, os contributos de todos quantos, directa e indirectamente, cruzaram as suas vidas com a vida e actividades da empresa.

Os trabalhadores da EPAL, pelo esforço desenvolvido na sua realização profissional ao serviço da Empresa.

Os titulares dos órgãos sociais, designadamente o Fiscal Único e Revisor Oficial de Contas, os membros do Conselho de Impacte Ambiental e os membros da Mesa da Assembleia-Geral.

Os fornecedores, empreiteiros e prestadores de serviços, pela forma como responderam aos desafios lançados e à satisfação das necessidades sentidas.

A Águas de Portugal, SGPS, SA, accionista atento, interessado e disponível.

As entidades bancárias e seguradoras, pela confiança depositada.

Os Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia, bem como os organismos e serviços da Administração Pública, nomeadamente o Instituto Regulador da Água e Resíduos, a Direcção-Geral da Empresa, o Instituto da Água, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e tantos outros.

Os clientes da EPAL, dos municipais e multimunicipal aos domésticos, dos industriais e comerciais aos de interesse público, pelos seus desejos e expectativas, pela sua confiança e pelo seu relacionamento com a Empresa.

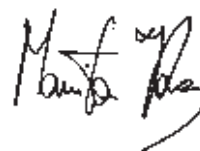
Lisboa, 15 de Março de 2007



João Manuel Lopes Fidalgo  
Presidente



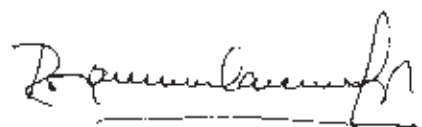
Jorge Luís Ferrão de Mascarenhas Loureiro  
Vogal



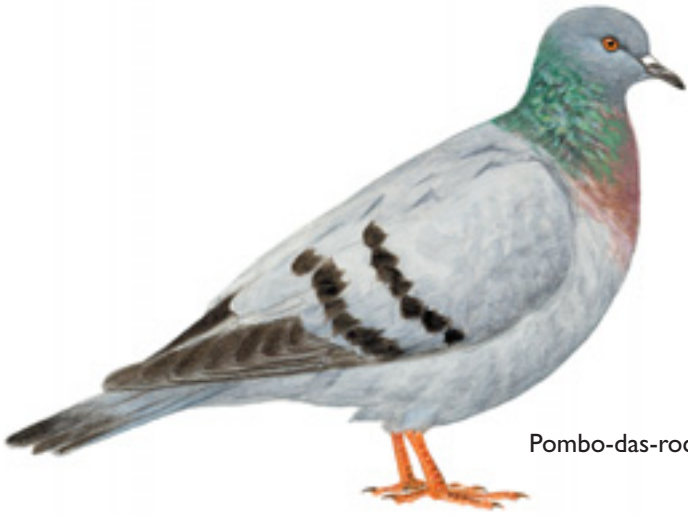
José Alfredo Manita Vaz  
Vogal



António Bento Franco  
Vogal



Rui Manuel de Carvalho Godinho  
Vogal



Pombo-das-rochas - *Columba livia*

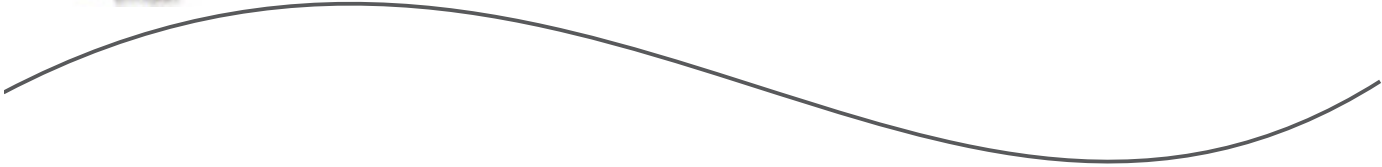




DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS E ANEXO



Peto-verde - *Picus viridis*





# Balanço

	Notas	2006	2005 (re-expresso)
<b>ACTIVO</b>			
Activo não corrente			
Imobilizado incorpóreo	5	21,300	21,300
Imobilizado corpóreo	6	656,749,968	629,164,940
Investimentos financeiros	7	369,148	384,173
Impostos diferidos	8	11,303,607	9,651,826
Cientes e outras contas a receber	9	710,979	738,324
		669,155,001	639,960,563
Activo corrente			
Existências	10	1,190,293	1,248,442
Cientes	11	32,537,286	30,758,019
Estado e outros entes públicos	12	5,601,240	6,077,056
Outros devedores	13	3,170,141	3,610,087
Caixa e equivalentes de caixa	14	3,530,987	6,131,776
		46,029,947	47,825,379
<b>Total do Activo</b>		<b>715,184,949</b>	<b>687,785,943</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital Social	15	150,000,000	150,000,000
Reservas e outros ajustamentos	16	161,864,948	163,545,694
Resultados transitados		15,586,586	8,572,938
Resultado líquido do exercício		16,328,528	23,787,526
<b>Total do Capital próprio</b>		<b>343,780,062</b>	<b>345,906,158</b>
<b>PASSIVO</b>			
Passivo não corrente			
Provisões	17	18,996,877	18,729,502
Responsabilidades com pensões	18	25,775,964	18,484,000
Empréstimos bancários	19	202,189,795	175,208,185
Impostos diferidos	8	9,657,055	10,569,344
Subsídios ao investimento	20	46,548,558	49,201,321
		303,168,249	272,192,351
Passivo corrente			
Empréstimos bancários	19	6,018,390	5,396,700
Fornecedores e outras contas a pagar	21	43,311,049	44,300,714
Estado e outros entes públicos	22	1,205,398	3,442,715
Outros credores	23	17,701,800	16,547,305
		68,236,637	69,687,434
<b>Total do Passivo</b>		<b>371,404,886</b>	<b>341,879,785</b>
<b>Total do Passivo e Capital próprio</b>		<b>715,184,949</b>	<b>687,785,943</b>

Todos os valores são expressos em Euros  
As notas anexas às contas são parte integrante destas demonstrações financeiras

## A Directora Financeira e Técnica Oficial de Contas

Daniela Marina Alves Fernandes Valle Santos

## O Conselho de Administração

João Manuel Lopes Fidalgo, *Presidente*

Jorge Luís Ferrão de Mascarenhas Loureiro, *Vogal*

José Alfredo Manita Vaz, *Vogal*

António Bento Franco, *Vogal*

Rui Manuel de Carvalho Godinho, *Vogal*

# Demonstração dos resultados (por naturezas)

	Notas	2006	2005 (re-expresso)
Vendas e prestação de serviços	24	137,359,980	137,385,292
Custo das vendas	25	(2,808,741)	(3,102,836)
<b>Margem bruta</b>		<b>134,551,239</b>	<b>134,282,456</b>
Fornecimentos e serviços externos	26	(37,620,821)	(34,714,940)
Custos com pessoal	27	(41,702,518)	(32,394,724)
Amortizações e ajustamentos do exercício	28	(28,317,730)	(27,591,923)
Provisões do exercício	29	(968,885)	(5,598,132)
Outros custos operacionais	30	(715,239)	(897,428)
Trabalhos para a própria empresa		74,592	179,343
Proveitos suplementares	31	1,390,356	1,981,573
Outros proveitos e ganhos operacionais	32	81,633	127,276
<b>Resultados operacionais</b>		<b>26,772,628</b>	<b>35,373,501</b>
Custos financeiros	33	(6,710,712)	(5,199,755)
Proveitos financeiros	34	233,810	220,264
<b>Resultados correntes</b>		<b>20,295,725</b>	<b>30,394,010</b>
Resultados extraordinários	35	2,969,337	2,901,422
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>23,265,062</b>	<b>33,295,432</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício	36	(6,936,534)	(9,507,906)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>16,328,528</b>	<b>23,787,526</b>
<b>Resultado por acção (básico e diluído)</b>	<b>15</b>	<b>0.54</b>	<b>0.79</b>

Todos os valores são expressos em Euros  
As notas anexas às contas são parte integrante destas demonstrações financeiras

A Directora Financeira e Técnica Oficial de Contas  
Daniela Marina Alves Fernandes Valle Santos

O Conselho de Administração  
João Manuel Lopes Fidalgo, *Presidente*  
Jorge Luís Ferrão de Mascarenhas Loureiro, *Vogal*  
José Alfredo Manita Vaz, *Vogal*  
António Bento Franco, *Vogal*  
Rui Manuel de Carvalho Godinho, *Vogal*

# Demonstração dos resultados (por funções)

	Notas	2006	2005
Vendas e prestações de serviços	24	137,359,980	137,385,292
Custo das vendas e prestações de serviços		(35,201,821)	(34,537,913)
<b>Resultados brutos</b>		<b>102,158,160</b>	<b>102,847,379</b>
Outros proveitos operacionais		2,518,624	2,731,774
Custos distribuição		(31,334,385)	(29,225,097)
Custos administrativos		(38,631,587)	(28,723,830)
Outros custos e perdas operacionais		(4,800,479)	(9,184,735)
<b>Resultados operacionais</b>		<b>29,910,333</b>	<b>38,445,491</b>
Rendimentos de participação de capital			
Perdas relativas a empresas interligadas	33	(15,025)	(26,835)
<b>Resultados de partes de capital</b>		<b>(15,025)</b>	<b>(26,835)</b>
Rendimentos de outros investimentos			
Perdas relativas a outros investimentos		(182,143)	(257,374)
<b>Resultados de outros investimentos</b>		<b>(182,143)</b>	<b>(257,374)</b>
Custo líquido do financiamento			
Perdas financeiras		(6,497,850)	(4,901,079)
<b>Custo líquido do financiamento</b>		<b>(6,497,850)</b>	<b>(4,901,079)</b>
<b>Resultados correntes</b>		<b>23,215,315</b>	<b>33,260,203</b>
Imposto sobre os resultados correntes		(6,886,787)	(9,472,676)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>16,328,528</b>	<b>23,787,526</b>
<b>Resultado por acção</b>		<b>0.54</b>	<b>0.79</b>

Todos os valores são expressos em Euros  
As notas anexas às contas são parte integrante destas demonstrações financeiras

A Directora Financeira e Técnica Oficial de Contas  
Daniela Marina Alves Fernandes Valle Santos

O Conselho de Administração  
João Manuel Lopes Fidalgo, *Presidente*  
Jorge Luís Ferrão de Mascarenhas Loureiro, *Vogal*  
José Alfredo Manita Vaz, *Vogal*  
António Bento Franco, *Vogal*  
Rui Manuel de Carvalho Godinho, *Vogal*

# Demonstração das variações dos capitais próprios

Rubricas	Capital	Ajustam. partes cap.	Reserva de reaval.	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado exercício	Total
<b>1 de Janeiro de 2005</b>	<b>150,000,000</b>	<b>(4,064)</b>	<b>101,339,876</b>	<b>20,611,045</b>	<b>22,171,377</b>	<b>22,950,493</b>	<b>26,024,376</b>	<b>343,093,104</b>
Aplicação de resultados de 2004	-	-	-	2,602,438	-	23,421,939	(26,024,376)	-
Distribuição de dividendos – empregados	-	-	-	-	-	(1,456,190)	-	(1,456,190)
Distribuição de dividendos – accionista	-	-	-	-	-	(19,518,282)	-	(19,518,282)
Regularizações (Nota 16)	-	-	21,430,280	-	-	(21,430,280)	-	-
Realização de reservas reavaliadas	-	-	(5,174,177)	-	-	5,174,177	-	-
Realização de impostos diferidos sobre reavaliações	-	-	568,919	-	-	(568,919)	-	-
Resultado do exercício de 2005	-	-	-	-	-	-	23,787,526	23,787,526
<b>31 de Dezembro de 2005</b>	<b>150,000,000</b>	<b>(4,064)</b>	<b>118,164,897</b>	<b>23,213,483</b>	<b>22,171,377</b>	<b>8,572,938</b>	<b>23,787,526</b>	<b>345,906,158</b>
Aplicação de resultados de 2005	-	-	-	2,378,753	-	21,408,774	(23,787,526)	-
Distribuição de dividendos – empregados	-	-	-	-	-	(976,407)	-	(976,407)
Distribuição de dividendos – accionista	-	-	-	-	-	(17,840,645)	-	(17,840,645)
Realização de reservas reavaliadas (Nota 16)	-	-	(4,968,456)	-	-	4,968,456	-	-
Realização de impostos diferidos sobre reavaliações (Nota 16)	-	-	546,530	-	-	(546,530)	-	-
Alteração de taxa de imposto diferido sobre reavaliações (Notas 8 e 16)	-	-	362,428	-	-	-	-	362,428
Resultado do exercício de 2006	-	-	-	-	-	-	16,328,528	16,328,528
<b>31 de Dezembro de 2006</b>	<b>150,000,000</b>	<b>(4,064)</b>	<b>114,105,399</b>	<b>25,592,236</b>	<b>22,171,377</b>	<b>15,586,586</b>	<b>16,328,528</b>	<b>343,780,062</b>

Todos os valores são expressos em Euros

As notas anexas às contas são parte integrante destas demonstrações financeiras

## A Directora Financeira e Técnica Oficial de Contas

Daniela Marina Alves Fernandes Valle Santos

## O Conselho de Administração

João Manuel Lopes Fidalgo, *Presidente*

Jorge Luís Ferrão de Mascarenhas Loureiro, *Vogal*

José Alfredo Manita Vaz, *Vogal*

António Bento Franco, *Vogal*

Rui Manuel de Carvalho Godinho, *Vogal*

# Demonstração dos fluxos de caixa

	Notas	2006	2005
<b>Actividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		161,781,981	163,113,268
Pagamentos a fornecedores		(39,304,732)	(35,612,177)
Pagamentos ao pessoal		(35,163,499)	(34,672,065)
Fluxo gerado pelas operações		87,313,751	92,829,027
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento		(11,361,617)	(10,578,127)
Outros recebimentos/pagamentos relativos actividade operacionais		(24,233,500)	(24,275,952)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		(35,595,117)	(34,854,079)
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		43,807	168,468
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(466,342)	(355,558)
<b>Fluxo de actividades operacionais (1)</b>		<b>51,296,099</b>	<b>57,787,858</b>
<b>Actividades de investimento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		-	6,067
Imobilizações corpóreas		27,213	30,870
Juros e proveitos similares		233,717	220,219
		260,930	257,155
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(192,143)	(272,374)
Imobilizações corpóreas		(57,463,990)	(59,027,019)
		(57,656,133)	(59,299,393)
<b>Fluxos das actividades de investimento (2)</b>		<b>(57,395,203)</b>	<b>(59,042,239)</b>
<b>Actividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		33,000,000	103,000,000
		33,000,000	103,000,000
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(5,396,700)	(95,775,010)
Juros e custos similares		(6,264,341)	(4,945,618)
Dividendos		(17,840,645)	(19,518,282)
		(29,501,685)	(120,238,910)
<b>Fluxos das actividades de financiamento (3)</b>		<b>3,498,315</b>	<b>(17,238,910)</b>
<b>Variações de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)</b>		<b>(2,600,789)</b>	<b>(18,493,291)</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	14	6,131,776	24,625,067
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14	3,530,987	6,131,776
<b>Variações de caixa e seus equivalentes</b>		<b>(2,600,789)</b>	<b>(18,493,291)</b>

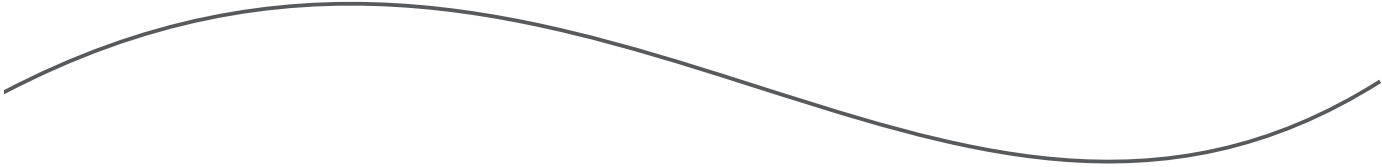
Todos os valores são expressos em Euros  
As notas anexas às contas são parte integrante destas demonstrações financeiras

A Directora Financeira e Técnica Oficial de Contas  
Daniela Marina Alves Fernandes Valle Santos

O Conselho de Administração  
João Manuel Lopes Fidalgo, *Presidente*  
Jorge Luís Ferrão de Mascarenhas Loureiro, *Vogal*  
José Alfredo Manita Vaz, *Vogal*  
António Bento Franco, *Vogal*  
Rui Manuel de Carvalho Godinho, *Vogal*



Toutinegra-de-barrete - *Sylvia atricapilla*



# ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## Índice

1. Actividade económica da EPAL
2. Políticas contabilísticas
  - a) Bases de apresentação; b) Imobilizações incorpóreas; c) Imobilizações corpóreas; d) Imparidade de activos; e) Activos financeiros; f) Contas a receber; g) Existências; h) Disponibilidades; i) Capital social; j) Benefícios aos empregados; k) Provisões; l) Subsídios para investimento; m) Fornecedores e outras contas a pagar; n) Impostos diferidos; o) Reconhecimento do rédito e de outros proveitos e custos; p) Dividendos a pagar; q) Reservas de reavaliação
3. Políticas de gestão do risco financeiro
4. Estimativas e julgamentos
5. Imobilizado incorpóreo
6. Imobilizado corpóreo
7. Investimentos financeiros
8. Impostos diferidos
9. Clientes e outras contas a receber - ML prazo
10. Existências
11. Clientes
12. Estado e outros entes públicos activos
13. Outros devedores
14. Caixa e equivalentes de caixa
15. Capital social
16. Reservas e outros ajustamentos
17. Provisões
18. Pensões
19. Empréstimos bancários - ML prazo
20. Subsídios ao investimento
21. Fornecedores e outras contas a pagar
22. Estado e outros entes públicos passivos
23. Outros credores
24. Vendas e prestação de serviços
25. Custo das vendas
26. Fornecimentos e serviços externos
27. Custos com pessoal
28. Amortizações do exercício
29. Provisões do exercício
30. Outros custos operacionais
31. Proveitos suplementares
32. Outros proveitos e ganhos operacionais
33. Custos financeiros
34. Proveitos financeiros
35. Resultados extraordinários
36. Impostos
37. Passivos contingentes e garantias prestadas
38. Nota à demonstração dos resultados por funções





# Notas anexas às Demonstrações Financeiras

## I. Actividade económica da EPAL

### I.1 Introdução

A EPAL é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com a denominação social EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. ("EPAL" ou "Empresa").

O objecto social da Empresa consiste na captação, tratamento, adução e distribuição de água para consumo público e, bem assim, quaisquer outras actividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços, designadamente respeitantes ao ciclo da água, que sejam complementares daquelas ou com elas relacionadas.

### I.2 Actividade

A EPAL é responsável pela captação, transporte, tratamento e distribuição de água para consumo humano, visando a prestação de um serviço de qualidade, com respeito pelos aspectos essenciais de ordem social e ambiental. Abrange a distribuição à cidade de Lisboa (distribuição domiciliária) e o abastecimento em "alta" a 23 municípios da Região da Grande Lisboa.

O regime de preços aplicável à venda de água pela EPAL é definido pelo Decreto-Lei nº 230/91, de 21 de Junho, que prevê a celebração de convenção a acordar entre aquela e o Estado, representado pela Direcção Geral da Empresa.

### I.3 Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras ora reportadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 15 de Março de 2007. É opinião do Conselho de Administração que as mesmas reflectem de forma fidedigna as operações da EPAL, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

## 2. Políticas contabilísticas e critérios valorimétricos

### a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da EPAL do exercício de 2006, compreendendo o Balanço, a Demonstração dos Resultados, por naturezas e por funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração das variações do capital próprio e respectivas notas anexas, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, com excepção da derrogação da Directriz Contabilística nº 19 decorrente da Empresa ter adoptado, em anos anteriores, a metodologia "corredor", prevista na IAS 19, para registo das suas responsabilidades com o Plano de Benefícios Pós-Emprego (nota 2j)).

O balanço da Empresa em 31 de Dezembro de 2006 e a demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo naquela data, são apresentados com base num formato distinto do previsto no Plano Oficial de Contabilidade, sendo as notas anexas apresentadas numa ordem sequencial de balanço e de demonstração dos resultados, contendo, contudo, em conjunto com a Demonstração das variações dos capitais próprios, as informações requeridas pelo Plano Oficial de Contabilidade, ascendendo, o total do activo e do capital próprio, em 31 de Dezembro de 2006, e o resultado líquido do exercício findo naquela data, a montante igual àqueles que resultam da apresentação do balanço e da demonstração de resultados por naturezas de acordo com o formato requerido pelo Plano Oficial de Contabilidade, os quais são também apresentados em anexo na secção "Elementos exigidos pelo Plano Oficial de Contabilidade".

Atendendo a esta alteração de apresentação do balanço em 31 de Dezembro de 2006 e da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo naquela data, o balanço em 31 de Dezembro de 2005 e a demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo naquela data, para fins comparativos, foram re-expressos, de acordo com o forma-

to distinto do previsto no Plano Oficial de Contabilidade acima mencionado, ascendendo, igualmente, o total do activo e do capital próprio, em 31 de Dezembro de 2005, e o resultado líquido do exercício findo naquela data, a montante igual àqueles que se encontram incluídos no balanço e na demonstração dos resultados por naturezas aprovados em Assembleia Geral de accionistas em 20 de Março de 2006.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamento na aplicação das políticas a adoptar pela EPAL, os quais afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de relato.

Apesar destas estimativas serem baseadas na experiência da gestão e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem, em última instância, diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na nota 4.

Salvo indicação contrária, todos os valores são expressos em Euros.

## b) Imobilizações incorpóreas

O valor inscrito na rubrica “Imobilizações incorpóreas” respeita a um direito sobre parte de terrenos de terceiros pelos quais passam condutas da EPAL. Por se tratar de um direito de uso ilimitado, o mesmo não é sujeito a amortização.

## c) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição ou ao valor reavaliado de acordo com as disposições legais.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e de acordo com o período estimado de vida útil dos bens a que dizem respeito (nota 6 e 16).

As taxas utilizadas correspondem de um modo geral às taxas máximas fiscalmente permitidas e são as que seguem:

Naturezas	Intervalos de taxas de amortização
Edifícios e outras construções	2% - 10%
Equipamento básico	2% - 25%
Equipamento de transporte	6,2% - 25%
Ferramentas e utensílios	10% - 25%
Equipamento administrativo	10% - 25%
Taras e vasilhame	14,28%
Outras imobilizações corpóreas	6,66% - 12,5%

Os adutores, contabilisticamente relevados na rubrica “Equipamento Básico”, são amortizados à taxa de 2%, uma vez que se estima em 50 anos o período de vida útil desses bens. Refere-se ainda, que a utilização da referida taxa de amortização foi, para efeitos fiscais, autorizada pela DGCI.

As despesas com conservação corrente são contabilizadas em resultados no exercício em que ocorrem.

As imobilizações corpóreas constantes em balanço, ainda que não totalmente depreciadas, serão consideradas como custo do exercício se não for expectável que sejam obtidos benefícios económicos futuros provenientes da utilização ou alienação desses activos. Sempre que a quantia contabilística for superior ao valor recuperável do activo, procede-se imediatamente ao seu ajustamento para o valor recuperável estimado.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do activo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resul-

tados. Quando são vendidos bens reavaliados, o montante incluído em “Reserva de Reavaliações” é transferido para “Resultados Transitados”.

#### d) Imparidade de activos fixos

Os activos sujeitos a amortização são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras possa não ser recuperável.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia contabilística do activo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um activo deduzido dos gastos para venda e o seu valor de uso. Na impossibilidade de atribuir uma quantia recuperável a um determinado activo, o mesmo deverá ser agregado com outros activos, de forma que conjuntamente gerem fluxos de caixa independentes e, dessa forma, constituam uma UGC (Unidade geradora de caixa).

A perda por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados no exercício em que se verificam as condições para o seu registo, sendo anualmente acrescida ou revertida, total ou parcialmente, sempre que as condições que originaram o seu registo inicial se tenham alterado ou deixem de se verificar.

#### e) Activos financeiros

##### Empresas do grupo e associados

Os investimentos em partes de capital em empresas do grupo e associadas são registados ao custo e valorizados pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com este método, os ganhos e perdas obtidos por estas sociedades são registados, pela parte proporcional detida, como resultados financeiros.

##### Outros investimentos

Outros investimentos financeiros em títulos e outras aplicações são valorizados ao seu valor de custo, deduzidos de ajustamentos destinados a fazer face a perdas estimadas na sua realização.

#### f) Contas a receber

As dívidas de terceiros encontram-se reconhecidas ao seu valor nominal, excepto quando o seu recebimento se encontra diferido por prazos superiores a um ano, caso em que são reconhecidas pelo valor actual dos seus cash-flows futuros.

Os ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa são calculados com base na avaliação económica específica das perdas, totais ou parciais, estimadas pela não cobrança das contas a receber de clientes e outros devedores e tendo em consideração a existência de garantias reais ou de outra natureza (nota 11).

#### g) Existências

As existências que se destinam ao processo produtivo da EPAL incluem essencialmente (i) reagentes, tais como cloro líquido, sulfato de alumínio, dióxido de carbono e outros produtos usados no tratamento da água; e (ii) material hidráulico para construção civil.

Essas existências estão valorizadas ao mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da actividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. Quando o valor realizável líquido é inferior ao respectivo valor de balanço, são registados ajustamentos pela diferença.

O método de custeio adoptado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

#### h) Disponibilidades

As disponibilidades incluem o caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 1 ano e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresenta-

dos no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Dívidas a instituições de crédito - curto prazo", os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

Os títulos negociáveis são valorizados ao mais baixo entre custo de aquisição ou valor de mercado.

### i) Capital Social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio.

### j) Benefícios aos empregados - Pensões

Um plano de benefícios definidos é um plano de pensões que define o montante de benefício de complemento à pensão que um empregado irá receber na reforma, normalmente dependente de um ou mais factores, como a idade, anos de serviço e remuneração.

A Empresa tem em vigor um sistema de benefícios sociais para os seus trabalhadores (benefícios definidos), que tem inerente o pagamento de complementos de pensões de reforma (por velhice ou invalidez), suportando adicionalmente as responsabilidades decorrentes de situação de pré-reforma.

As responsabilidades decorrentes do plano de benefícios em vigor são calculadas anualmente por actuários independentes, utilizando o método do crédito da unidade projectada. O valor presente das responsabilidades é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

Os custos relativos a estas responsabilidades são reconhecidos em conformidade com o *International Accounting Standard 19* (Nota 18).

### k) Provisões

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afectação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a EPAL divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota.

Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

### l) Subsídios para investimento

Os subsídios para investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a EPAL cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento.

Os subsídios para investimento relativos à aquisição de imobilizações corpóreas são registados como passivo não-corrente e são creditados na demonstração dos resultados numa base no método das quotas constantes pelo período esperado de vida remanescente dos activos correspondentes.

Os restantes subsídios são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar.

## m) Fornecedores e outras contas a pagar

Os fornecedores e outras contas a pagar são registados pelo seu valor nominal, na medida em que se tratam de valores a receber no curto prazo.

## n) Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração empresarial, que à data da transacção não afecta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado.

Impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias originadas pela aplicação do método da equivalência patrimonial apenas são reconhecidos quando é provável que a reversão das diferenças ocorra num futuro previsível.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido activo para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são determinados pelas taxas fiscais decretadas ou substancialmente decretadas na data do balanço e que se espera que sejam aplicáveis no período de reversão do imposto diferido. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os movimentos anuais nos saldos de activos e passivos por impostos diferidos têm como contrapartida as mesmas rubricas onde as transacções ou eventos que lhe deram origem foram registados. O valor da rubrica reserva de reavaliação inscrita no capital próprio encontra-se líquida do correspondente passivo por imposto diferido (Nota 16).

Não são efectuadas compensações entre impostos diferidos activos e passivos.

## o) Reconhecimento do rédito e de outros proveitos e custos

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e o rédito é reconhecido como segue:

### Venda de água e quota de serviço

A venda de água e quota de serviço encontra-se suportada por contratos celebrados com os clientes, em que o preço se encontra perfeitamente definido através de um tarifário devidamente aprovado.

Ao longo do ano, os proveitos relativos à venda de água são reconhecidos à medida que são facturados, com base nos consumos apurados através da leitura de contadores ou, nos períodos em que, para um dado consumidor, não foi realizada a leitura do contador, em estimativas de consumos. No final do ano, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, é reconhecido um acréscimo de proveitos pelo valor estimado dos consumos por ler e facturar.

No final de cada exercício económico, o montante registado a título de vendas de água corresponde aos consumos reais do ano apurados com base na leitura dos contadores e, nos casos em que tal não é viável, em estimativas fiáveis de tais consumos (Nota 11).

### Encargos financeiros

Os juros de empréstimos obtidos são reconhecidos como custo do exercício em que se vencem, mesmo quando os empréstimos visam financiar a aquisição de imobilizado (Nota 23).

## Outros proveitos e custos

Outros proveitos e custos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas como acréscimos e diferimentos.

### p) Dividendos a pagar

Os dividendos a pagar são reconhecidos no exercício em que são aprovados em Assembleia-Geral de Accionistas.

### q) Reservas de reavaliação

Os montantes incluídos na rubrica “Reservas de Reavaliação” são inicialmente registados pelo acréscimo líquido de imobilizado decorrente das reavaliações efectuadas de acordo com a legislação aplicável (nota 6) e anualmente transferidos para a rubrica “Resultados transitados”, na medida em que os mesmos são realizados através de venda, abate ou amortização dos bens respectivos.

## 3. Políticas de gestão do risco financeiro

### Factores do risco financeiro

As actividades da EPAL estão expostas a uma variedade de factores de risco financeiro: risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro.

#### Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. A EPAL pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A EPAL efectua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras que permitem o acesso imediato a fundos com flexibilidade.

#### Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

Dado que a EPAL não possui activos com remuneração significativa, o lucro e os fluxos de caixa operacionais são substancialmente independentes das alterações da taxa de juro de mercado.

O risco da taxa de juro da EPAL advém essencialmente da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a EPAL ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a EPAL ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A política da EPAL é a de manter um equilíbrio entre o peso relativo de empréstimos com juros em regime de taxa fixa e empréstimos à taxa variável.

## 4. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da EPAL são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros, que nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

## Provisões

A EPAL analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daquele pressuposto quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

## Imparidade de activos

À data da apresentação das demonstrações financeiras da EPAL relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos activos reportados.

## 5. Imobilizado incorpóreo

O imobilizado incorpóreo no montante de 21.300 Euros, respeita exclusivamente a um direito sobre parte de terrenos de terceiros pelos quais passam condutas da EPAL. Por se tratar de um direito de uso ilimitado, o mesmo não é sujeito a amortização.

Durante o exercício de 2006 não ocorreram quaisquer movimentos no imobilizado incorpóreo e respectivas amortizações.

## 6. Imobilizado corpóreo

O imobilizado corpóreo líquido de amortizações, tem a seguinte composição:

	2006	2005
Terrenos e recursos naturais	49,247,566	49,247,566
Edifícios e outras construções	27,337,027	29,664,938
Equipamento básico	500,763,655	479,982,956
Equipamento de transporte	5,911	14,352
Ferramentas e utensílios	1,348,860	1,861,943
Equipamento administrativo	1,303,798	940,214
Taras e vasilhames	1,095	1,440
Outras imobilizações corpóreas	2,489,221	2,944,047
Imobilizações em curso	74,252,834	62,801,147
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	-	1,706,336
	656,749,968	629,164,940

No final do exercício de 2006, a rubrica "Equipamento básico" incluía imobilizações em poder de terceiros, designadamente, contadores de água colocados na rede de distribuição, no montante 10.447.705 Euros.

Os movimentos ocorridos no imobilizado corpóreo e respectivas amortizações acumuladas durante o exercício de 2006 foram como segue:

Rubricas	2005	Aumentos	Transfer.	Abates e alienações	2006
<b>Imobilizado bruto</b>					
Terrenos e recursos naturais	49,247,566	-	-	-	49,247,566
Edifícios e outras construções	97,495,050	2,165	562,212	-	98,059,427
Equipamento básico	831,070,940	752,124	43,198,467	(106,701)	874,914,831
Equipamento de transporte	1,935,912	-	-	(280,163)	1,655,748
Ferramentas e utensílios	10,043,221	97,703	(1,598)	(54,672)	10,084,654
Equipamento administrativo	16,652,936	220,410	692,501	(1,705,748)	15,860,099
Taras e vasilhame	8,134	-	-	-	8,134
Outras imobilizações corpóreas	10,144,726	21,266	196,809	(1,467)	10,361,334
Imobilizações em curso	62,801,147	54,393,742	(42,942,055)	-	74,252,834
Adiantam. conta de imob. corp.	1,706,336	-	(1,706,336)	-	-
	<b>1,081,105,969</b>	<b>55,487,411</b>	<b>-</b>	<b>(2,148,752)</b>	<b>1,134,444,628</b>
<b>Amortizações acumuladas</b>					
Edifícios e outras construções	67,830,112	2,892,288	-	-	70,722,400
Equipamento básico	351,087,984	23,169,892	-	(106,701)	374,151,176
Equipamento de transporte	1,921,560	8,441	-	(280,163)	1,649,837
Ferramentas e utensílios	8,181,278	605,812	-	(51,296)	8,735,794
Equipamento administrativo	15,712,723	549,327	-	(1,705,748)	14,556,301
Taras e vasilhame	6,694	346	-	-	7,040
Outras imobilizações corpóreas	7,200,679	672,901	-	(1,467)	7,872,113
	<b>451,941,029</b>	<b>27,899,007</b>	<b>-</b>	<b>(2,145,375)</b>	<b>477,694,661</b>
		<b>Nota 28</b>			

O Investimento do ano em Imobilizado corpóreo, ascendeu a 57,2 milhões de Euros que compreende o valor da coluna "Aumentos" (55,5 milhões Euros) e 1,7 milhões Euros relativos à materialização como investimento de Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas realizados no ano anterior. Os investimentos mais significativos do ano de 2006 correspondem às obras de reabilitação da rede e às obras de ampliação do Sistema de Castelo do Bode.

A rubrica de "Equipamento básico" inclui essencialmente a rede de distribuição, condutas, reservatórios, instalações de água e electricidade, obras hidráulicas e contadores.

As obras destinadas à Ampliação do Sistema de Castelo do Bode são responsáveis por grande parte do montante das Imobilizações em Curso.

## Reavaliações

As imobilizações corpóreas foram reavaliadas, em anos anteriores, ao abrigo, dos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 430/78, conforme disposições do Decreto-Lei n.º 24/82, de 30 de Janeiro
- Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de Junho
- Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de Dezembro
- Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de Maio
- Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de Abril
- Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de Janeiro
- Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro
- Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro



O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas e correspondente reavaliação em 31 de Dezembro de 2006, líquidos de amortizações acumuladas, é o que segue:

	Custos históricos a)	Reavaliações a) b) (Nota 16)	Valores Reavaliados a)
<b>Imobilizações corpóreas</b>			
Terrenos e recursos naturais	12,575,508	33,102,726	45,678,234
Edifícios e outras construções	8,125,151	5,120,391	13,245,542
Equipamento básico	112,631,543	85,485,678	198,117,221
Outras imobilizações corpóreas	5,255	949	6,204
	<b>133,337,457</b>	<b>123,709,743</b>	<b>257,047,200</b>

a) Líquidos de amortizações

b) Englobam as sucessivas reavaliações

## 7. Investimentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 os investimentos financeiros eram como segue:

	2006	2005
Partes de capital em empresas do grupo	250,000	265,025
Partes de capital em outras empresas participadas	5,013,150	4,831,007
Títulos e outras aplicações financeiras	109,172	109,172
Ajustamentos a investimentos financeiros	(5,003,174)	(4,821,031)
	<b>369,148</b>	<b>384,173</b>

## Empresas do grupo

As participações em empresas do grupo contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, e os respectivos capitais próprios e resultados, eram os seguintes, à data de 31 de Dezembro de 2006:

Empresas	Sede	% capital detido	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Valor Balanço	Ajustamentos	Valor Líquido
Clube de Golfe das Amoreiras	Lisboa	100%	238,171	(26,854)	250,000	-	250,000

a) corresponde a prestações acessórias

Em 31 de Dezembro de 2006, a empresa associada apresentava capitais próprios negativos, no montante de 11.829 Euros, excluindo prestações acessórias. Ao abrigo do normativo contabilístico aplicável, a EPAL cessou a utilização do método da equivalência patrimonial no momento em que as perdas acumuladas da associada excederam o valor do investimento financeiro em balanço, pelo que reconheceu como custo do exercício apenas a parte do prejuízo do ano da associada até aquele limite, encontrando-se o mesmo custo, no valor de 15.025 Euros, reflectido na rubrica em Perdas com Associadas (Nota 33).

A EPAL é o único accionista do Clube de Golfe das Amoreiras, S.A, constituída para a promoção, construção, exploração e funcionamento de um estabelecimento destinado ao treino e ensino de golfe no recinto da EPAL, nas Amoreiras, em resposta ao desafio colocado pelo Município de Lisboa para se valorizar e dinamizar o espaço ocupado pelo reservatório. O seu capital social é de 350.000 Euros.

Por referência a tal projecto, a Supergolf - Amoreiras, com quem vigorou um contrato-promessa com tal objectivo, desentendeu recentemente, contra a Epal e o Clube de Golfe, a constituição de Tribunal Arbitral (onde corre termos a respectiva acção), na sequência de uma decisão arbitral anterior relacionada com a existência, ou não, do direito de resolução por aquela entidade do contrato-promessa referido - cujo acórdão foi objecto de acção de anulação proposta pela Epal e pelo Clube de Golfe, ainda pendente de decisão - e do exercício dessa resolução.

## Participadas

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 os investimentos financeiros em outras participações era como segue:

Empresas	Sede	% capital detido	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Valor Balanço	Ajustamentos	Valor Líquido
			b)	b)			
Prolagos	Rio de Janeiro	7.5%	18,238,887	(3,292,608)	4,971,674	4,971,674	-
Shore	Madeira	7.5%			31,500	31,500	-
Ambelis	Lisboa	1%			9,976	-	9,976
					<b>5,013,150</b>	<b>5,003,174</b>	<b>9,976</b>

b) valores referentes a 31 de Dezembro de 2005

A Prolagos, no Brasil, é a participação financeira mais relevante da EPAL, que detém 7,5% do capital social daquela sociedade, no valor de 9,5 milhões de reais. A Águas de Portugal, SGPS, detém directa e indirectamente, através da EBAL - Águas do Brasil, SA, a restante participação financeira da Prolagos.

A EPAL é a operadora técnica da Concessão detida pela Prolagos, para o abastecimento de água e saneamento básico das áreas urbanas dos municípios de Cabo Frio, Búzios, São Pedro da Aldeia e Iguaba Grande, bem como o fornecimento de água ao Município de Arraial do Cabo.

## Títulos e outras aplicações de tesouraria

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 a Empresa detinha os seguintes títulos:

	2006	2005
Valores à ordem dos tribunais	89,415	89,415
OT's	18,428	18,428
FIP's	1,328	1,328
	<b>109,172</b>	<b>109,172</b>

## Movimentos ocorridos durante o exercício

Os movimentos ocorridos em investimentos financeiros e respectivos ajustamentos, foram como segue:

	2005	Reforços	Reduções	2006
Partes de capital em empresas do grupo (Nota 33)	265,025	-	(15,025)	250,000
Partes de capital em outras empresas participadas	4,831,007	182,143	-	5,013,150
Títulos e outras aplicações financeiras	109,172	-	-	109,172
Ajustamentos a investimentos financeiros (Nota 33)	(4,821,031)	(182,143)	-	(5,003,174)
	<b>384,173</b>	<b>-</b>	<b>(15,025)</b>	<b>369,148</b>

O reforço em “Partes de capital em outras empresas participadas” respeitou à participação da EPAL na subscrição e realização de aumento de capital da Prolagos, a qual foi integralmente objecto de ajustamento durante o exercício.

A redução em “Partes de capital em empresas do grupos” resultou da aplicação do método da equivalência patrimonial.

## 8. Impostos diferidos

Para mensuração dos saldos finais de impostos diferidos foi aplicada a taxa de Imposto prevista no Orçamento do Estado para 2007 e que corresponde a uma taxa de IRC de 25%, acrescida da derrama de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa agregada de imposto de 26,5%

Os movimentos no exercício de 2006 nas rubricas de impostos diferidos foram os seguintes:

Rubrica	2005	Aumento	Reversão	Alteração da taxa	2006
Provisões acima dos limites fiscais	33,046,670	11,870,544	(4,228,956)	-	40,688,258
Reposição de proveitos tributados	2,050,879	-	(84,018)	-	1,966,861
Base de incidência	35,097,549	11,870,544	(4,312,974)	-	42,655,119
Taxa de imposto:					
IRC (25%)	8,774,387	2,967,636	(1,078,243)	-	10,663,780
Derrama (a)	877,439	296,764	(107,824)	(426,551)	639,827
<b>Activos por impostos diferidos</b>	<b>9,651,826</b>	<b>3,264,400</b>	<b>(1,186,068)</b>	<b>(426,551)</b>	<b>11,303,607</b>
Reavaliação de activos imobilizados	38,230,190	-	(1,987,383)	-	36,242,807
Valor líquido das mais valias reinvestidas	203,788	-	(4,877)	-	198,912
Base de incidência	38,433,978	-	(1,992,259)	-	36,441,719
Taxa de imposto:					
IRC (25%)	9,608,494	-	(498,065)	-	9,110,430
Derrama (a)	960,849	-	(49,806)	(364,417)	546,626
<b>Passivos por impostos diferidos</b>	<b>10,569,344</b>	<b>-</b>	<b>(547,871)</b>	<b>(364,417)</b>	<b>9,657,055</b>

(a) O impacto da alteração do método de cálculo da derrama sobre os impostos diferidos foi directamente reconhecido em resultados do exercício, à excepção do efeito sobre reservas de reavaliação não realizadas, cujo impacto foi reconhecido como uma variação directa na rubrica “Reservas de reavaliação” (Nota 16). As contrapartidas dos movimentos resultantes da alteração do método de cálculo da derrama, foram como segue:

Imposto do exercício	(424.562)	(Nota 36)
Reservas de reavaliação	362.428	(Nota 16)
Impacto líquido	(62.134)	

## 9. Clientes e outras contas a receber - não correntes

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, os saldos desta rubrica, nos montantes de 710.979 Euros e 738.324 Euros, respectivamente, diziam integralmente respeito a “Outros devedores”, designadamente, uma dívida a receber de acordo com o plano de prestações anuais com vencimento em 27 anos, que tem vindo a ser cumprido. A dívida encontra-se registada ao seu valor actual.

## 10. Existências

No final dos exercícios de 2006 e 2005, os saldos desta rubrica, nos montantes de 1.190.293 Euros e 1.248.442 Euros, respectivamente, compreendiam exclusivamente matérias-primas, subsidiárias e de consumo.

## 1.1. Clientes

A composição da rubrica “Clientes” em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é como segue:

	2006	2005
Clientes c/c	22,449,544	20,671,180
Clientes de cobrança duvidosa	2,741,795	2,312,232
Ajustamentos para clientes de cobrança duvidosa	(2,076,701)	(1,760,123)
<b>Subtotal clientes</b>	<b>23,114,637</b>	<b>21,223,289</b>
Acréscimo de proveito relativo a consumos de água por facturar	7,373,361	7,528,920
Acréscimo de proveito relativo a quota de serviço por facturar	1,941,492	1,886,239
Acréscimo de proveito relativo a serviços prestados por facturar	107,796	119,571
	<b>32,537,286</b>	<b>30,758,019</b>

### Movimentos ocorridos no exercício

Os movimentos registados nos saldos de clientes de cobrança duvidosa e respectivos ajustamentos no exercício de 2006, foram os seguintes:

	2005	Aumentos	Diminuições	2006
Clientes de cobrança duvidosa	2,312,232	517,386	(87,823)	2,741,795
Ajustamentos a clientes de cobrança duvidosa (Notas 28 e 32)	(1,760,123)	(387,341)	70,763	(2,076,701)
	<b>552,109</b>	<b>130,045</b>	<b>(17,060)</b>	<b>665,094</b>

O reforço verificado nos saldos e ajustamentos relativos a clientes de cobrança duvidosa decorre de uma avaliação económica sobre o risco de incobrabilidade das contas a receber de clientes.

Relativamente às diminuições resultam essencialmente da recuperação de créditos anteriormente provisionados.

Relativamente ao saldo de clientes de cobrança duvidosa, no valor de 2.741.795 Euros, é composto por 2.076.701 Euros cujo risco de incobrabilidade pertence à Empresa e se encontra integralmente provisionado e por 665.094 Euros referentes a tarifa de saneamento e adicional, cujo risco é da responsabilidade de terceiros.

## 1.2. Estado e outros entes públicos activos

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, as dívidas a receber do Estado e Outros Entes Públicos, nos montantes de 5.601.240 Euros e 6.077.056 Euros, respectivamente, diziam integralmente respeito a reembolsos pedidos em sede do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

### 13. Outros devedores

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 a composição da rubrica de outros devedores é a seguinte:

	2006	2005
Empresas associadas	1,333,246	1,323,246
Pessoal	60,148	64,729
Outros devedores diversos	1,059,636	1,551,222
Ajustamentos a outros devedores de cobrança duvidosa	(634,907)	(614,395)
<b>Subtotal</b>	<b>1,818,123</b>	<b>2,324,801</b>
Outros acréscimos de proveitos	35,070	18,502
Custos diferidos relativos a seguros liquidados	901,093	767,599
Outros custos diferidos	415,855	499,185
	<b>3,170,141</b>	<b>3,610,087</b>

#### Empresas associadas

O valor registado na rubrica empresas do grupo e associadas refere-se exclusivamente a suprimentos concedidos ao Clube de Golfe das Amoreiras, S.A.

#### Movimentos ocorridos relativos a ajustamentos para outros devedores de cobrança duvidosa

Os movimentos ocorridos no ano são como segue:

	2006	2005
Saldo inicial	614,395	585,981
Reforço / Dotações do exercício (Nota 28)	31,383	32,851
Reversão (Nota 32)	(10,871)	(4,436)
<b>Saldo final</b>	<b>634,907</b>	<b>614,395</b>

### 14. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 a rubrica de caixa e seus equivalentes apresentava a seguinte composição:

	2006	2005
Caixa	26,050	35,568
Depósitos bancários	3,504,937	2,696,208
<b>Subtotal</b>	<b>3,530,987</b>	<b>2,731,776</b>
Outras aplicações de tesouraria	-	3,400,000
	<b>3,530,987</b>	<b>6,131,776</b>

## 15. Capital social

O capital social no montante de 150.000.000 Euros é constituído por 30.000.000 acções de 5 Euros cada e encontra-se integralmente realizado.

### Accionistas

À data de 31 de Dezembro de 2006, a Empresa era integralmente detida pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A..

### Resultado por acção

	2006	2005
Resultado líquido do exercício	16,328,528	23,787,526
Número médio de acções	30,000,000	30,000,000
<b>Resultado por acção (básico e diluído)</b>	<b>0.54</b>	<b>0.79</b>

## 16. Reservas e outros ajustamentos

No final do exercício as reservas e outros ajustamentos eram como segue:

	2006	2005
Ajustamentos em partes de capital em filiais e associadas	(4,064)	(4,064)
Reserva de reavaliação	114,105,399	118,164,897
Reserva legal	25,592,236	23,213,483
Reservas Livres	22,171,377	22,171,377
	<b>161,864,948</b>	<b>163,545,694</b>

Observação: ver em conjunto com a Demonstração das variações dos capitais próprios.

A variação ocorrida na rubrica Reservas de Reavaliação durante o exercício de 2006 foi como se segue:

	2005	Transferências	Outros	2006
Reservas de reavaliação				
Constituição das reservas de reavaliação	256,514,383	-	-	256,514,383
Realização das reservas de reavaliação	(127,836,183)	(4,968,456)	-	(132,804,640)
(Nota 6)	128,678,200	(4,968,456)	-	123,709,743
Impostos diferidos associados				
Constituição dos impostos diferidos	(21,042,483)	-	-	(21,042,483)
Realização dos impostos diferidos	10,529,180	546,530	362,428	11,438,139
(Nota 8)	(10,513,302)	546,530	362,428	(9,604,344)
<b>Valor líquido das reservas de reavaliação</b>	<b>118,164,897</b>	<b>(4,421,926)</b>	<b>362,428</b>	<b>114,105,399</b>

**Transferências:** Os montantes incluídos nas colunas de "transferências" respeitam à transferência para a rubrica de "Resultados transitados" da parcela de reservas de reavaliação realizadas pela amortização, alienação ou abate dos activos fixos correspondentes, e respectivos impostos diferidos, durante o exercício de 2006.

**Reserva legal:** A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual, os estatutos da EPAL elevam esse limite para 10%, tem que ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é passível de distribuição a não ser no caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporar no capital.

**Aplicação de resultados:** Conforme deliberado em Assembleia-Geral de Accionistas, realizada em 20 de Março de 2006, a Empresa aplicou o resultado líquido positivo apurado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, no montante de 23.787.526 Euros, da seguinte forma:

<b>Transferência:</b>	
Para reservas legais	2,378,753
Para resultados transitados	2,591,721
	<b>4,970,474</b>
<b>Distribuição:</b>	
De dividendos à holding	17,840,645
De lucros ao pessoal	976,407
	18,817,052
	<b>23,787,526</b>

**Nota adicional explicativa à Demonstração das Variações dos Capitais Próprios:** Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, foi registada uma regularização contabilística, no valor de 21.430.279,58 euros, em resultado de um estudo efectuado sobre o valor das reservas de reavaliação não realizadas à data de 1 de Janeiro de 2005. Após o registo da referida regularização e da transferência anual da parcela das reservas de reavaliação realizadas durante o exercício de 2005, o montante de 118.164.897 Euros, correspondia ao valor das reservas de reavaliação não realizadas, líquidas de impostos diferidos, à data de 31 de Dezembro de 2005.

## 17. Provisões

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 a composição das provisões é a seguinte:

	2006	2005
Processos judiciais em curso	7,377,774	7,152,891
Acidentes de trabalho	230,357	275,865
Outros riscos e encargos	11,388,746	11,300,746
	<b>18,996,877</b>	<b>18,729,502</b>

O movimento ocorrido na rubrica de "Provisões" no exercício de 2006 detalha-se como segue:

	2005	Aumentos (Nota 29)	Reduções	2006
Processos judiciais em curso	7,152,891	768,385	(543,501)	7,377,774
Acidentes de trabalho	275,865	-	(45,508)	230,357
Outros riscos e encargos	11,300,746	200,500	(112,500)	11,388,746
	<b>18,729,502</b>	<b>968,885</b>	<b>(701,509)</b>	<b>18,996,877</b>

A Empresa fez uma revisão cuidadosa e completa da situação respeitante a compromissos, obrigações presentes, prováveis ou contingentes, acções judiciais, situações fiscais por regularizar e reclamações ou casos litigiosos. Com base nessa revisão e a partir de uma cuidada análise de risco, a Empresa considera que o montante reflectido na rubrica "Provisões", que em 31 de Dezembro de 2006 ascendia a 18.996.877 Euros, é adequado para fazer face aos riscos identificados.

O valor total da coluna "Reduções", de 701.509 Euros, engloba 656.001 Euros registados como proveitos extraordinários (Nota 35) e 45.508 Euros registados em custos com pessoal.

## 18. Responsabilidades com pensões

A EPAL dispõe de um plano de benefícios sociais para os seus trabalhadores, o qual tem inerente o compromisso do pagamento de um complemento da pensão de reforma (por idade e invalidez) atribuída pela Segurança Social. Adicionalmente, suporta ainda as responsabilidades decorrentes de situações de pré-reforma.

As responsabilidades decorrentes do Plano de Pensões são financiadas através do Fundo de Pensões EPAL, constituído em Novembro de 1990, sendo as pré-reformas suportadas directamente pela empresa.

As responsabilidades globais da empresa são cobertas através dos activos do Fundo de Pensões e de uma provisão específica, registada no passivo da empresa.

Com referência a 31 de Dezembro de 2006 e 2005 as responsabilidades por serviços passados associadas ao plano de benefícios sociais eram as seguintes:

<b>Variação nas responsabilidades</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Responsabilidades do início do período	95,475,448	89,752,258
Custo dos serviços correntes	2,262,000	2,003,446
Custos dos juros	4,394,000	4,510,919
(Ganhos)/Perdas actuariais	(909,708)	5,099,030
Benefícios pagos	(5,757,036)	(5,890,206)
<b>Responsabilidades no fim do período</b>	<b>95,464,704</b>	<b>95,475,448</b>

As responsabilidades indicadas no quadro acima foram calculadas com base nos seguintes pressupostos actuariais e financeiros:

	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa anual de desconto	4,75%	4,75%
Taxa anual de rendimento	4,75%	4,75%
Taxa de crescimento dos salários	2,50%	2,50%
Taxa de crescimento salários segurança social	2,50%	2,50%
Taxa de crescimento das prestações de pré-reforma	2,50%	2,50%

A evolução dos activos do Fundo foi a seguinte:

<b>Fundo de Pensões</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Valor no início do período	41,383,875	36,676,983
Retorno efectivo	2,576,422	2,866,892
Contribuição da EPAL	3,726,602	3,559,717
Benefícios pagos	(1,726,602)	(1,719,717)
<b>Valor no fim do período</b>	<b>45,960,297</b>	<b>41,383,875</b>

Em complemento aos activos do Fundo, a 31 de Dezembro de 2006, a empresa tem reconhecida, no passivo, uma provisão para responsabilidades com pensões, no montante de 25,8 milhões de euros.



A situação global pode ser resumida no quadro seguinte:

	2006	2005
Responsabilidades no fim do período	95,464,704	95,475,448
Valor dos activos no fim do período	45,960,297	41,383,875
Provisão para pensões	25,775,964	18,484,000
Perdas actuariais diferidas	23,728,443	35,607,573
<i>Prior service cost</i>	2,650,036	11,887,000
<i>Perdas enquadráveis no limite de 10% - "corredor"</i>	9,546,470	9,547,545
<i>Perdas em excesso ao "corredor"</i>	11,531,937	14,173,028

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, o Conselho de Administração da Empresa decidiu promover um processo de alteração ao actual Plano de Pensões, de benefício definido, o qual tem implícitos compromissos significativos do ponto de vista do financiamento. Atendendo à probabilidade estimada de sucesso da alteração prevista, a Empresa decidiu reforçar as provisões para pensões e reconhecer como custo do exercício de 2006 uma parcela dos "prior service costs", ainda não reconhecida como custo em exercícios anteriores, equivalente aos encargos inerentes ao impacto da adopção das alterações ao plano, no montante de, aproximadamente, 7,7 milhões de Euros. Desta forma, o custo global com benefícios pós-emprego ascendeu em 2006 a 15.049.000 Euros, como segue:

	2006	2005
Custo dos serviços correntes	2,262,000	2,003,000
Custo dos juros	4,393,000	4,510,758
Retorno esperado dos activos	(1,978,000)	(1,916,000)
Reconhecimento do prior service cost	9,236,000	1,556,000
Reconhecimento de perdas actuariais diferidas	1,136,000	902,000
<b>Custo de período (Nota 27)</b>	<b>15,049,000</b>	<b>7,055,758</b>

As perdas actuariais diferidas que excederam o limite de 10% do valor dos fundos afectos à cobertura das responsabilidades da Empresa ou 10% do valor das responsabilidades com serviços passados, dos dois o mais alto, encontram-se a ser reconhecidas pelo período compreendido entre a idade média da população activa e a idade de reforma.

Na sequência do processo de alteração ao actual Plano de Pensões e continuando a ser objectivo da Empresa reforçar o nível de financiamento do seu Plano de Pensões, o Conselho de Administração decidiu realizar durante o ano de 2006, uma contribuição financeira robusta para o Fundo, ascendendo a 3,7 milhões de Euros.

## 19. Empréstimos bancários

Os empréstimos bancários em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 detalham-se como segue:

	2006				2005	
	Vencimento até 1 ano	Vencimento 1 a 5 anos	Vencimento a mais 5 anos	Total ML prazo 2006	Total CP prazo 2005	Total ML prazo 2005
Banco Europeu do Investimento (BEI)	6,018,390	38,251,752	163,938,043	202,189,795	5,396,700	175,208,185

Durante o exercício de 2006, a Empresa efectuou ainda, pontualmente e por prazos muito curtos, utilizações diversas de papel comercial que, globalmente, ascenderam a 33.000.000,00 Euros e as quais foram integralmente reembolsadas ainda durante o ano de 2006. Na Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2006, estes movimentos foram apresentados de forma compensada.

## 20. Subsídios ao investimento

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 o passivo relativo a subsídios ao investimento detalha-se como segue:

	2006	2005
Subsídios ao investimento	87,798,859	87,798,859
Proveitos reconhecidos	(41,250,301)	(38,597,538)
	<b>46,548,558</b>	<b>49,201,321</b>

A variação verificada entre os dois exercícios, no valor de 2.652.763 Euros (Nota 35), refere-se ao reconhecimento anual da proporção dos subsídios em resultados.

## 21. Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 a composição dos saldos de fornecedores e outras contas a pagar é a seguinte:

	2006	2005
Fornecedores c/c	21,117,867	19,432,795
Fornecedores facturas em recepção e conferência	217,664	241,231
Fornecedores de imobilizado	20,452,879	22,504,050
Acréscimos de custos	1,522,639	2,122,638
	<b>43,311,049</b>	<b>44,300,714</b>

## 22. Estado e outros entes públicos passivos

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 as dívidas ao Estado e outros entes públicos são como segue:

	2006	2005
IRC		
Estimativa de IRC	9,138,175	11,430,401
Pagamentos por conta	(8,674,124)	(8,698,224)
Retenções na fonte	(59,130)	(54,718)
Provisão para liquidação adicional de IRC	-	650
<b>Subtotal IRC</b>	<b>404,921</b>	<b>2,678,110</b>
IRS	289,542	264,428
Segurança Social	498,985	487,997
Imposto de selo	11,950	12,180
	<b>1,205,398</b>	<b>3,442,715</b>

## 23. Outros credores

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 os saldos com outros credores são como segue:

	2006	2005
Câmara Municipal de Lisboa		
Tarifa de Saneamento (Portaria 399/85)	11,354,736	10,754,782
Tarifa Adicional (Portaria 309/84)	1,227,892	1,109,735
Férias e subsídio de férias	3,751,693	3,469,947
Juros a pagar	1,090,453	841,552
Seguros a liquidar	125,605	79,789
Pessoal	4,092	4,002
Credores diversos	147,329	287,499
	<b>17,701,800</b>	<b>16,547,305</b>

## 24. Vendas e prestação de serviços

Nos exercícios de 2006 e 2005 as vendas e as prestações de serviços detalham-se como segue:

	Mercado Nacional
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2006	
Vendas de água e quota de serviço	134,424,191
Prestação de Serviços	2,935,789
	<b>137,359,980</b>
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2005	
Vendas de água e quota de serviço	134,033,957
Prestação de Serviços	3,351,336
	<b>137,385,292</b>

## 25. Custo das vendas

Nos exercícios de 2006 e 2005 o custo das vendas detalha-se como segue:

	2006	2005
Existências Iniciais	1,248,442	1,136,922
Compras	2,741,069	3,216,261
Regularização de existências (Nota 35)	9,523	(1,905)
Existências finais	1,190,293	1,248,442
	<b>2,808,741</b>	<b>3,102,836</b>

## 26. Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios de 2006 e 2005 os fornecimentos e serviços externos detalham-se como segue:

	2006	2005
Electricidade	8,855,666	8,776,896
Conservação e reparação	8,587,755	8,095,325
Trabalhos especializados	6,659,741	5,249,876
Comunicação	1,349,259	1,270,183
Rendas e alugueres	1,218,429	1,177,158
Seguros	1,162,401	1,085,768
Subcontratos	1,083,742	920,963
Combustíveis	520,233	481,834
Outros FSE's	8,183,595	7,656,938
	<b>37,620,821</b>	<b>34,714,940</b>

Os principais fornecedores com os quais a empresa realizou transacções (de valores superiores a 5% do total de FSE's), durante o exercício de 2006, apresentam-se no quadro seguinte:

Nome	Valor
EDP Distribuição de Energia, SA	7.627.462,48
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	2.807.920,50
CME - Construção, Manutenção Electromecânica, SA	2.313.929,38
Câmara Municipal de Lisboa	2.299.429,50
ELESA-Empresa Lisbonense de Empreitadas	2.233.337,45
ENDESA ENERGIA, SA	1.930.176,56

## 27. Custos com pessoal

Nos exercícios de 2006 e 2005 os custos com pessoal detalham-se como segue:

	2006	2005
Remunerações	20,300,548	19,356,650
Pensões (Nota 18)	15,049,000	7,055,758
Outros	6,352,970	5,982,315
	<b>41,702,518</b>	<b>32,394,724</b>

## Remunerações dos Órgãos Sociais

As remunerações atribuídas aos órgãos sociais durante o exercício de 2006, foram as seguintes:

Conselho de Administração	521.582
Revisor Oficial de Contas	17.912
	<u>539.494</u>

## Número médio de colaboradores

O número médio de trabalhadores ao serviço da Empresa em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 são como segue:

	2006	2005
Órgãos sociais	4	4
Trabalhadores efectivos e outros	813	814
	<b>817</b>	<b>818</b>

## 28. Amortizações e ajustamentos do exercício

Nos exercícios de 2006 e 2005 as amortizações e os ajustamentos do exercício detalham-se como segue:

	2006	2005
Amortizações de imobilizado corpóreo (Nota 6)	27,899,007	27,189,402
Ajustamentos a saldos de clientes (Nota 11)	387,341	369,670
Ajustamentos a saldos de outros devedores (Nota 13)	31,383	32,851
	<b>28,317,730</b>	<b>27,591,923</b>

## 29. Provisões do exercício

Nos exercícios de 2006 e 2005 as provisões do exercício detalham-se como segue:

	2006	2005
De processos judiciais	768,385	373,132
De outros riscos e encargos	200,500	5,225,000
<b>(Nota 17)</b>	<b>968,885</b>	<b>5,598,132</b>

## 30. Outros custos operacionais

Nos exercícios de 2006 e 2005 os outros custos operacionais detalham-se como segue:

	2006	2005
Impostos e taxas	692,213	874,611
Outros custos operacionais	23,026	22,817
	<b>715,239</b>	<b>897,428</b>

### 31. Proveitos suplementares

Nos exercícios de 2006 e 2005, os proveitos suplementares detalham-se como segue:

	2006	2005
Tarifa de Saneamento	316,356	327,617
Assistência técnica relativa ao Aquamatrix	273,317	533,971
Análises laboratoriais	155,985	190,897
Rendas relativas a espaços	88,146	87,826
Apoio legal em expropriações	87,823	85,932
Royalties	86,345	64,341
Cadernos de encargos	77,800	158,750
Reparação de contadores	54,797	30,200
Serviços Sociais	11,869	11,592
Outros	237,919	490,447
	<b>1,390,356</b>	<b>1,981,573</b>

### 32. Outros proveitos e ganhos operacionais

Nos exercícios de 2006 e 2005 os outros proveitos e ganhos operacionais detalham-se como segue:

	2006	2005
Subsídios à exploração	-	3,281
Reversões de ajustamentos a clientes (Nota 11)	70,763	119,559
Reversões de ajustamentos a outros devedores (Nota 13)	10,870	4,436
	<b>81,633</b>	<b>127,276</b>

### 33. Custos financeiros

Nos exercícios de 2006 e 2005 os custos financeiros detalham-se como segue:

	2006	2005
Juros suportados	6,383,340	4,760,101
Ajustamentos a aplicações financeiras (Nota 7)	182,143	257,374
Perdas relativas a empresas associadas (Nota 7)	15,025	26,835
Diferenças de câmbio desfavoráveis	303	130
Outros custos e perdas financeiras	129,902	155,316
	<b>6,710,712</b>	<b>5,199,755</b>

### 34. Proveitos financeiros

Nos exercícios de 2006 e 2005 os proveitos financeiros detalham-se como segue:

	2006	2005
Juros obtidos	216,044	200,776
Diferenças de câmbio favoráveis	356	28
Descontos de pronto pagamento obtidos	177	1,849
Reversões e outros proveitos e ganhos financeiros	17,232	17,610
	<b>233,810</b>	<b>220,264</b>

## 35. Resultados extraordinários

A demonstração dos resultados extraordinários para os exercícios de 2006 e 2005 é como segue:

	2006	2005
Donativos	34,688	58,406
Perdas em existências (Nota 25)	1,688	2,128
Perdas em imobilizações	3,377	21,373
Multas e penalidades	44,841	1,043
Correcções relativas a exercícios anteriores	5	10,468
Outros custos e perdas extraordinárias	386,808	285,640
<b>Total de custos e perdas</b>	<b>471,406</b>	<b>379,059</b>
Ganhos em existências (Nota 25)	11,211	223
Ganhos em imobilizações	27,213	19,958
Reduções de provisões (Nota 17)	656,001	34,669
Correcções relativas a exercícios anteriores	340	345
Subsídios ao investimento (Nota 20)	2,652,763	3,021,933
Outros proveitos e ganhos extraordinários	93,214	203,352
<b>Total de proveitos e ganhos</b>	<b>3,440,743</b>	<b>3,280,481</b>
	<b>2,969,337</b>	<b>2,901,422</b>

## 36. Impostos

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 a Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas à taxa normal de 25% que pode ser incrementada até ao máximo de 10% pela Derrama, conduzindo a uma taxa agregada de imposto de 27,5%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive e cinco anos a partir de 2001) excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Tendo as declarações fiscais da Empresa relativas aos exercícios económicos até 2003 (inclusive) sido objecto de revisão, poderão ainda ser sujeitas a inspecção as declarações relativas aos anos de 2004 a 2006. A Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005.

O Imposto sobre o rendimento (IRC) contabilizado como custo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 encontra-se corrigido pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos, de acordo com a Directriz Contabilística nº 28.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 a reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a taxa efectiva de imposto é como segue:

	2006	2005
Resultado antes de impostos	23,265,062	33,295,432
Base de incidência	23,265,062	33,295,432
Imposto - 27,50%	6,397,892	9,156,244
Efeito das diferenças permanentes	(10,179)	245,283
Tributações autónomas	124,259	121,820
Efeito da alteração da taxa agregada de imposto (Nota 8)	424,562	-
Outros	-	(15,442)
<b>Encargo de imposto</b>	<b>6,936,534</b>	<b>9,507,906</b>
Imposto Corrente	9,138,175	11,430,401
Imposto Diferido (Nota 8)	(2,201,641)	(1,922,495)
Taxa efectiva de imposto	29.82%	28.56%

## 37. Passivos contingentes e garantias prestadas

### Passivos contingentes

A Empresa fez uma avaliação cuidada dos seus riscos e contingências tendo, nessa sequência constituído provisões que, face aos riscos identificados, considera encontrarem-se adequadamente reconhecidas. Da avaliação efectuada, e para além das provisões registadas, não foram identificadas outras responsabilidades contingentes que devessem ser divulgadas como passivos.

### Garantias

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas como segue:

	2006	2005
Banco Europeu de Investimento	18,489,220	28,270,432
Câmaras Municipais	15,086,260	12,275,079
Tribunais	5,433,496	6,308,617
Outros	478,459	543
	<b>39,487,436</b>	<b>46,854,670</b>

## 38. Nota à demonstração dos resultados por funções

Em 31 de Dezembro de 2006, as principais rubricas da demonstração de resultados por funções eram como segue:

### a) Custo das Vendas e Prestação de Serviços

A rubrica de Custo das Vendas e Prestação de Serviços incluía 37.469.064 Euros referentes aos custos operacionais da Área de Negócio de Produção, deduzidos de 2.267.243 Euros de proveitos relativos à parcela de amortização anual de subsídios ao investimento, correspondente aos bens do imobilizado afectos à Área de Produção.

A repartição do montante anual total do proveito com subsídios ao investimento, no valor de 2.652.763 Euros, pelas diversas rubricas da demonstração de resultados por funções em 2006 e 2005 é como segue:

	2006	2005
Custo das vendas e prestações de serviços	2,267,243	2,636,414
Custos distribuição	381,779	381,779
Outros Custos e Perdas Operacionais	3,741	3,741
	<b>2,652,763</b>	<b>3,021,933</b>

### b) Custos de distribuição

Esta rubrica, que em 2006 ascendeu a 31,3 milhões Euros, reflecte essencialmente os custos operacionais da Área de Negócio da Distribuição, que, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, ascenderam a 31.405.111 Euros.

### c) Custos administrativos

Em 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica incluía sobretudo os custos operacionais de todas as áreas de suporte da Empresa.



#### d) Custo líquido de financiamento

Nesta rubrica estão incluídos os juros de empréstimos bancários, no montante de 6.381.803 Euros, e os custos suportados com garantias bancárias exigidas para a contratação dos empréstimos do BEI, no valor de 116.048 Euros.

#### e) Imposto sobre os resultados correntes

A reconciliação entre o montante de imposto na demonstração de resultados por naturezas e na demonstração de resultados por funções é como segue:

	2006	2005
Imposto total do exercício	6,936,534	9,507,906
Excesso de estimativa de imposto	49,747	(35,229)
	<b>6,986,281</b>	<b>9,472,676</b>



Coruja-das-torres - *Tyto alba*



ELEMENTOS CONTABILÍSTICOS EXIGIDOS  
PELO PLANO OFICIAL DE CONTABILIDADE

## Balanços em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

ACTIVO	Exercícios			
	Activo Bruto	2006 Amort. e Ajustamentos	Activo Líquido	2005 Activo Líquido
<b>IMOBILIZADO</b>				
Imobilizações Incorpóreas				
Propriedade industrial e outros direitos	21,300	-	21,300	21,300
<b>Total</b>	<b>21,300</b>	<b>-</b>	<b>21,300</b>	<b>21,300</b>
Imobilizações corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	49,247,566	-	49,247,566	49,247,566
Edifícios e outras construções	98,059,427	70,722,400	27,337,027	29,664,938
Equipamento básico	874,914,831	374,151,176	500,763,655	479,982,956
Equipamento de transporte	1,655,748	1,649,837	5,911	14,352
Ferramentas e utensílios	10,084,654	8,735,794	1,348,860	1,861,943
Equipamento administrativo	15,860,099	14,556,301	1,303,798	940,214
Taras e vasilhame	8,134	7,040	1,095	1,441
Outras imobilizações corpóreas	10,361,334	7,872,113	2,489,221	2,944,047
Imobilizações em curso	74,252,834	-	74,252,834	62,801,147
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	-	-	-	1,706,336
<b>Total</b>	<b>1,134,444,628</b>	<b>477,694,661</b>	<b>656,749,968</b>	<b>629,164,940</b>
Investimentos Financeiros				
Partes de capital em empresas associadas	5,263,150	5,003,174	259,976	275,001
Títulos e outras aplicações financeiras	109,172	-	109,172	109,172
<b>Total</b>	<b>5,372,322</b>	<b>5,003,174</b>	<b>369,148</b>	<b>384,173</b>
<b>DÍVIDAS DE TERCEIROS A MÉDIO E LONGO PRAZO</b>				
Outros devedores	710,979	-	710,979	738,324
<b>Total</b>	<b>710,979</b>	<b>-</b>	<b>710,979</b>	<b>738,324</b>
<b>CIRCULANTE</b>				
Existências				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1,190,293	-	1,190,293	1,248,442
<b>Total</b>	<b>1,190,293</b>	<b>-</b>	<b>1,190,293</b>	<b>1,248,442</b>
Dívidas de Terceiros a Curto Prazo				
Clientes, c/c	22,449,544	-	22,449,544	20,671,180
Clientes de cobrança duvidosa	2,741,795	2,076,701	665,093	552,109
Empresas associadas	1,333,246	-	1,333,246	1,323,246
Estado e outros entes públicos	5,601,240	-	5,601,240	6,077,056
Outros devedores	1,119,784	634,907	484,877	1,001,555
<b>Total</b>	<b>33,245,609</b>	<b>2,711,609</b>	<b>30,534,000</b>	<b>29,625,145</b>
Títulos Negociáveis				
Outras aplicações de tesouraria	-	-	-	3,400,000
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3,400,000</b>
<b>DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA</b>				
Depósitos bancários	3,504,937	-	3,504,937	2,696,208
Caixa	26,050	-	26,050	35,568
<b>Total</b>	<b>3,530,987</b>	<b>-</b>	<b>3,530,987</b>	<b>2,731,776</b>
<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>				
Acréscimos de proveitos	9,457,719	-	9,457,719	9,553,232
Custos diferidos	1,316,949	-	1,316,949	1,266,784
Impostos diferidos activos	11,303,607	-	11,303,607	9,651,826
<b>Total</b>	<b>22,078,274</b>	<b>-</b>	<b>22,078,274</b>	<b>20,471,843</b>
<b>Total de Amortizações e Ajustamentos</b>		<b>485,409,444</b>		
<b>Total do Activo</b>	<b>1,200,594,392</b>		<b>715,184,949</b>	<b>687,785,943</b>

As notas anexas às demonstrações financeiras fazem parte integrante do Balanço a 31 de Dezembro de 2006

### A Directora Financeira e Técnica Oficial de Contas

Daniela Marina Alves Fernandes Valle Santos

### O Conselho de Administração

João Manuel Lopes Fidalgo, *Presidente*

Jorge Luís Ferrão de Mascarenhas Loureiro, *Vogal*

José Alfredo Manita Vaz, *Vogal*

António Bento Franco, *Vogal*

Rui Manuel de Carvalho Godinho, *Vogal*

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Exercícios	
	2006	2005
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>		
Capital	150,000,000	150,000,000
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	(4,064)	(4,064)
Reservas de reavaliação	114,105,399	118,164,897
Reservas:		
Reservas legais	25,592,236	23,213,483
Outras reservas	22,171,377	22,171,377
Resultados transitados	15,586,586	8,572,938
<b>Sub-Total</b>	<b>327,451,534</b>	<b>322,118,632</b>
Resultado líquido do exercício	16,328,528	23,787,526
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>343,780,062</b>	<b>345,906,158</b>
<b>PASSIVO</b>		
Provisões para Riscos e Encargos		
Outras provisões para riscos e encargos	18,996,877	18,729,502
<b>Total</b>	<b>18,996,877</b>	<b>18,729,502</b>
Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo		
Dívidas a instituições de crédito	202,189,795	175,208,185
<b>Total</b>	<b>202,189,795</b>	<b>175,208,185</b>
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo		
Dívidas a instituições de crédito	6,018,390	5,396,700
Fornecedores, c/c	21,117,867	19,432,795
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	217,664	241,231
Fornecedores de imobilizado, c/c	20,452,879	22,504,050
Estado e outros entes públicos	1,205,398	3,442,715
Outros credores	12,726,431	12,130,983
<b>Total</b>	<b>61,738,628</b>	<b>63,148,473</b>
<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>		
Acréscimos de custos	32,272,235	25,021,254
Proveitos diferidos	46,550,296	49,203,028
Impostos diferidos passivos	9,657,055	10,569,344
<b>Total</b>	<b>88,479,587</b>	<b>84,793,626</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>371,404,886</b>	<b>341,879,785</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>715,184,949</b>	<b>687,785,943</b>

As notas anexas às demonstrações financeiras fazem parte integrante do Balanço a 31 de Dezembro de 2006

**A Directora Financeira e Técnica Oficial de Contas**

Daniela Marina Alves Fernandes Valle Santos

**O Conselho de Administração**

João Manuel Lopes Fidalgo, *Presidente*

Jorge Luís Ferrão de Mascarenhas Loureiro, *Vogal*

José Alfredo Manita Vaz, *Vogal*

António Bento Franco, *Vogal*

Rui Manuel de Carvalho Godinho, *Vogal*

## Demonstração dos resultados por naturezas dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005

CUSTOS E PERDAS	Exercícios			
	2006		2005	
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas:				
Matérias	2,808,741	2,808,741	3,102,836	3,102,836
Fornecimentos e serviços externos		37,620,821		34,714,940
Custos com o pessoal:				
Remunerações	20,300,548		19,356,650	
Encargos sociais:				
Pensões	3,726,602		3,559,717	
Outros	17,675,367	41,702,518	9,478,357	32,394,724
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	27,899,007		27,189,402	
Ajustamentos	418,724		402,520	
Provisões	968,885	29,286,615	5,598,132	33,190,055
Impostos	692,213		874,611	
Outros custos e perdas operacionais	23,026	715,239	22,817	897,428
<b>A</b>		<b>112,133,933</b>		<b>104,299,983</b>
Juros e custos similares	6,710,712	6,710,712	5,199,755	5,199,755
<b>C</b>		<b>118,844,646</b>		<b>109,499,738</b>
Custos e perdas extraordinários		471,406		379,059
<b>E</b>		<b>119,316,052</b>		<b>109,878,798</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício		6,936,534		9,507,906
<b>G</b>		<b>126,252,586</b>		<b>119,386,703</b>
Resultado líquido do exercício		16,328,528		23,787,526
		<b>142,581,114</b>		<b>143,174,229</b>
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>				
Vendas:				
Produtos	134,424,191		134,033,957	
Prestações de serviços	2,935,789	137,359,980	3,351,336	137,385,292
Trabalhos para a própria empresa	74,592		179,343	
Proveitos suplementares	1,390,356		1,981,573	
Subsídios à exploração	-		3,281	
Reversões de amortizações e ajustamentos	81,633	1,546,581	123,995	2,288,192
<b>B</b>		<b>138,906,561</b>		<b>139,673,484</b>
Juros e proveitos similares	233,810	233,810	220,264	220,264
<b>D</b>		<b>139,140,371</b>		<b>139,893,748</b>
Proveitos e ganhos extraordinários		3,440,743		3,280,481
<b>F</b>		<b>142,581,114</b>		<b>143,174,229</b>
<b>RESUMO</b>				
Resultados operacionais:	(B) - (A) =	26,772,628		35,373,501
Resultados financeiros:	(D - B) - (C - A) =	(6,476,902)		(4,979,491)
Resultados correntes	(D) - (C) =	20,295,725		30,394,010
Resultados antes de impostos:	(F) - (E) =	23,265,062		33,295,432
Resultado líquido do exercício :	(F) - (G) =	16,328,528		23,787,526

As notas anexas às demonstrações financeiras fazem parte integrante do Balanço a 31 de Dezembro de 2006

### A Directora Financeira e Técnica Oficial de Contas

Daniela Marina Alves Fernandes Valle Santos

### O Conselho de Administração

João Manuel Lopes Fidalgo, *Presidente*

Jorge Luís Ferrão de Mascarenhas Loureiro, *Vogal*

José Alfredo Manita Vaz, *Vogal*

António Bento Franco, *Vogal*

Rui Manuel de Carvalho Godinho, *Vogal*

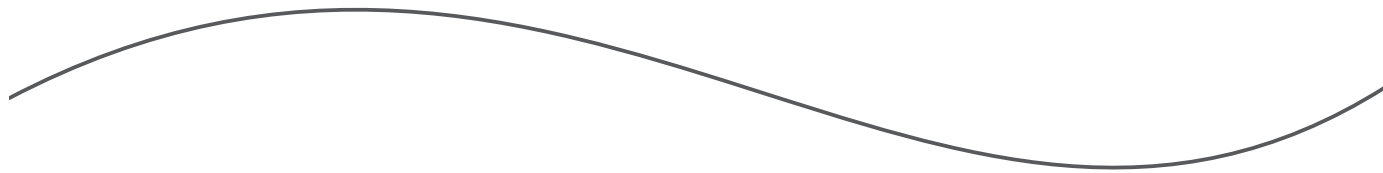
## Notas Anexas

A reconciliação entre a numeração das notas anexas requeridas pelo Plano Oficial de Contabilidade e a numeração das notas anexas apresentadas, é como segue:

Nota POC	Descrição	Notas Anexas
1.	Disposições do POC derrogadas no exercício	2
2.	Comparabilidade	n.a
3.	Bases de apresentação e principais critérios valorimétricos	2
4.	Cotações	n.a
5.	Vantagens fiscais que afectam o exercício	n.a
6.	Imposto sobre o rendimento	36
7.	Número médio de trabalhadores	27
8.	Nota às contas de despesas de instalação e de investigação e desenvolvimento	n.a
9.	Justificação da amortização de trespases além de cinco anos	n.a
10.	Movimentos ocorridos na rubricas do activo imobilizado e respectivas amortizações e ajustamentos	5,6,7 e 28
11.	Financiamento de imobilizações capitalizadas no exercício	n.a
12.	Reavaliações de imobilizações corpóreas (legislação)	6
13.	Quadro discriminativo das reavaliações	6
14.	Imobilizações em poder de terceiros	6
15.	Bens utilizados em regime de locação financeira	n.a
16.	Participações em empresas do grupo e associadas	7
17.	Acções e quotas da conta títulos negociáveis de montante superior a 5% do activo circulante	n.a
18.	Discriminação da conta 4154 - Fundos	n.a
19.	Diferenças materialmente relevantes entre preços de mercado e critérios valorimétricos do activo circulante	n.a
20.	Atribuição a elementos do activo circulante de valores inferiores ao preço mercado	n.a
21.	Ajustamentos	11 e 13
22.	Existências em poder de terceiros	n.a
23.	Dívidas de cobrança duvidosa	11 e 13
24.	Empréstimos concedidos aos órgãos sociais	n.a
25.	Dívidas activas e passivas respeitantes ao pessoal da empresa	13 e 23
26.	Dívidas tituladas por rubricas do balanço e nele não evidenciadas	n.a
27.	Obrigações e títulos de participação emitidos pela empresa	n.a
28.	Valores em mora incluídos na conta Estado e Outros Entes Públicos	n.a
29.	Dívidas a terceiros a mais de cinco anos	19
30.	Dividas a terceiros cobertas por garantias reais	n.a
31.	Compromissos que não figuram no balanço	18
32.	Garantias prestadas	37
33.	Diferença entre dívidas a pagar e correspondentes quantias adequadas	n.a
34.	Provisões	17
35.	Aumentos ou reduções do capital próprio	n.a
36.	Composição do capital	15
37.	Identificação de pessoas colectivas com mais de 20% do capital	7
38.	Acções e quotas subscritas no exercício	n.a
39.	Varição das reservas de reavaliação no exercício	16
40.	Movimentos ocorridos na rubrica do capital próprio	Demonstração das variações dos capitais próprios
41.	Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	25
42.	Demonstração da variação da produção	n.a
43.	Remunerações dos órgãos sociais	27
44.	Discriminação das vendas e prestações de serviços	24
45.	Demonstração dos resultados financeiros	33 e 34
46.	Demonstração dos resultados extraordinários	35
47.	Informações exigidas por diplomas legais	n.a
48.	Outras informações relevantes	12,13,14,19, 22 e 23



Verdilhão - *Carduelis chloris*





# Relatório e parecer do fiscal único

De acordo com o estabelecido na lei e nos estatutos, o fiscal único da EPAL preparou o seu Relatório anual de actividade, o qual inclui a análise do Relatório e Contas da Gestão de 2006, bem como o parecer sobre a Proposta de Aplicação dos Resultados, apresentada pelo Conselho de Administração.

## RELATÓRIO

No âmbito das suas competências acompanhou a gestão da Empresa nas áreas de funcionamento consideradas mais relevantes, em termos operacionais, tendo como elementos básicos de análise as peças contabilísticas mensais e respectivos elementos de suporte; os orçamentos de exploração e de investimentos; os dados de controlo das contas de terceiros; a posição dos empréstimos contraídos para financiar o investimento realizado; os volumes da produção, consumos e perdas de água, e os documentos preparados pelo Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão (P.C.G.), respeitantes à execução dos orçamentos e à performance económica e financeira da empresa neste exercício.

Toda a informação recolhida com as análises à actividade da empresa consta dos relatórios trimestrais que foram entregues ao Conselho de Administração para conhecimento, de acordo com o preconizado no C.S.C. sobre esta matéria.

Os trabalhos do fiscal único consistiram, em termos de síntese, basicamente no seguinte:

1. Apreciação do funcionamento da empresa nas áreas de exploração mais preponderantes na realização dos proveitos e custos do exercício, com destaque para a execução dos orçamentos, compras e vendas, custos com pessoal, amortizações, gastos com fornecimentos e serviços externos, produção, consumos e perdas de água, e os empréstimos externos registados como passivo não corrente do Balanço.
2. Confirmação da titularidade, pela empresa, dos bens e valores afectos à sua exploração. Neste campo pôde confirmar-se que os elementos do activo fixo estão expressos no balanço ao preço de custo ou de reavaliação, tendo as amortizações e ajustamentos do exercício, no total de 28,318 milhões EUR, sido apuradas de acordo com o período estimado de vida útil dos bens e pela aplicação das taxas máximas previstas na lei fiscal.
3. Verificação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas pela empresa e dos critérios de valorização dos activos, utilizados na preparação das demonstrações financeiras, os quais estão divulgados no Anexo de forma a expressar, em condições fidedignas, a situação financeira e o resultado das operações realizadas no exercício.
4. Confirmação de que as demonstrações financeiras estão formalmente de acordo com as normas legais aplicáveis e têm suporte em documentos e registos fidedignos.
5. Controlo da execução financeira dos orçamentos de exploração e do plano de investimentos, cujos níveis de execução consideramos satisfatórios face às performances de realização atingidas. Neste prisma, foi-nos possível concluir que tanto os desvios orçamentais como as variações homólogas, face a 2005, atingem os valores normais num exercício em que as condições de funcionamento se revelaram desfavoráveis, atenta a evolução das principais variáveis de exploração num sentido economicamente contrário ao previsto para efeitos de obtenção dos melhores resultados, os quais se teriam verificado sem as limitações ocorridas neste exercício.
6. No que se refere ao plano de investimentos, também se pode inferir que o índice de realização financeira atingido, de 84% da dotação anual de 67,922 milhões EUR, e tendo também em conta o montante de compromissos assumidos, 88% do total do plano, é suficientemente demonstrativo de um desempenho financeiro satisfatório nesta área, facto que, tal como nos anos anteriores, não pôs em causa os objectivos da empresa quanto à obtenção de bons níveis de investimento realizado.
7. Analisados os níveis das perdas de água neste exercício, pode acentuar-se que o índice global de 13,9%, atingido no final do ano, face ao volume de água captada, é considerado um dos mais baixos dos últimos anos, evolução que se enquadra nos objectivos programados da gestão. Neste contexto, e com vista a potenciar um decréscimo continuado das perdas, a empresa tem realizado elevados investimentos na renovação e ampliação, em especial da rede de Lisboa, os quais neste exercício atingem cerca de 24% do valor total do plano, tendo por base a facturação emitida e um índice de realização de cerca de 95% deste programa.

8. Verificados os níveis de responsabilidade da empresa para com o Fundo de Pensões do Pessoal, podem indicar-se, como segue, as posições registadas no final do exercício: i) os Activos do Fundo atingiam cerca de 46 milhões EUR, tendo crescido 11% em relação ao ano anterior; ii) a melhoria registada no valor dos activos resultou, em boa medida, não só de uma boa gestão da sua carteira, como também do elevado contributo da empresa, em termos financeiros, num total de 3,7 milhões EUR; iii) as contribuições da EPAL para o Fundo de Pensões tiveram reflexos muito positivos no índice de cobertura das responsabilidades, que assim passaram a ficar totalmente regularizadas, tendo por base os pressupostos do Fundo Mínimo do ISP (Norma 21/96-R); iv) a EPAL tem ainda reconhecida no Passivo, a título de Responsabilidades com Pensões, uma verba de 25,8 milhões EUR, como forma de expressar uma melhor cobertura das suas responsabilidades.

9. A situação económica da empresa, no final do exercício, é caracterizada por índices de rentabilidade satisfatórios em relação ao Activo, Capital Próprio e Vendas, pesem, embora, as ligeiras quebras destes indicadores, face aos valores do ano anterior. De realçar que a performance económica da empresa foi em 2006 bastante condicionada pela contracção dos consumos de água, atingindo a quebra dos mesmos cerca de 3%, com forte impacto nas vendas, que assim registam um desvio orçamental negativo de 8,62 milhões EUR e um valor quase idêntico ao do ano anterior. Também com reflexos negativos no desempenho económico da empresa, foram suportados em 2006 custos de funcionamento significativos na área dos Custos com Pessoal, os quais neste exercício atingiram 41,7 milhões EUR e um incremento de 9,3 milhões EUR, face a 2005. O acréscimo dos Custos com Pessoal foi na ordem dos 15,1 milhões EUR, com inclusão das responsabilidades assumidas pela empresa com o impacto da transacção de regimes e “outros custos” reconhecidos a título de “benefícios pós-emprego”.

10. O Cash-flow, constituído pelo Resultado Líquido, Amortizações e Provisões, atingiu cerca de 46 milhões EUR neste exercício, valor com expressão relevante mas ligeiramente abaixo do montante registado no ano anterior. Contudo, entendemos que o Cash-flow, pelos valores evidenciados nos últimos anos, constitui um meio de auto-financiamento considerável, designadamente na cobertura dos custos de funcionamento e de uma parte do investimento realizado.

O valor do R.L., num total de 16,33 milhões EUR, deve também, a nosso ver, ser considerado um resultado muito satisfatório e com valor elevado face às condições em que foi exercida a exploração de 2006.

11. No que se refere à estrutura financeira, pode anotar-se que manteve os níveis de equilíbrio essenciais ao funcionamento da empresa em condições de normalidade, como também revela, tendo por base os seus indicadores mais críticos, uma boa capacidade para solver os compromissos de curto e/ou médio e longo prazo, constantes do passivo corrente e não corrente do Balanço. Esta opinião é também corroborada por uma entidade externa credível e especializada neste tipo de análises.

12. O capital próprio da EPAL, com um total de 343,78 milhões EUR no Balanço de 31.12.06, baixou 0,6% em relação ao valor do ano anterior; evolução que põe em evidência o nível de retenção dos resultados de 2005, de apenas 5 milhões EUR, 19% do R.L. deste exercício.

13. Salientamos, por último, algumas medidas de carácter estratégico que foram tomadas pelo órgão de gestão em 2006, na nossa óptica com impacto relevante no desenvolvimento da empresa, bem como na melhoria da rentabilização futura do seu Activo económico. Citam-se, no essencial: i) a revisão do Plano Director e do Plano Geral da Rede; ii) a criação de zonas de monitorização e controlo (ZMC) da rede de Lisboa, com vista a uma mais rápida detecção e resposta às anomalias que têm estado na origem dos prejuízos decorrentes da água não facturada; iii) a reorganização da função de compras com a criação de uma nova estrutura, visando centralizar e uniformizar os processos de compra, até agora dispersos e com procedimentos e sistemas de controlo geralmente inadequados; iv) a denúncia do Acordo da Empresa, com vista à alteração do regime de complementos de pensões de reforma no sentido da sua evolução para um regime de pensões de contribuição definida, bem como na eliminação de cláusulas prescritas face à evolução da legislação laboral.

Assinala-se, também, neste ponto, a publicação do primeiro Relatório de Sustentabilidade, documento importante, a nosso ver, da assumpção plena pela empresa das suas responsabilidades em questões de ética ambiental e social, ao nível da comunidade em que se insere.

14. É nossa opinião que a Proposta de Aplicação dos Resultados, apresentada pelo Conselho de Administração, está de acordo com a lei e os estatutos, designadamente o que se encontra prescrito no Código das Sociedades Comerciais sobre esta matéria.

## PARECER

Em face do exposto, o Fiscal Único emite o parecer de que se encontram em condições de merecer aprovação pela Assembleia Geral:

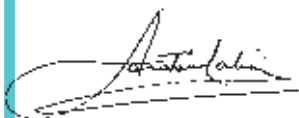
. o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2006, e

. a Proposta de Aplicação dos Resultados,

nas condições apresentadas pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 20 de Março de 2007.

O Fiscal Único,



(António Dias Nabais)



Chapim-carvoeiro - *Parus ater*

# Certificação legal das contas

## Introdução

1. Examinámos as Demonstrações Financeiras da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um Activo Líquido de 715.184.949 euros e um total de Capital Próprio de 343.780.062 euros, incluindo um Resultado Líquido de 16.328.528 euros); a Demonstração dos Resultados por naturezas e por funções; a Demonstração das Variações dos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa no exercício findo naquela data, bem como os correspondentes Anexos.

## Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame das referidas demonstrações financeiras.

## Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as normas técnicas e as directrizes de revisão/auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame inclui:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame inclui também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras do exercício.

6. Anotamos que o Balanço e a Demonstração dos Resultados por naturezas foram re-expressos de forma a serem apresentados em bases comparáveis e num formato distinto do previsto no Plano Oficial de Contabilidade, conforme, aliás, é aludido na Nota 2. a) do Anexo às Contas. Interessa realçar que o novo modelo de apresentação das Demonstrações Financeiras não obsta à sua boa compreensão, atentas as notas que foram inseridas para fins de esclarecimento. Igualmente se assinala que os montantes do Activo Total e do Capital Próprio, bem como o Resultado Líquido do Exercício, são mantidos num valor idêntico ao que consta nos mesmos documentos preparados com formato oficial, os quais são apresentados no final do Anexo, na Secção "Elementos Exigidos pelo P.O.C.".

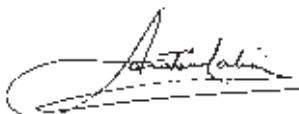
7. Entendemos que o exame efectuado constitui base suficiente para a expressão da nossa opinião sobre os documentos de prestação de contas da empresa.

## Opinião

8. Em nossa opinião, as referidas Demonstrações Financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 19 de Março de 2007.

O Revisor Oficial de Contas,



(António Dias Nabais)



Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Inscrição na GROC nº 43  
Registo na CMVM nº 231

Edifício Atrium Saldanha  
Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º  
1050-094 Lisboa  
Portugal

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2006 que evidencia um total de 715.184.949 Euros e capitais próprios de 343.780.062 Euros, incluindo um resultado líquido de 16.328.528 Euros, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração das variações dos capitais próprios, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. em 31 de Dezembro de 2006, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operem ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Entidade, bem como às suas respectivas representantes e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 150 países. Como Entidade Verso (Associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membros assumem qualquer responsabilidade legal ou societária pelas ações ou omissões de qualquer das várias sociedades membros. Cada uma das sociedades membros é uma entidade legal e separada que opera sob o nome “Deloitte”, “Deloitte & Touche”, “Deloitte Touche Tohmatsu” ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 100.000,00 euros - Matriculada na CRC de Lisboa e NIPC 501 276 211  
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa  
Tel: +(351) 210 427 100 Fax: +(351) 210 427 950 - [www.deloitte.com/pt](http://www.deloitte.com/pt)

• Porto: Rua Sussano Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 12º, 4150-146 Porto - Tel: +(351) 229 499 200 - Fax: +(351) 229 499 800

Member of  
Deloitte Touche Tohmatsu

## Ênfase

5. O balanço e a demonstração dos resultados por naturezas (os quais, conforme mencionado na Nota 2.a) do Anexo, foram re-expressos por forma a serem apresentados num formato distinto do previsto no Plano Oficial de Contabilidade), a Demonstração dos resultados por funções e a demonstração de fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, apresentados para efeitos comparativos, foram auditados por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, cujo relatório, datado de 10 de Março de 2006, não contém reservas.

Lisboa, 16 de Março de 2007

  
DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.  
Representada por João Luís Falua Costa da Silva





**EPAL RELATÓRIO E CONTAS 2006**

**edição** EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.

**design gráfico** GIC - Gabinete de Imagem e Comunicação da EPAL



